



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Cyntia Ramos de Lima

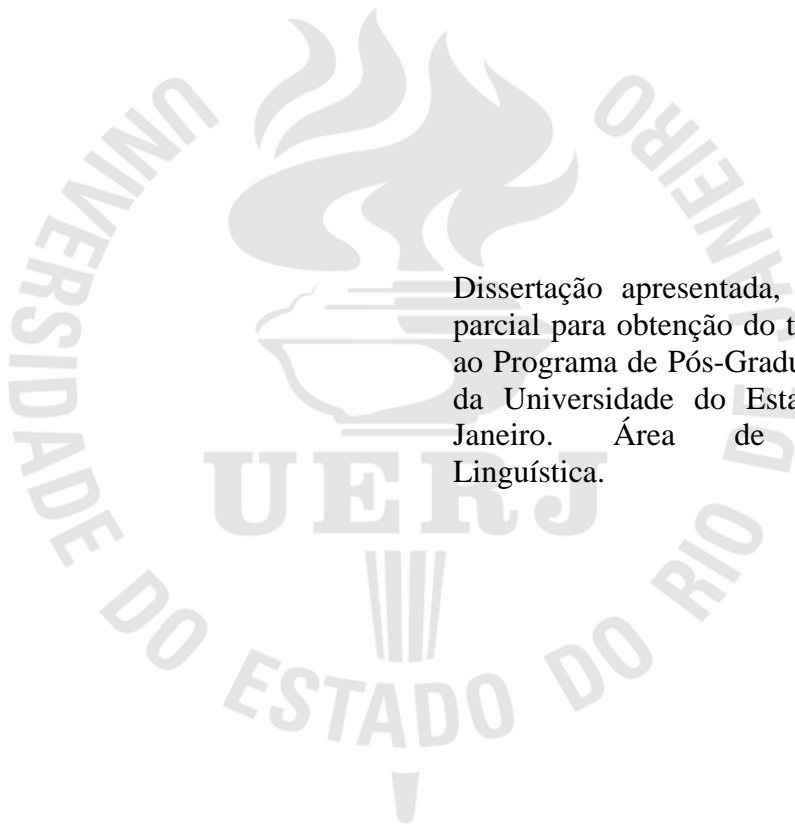
**O desconhecimento, o ataque, o desinteresse pelo consumo e a consciência
da vida: um estudo discursivo de sentidos de pecúlio**

Rio de Janeiro

2014

Cyntia Ramos de Lima

O desconhecimento, o ataque, o desinteresse pelo consumo e a consciência da vida: um estudo discursivo de sentidos de pecúlio



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

L732 Lima, Cyntia Ramos de.
O desconhecimento, o ataque, o desinteresse pelo consumo e a consciência da vida: um estudo discursivo de sentidos de pecúlio / Cyntia Ramos de Lima. – 2014.
139 f.: il.

Orientadora: Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Pecúlio - Teses. 3. Ethos – Teses. 4. Revista PREVI - Teses. I. Sant'Anna, Vera Lucia de Albuquerque. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Cyntia Ramos de Lima

O desconhecimento, o ataque, o desinteresse pelo consumo e a consciência da vida: um estudo discursivo de sentidos de pecúlio

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 31 de março de 2014.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Bruno Rego Deusdará Rodrigues
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Dayala Paiva de Medeiros Vargens
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido, meus pais e meus avós, em especial, ao meu avô Walter de Oliveira Ramos (in memoriam), pelo que representou para mim e pelo muito que suportou nesses últimos dois anos. Vocês são os amores da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda a energia de esperança e restauro que me enviou e por ter ouvido as minhas preces.

À minha mãe, que é a mulher mais adorável, doce e inspiradora do mundo, mas que ainda não sabe disso. Te amo.

Ao meu pai, pela garra e perseverança nos trabalhos a fazer, nas tarefas a realizar, na vida e na fé.

Aos meus avós, por tudo que representam na minha vida e por terem custeado boa parte dos meus estudos. Muito obrigada.

Ao meu marido, que é meu chão e sem o qual eu me perderia totalmente. Não tenho palavras para agradecê-lo, mas começo por muito obrigada por tudo e amo você.

À minha orientadora Vera por ter me dado a minha primeira oportunidade como professora de espanhol, como bolsista de docência, por ter me dado a oportunidade de ser sua orientanda e por ter me orientado nos últimos anos com muito afinco, dedicação e carinho.

Aos meus amigos, por terem aturado as minhas faltas e por me incentivarem a concluir o mestrado. Em especial, agradeço a Fernanda, Telma, Francine e Everaldo.

Aos meus colegas de trabalho, por terem acreditado no meu sonho e por embarcarem nele. Nominalmente, agradeço especialmente a Lucio Valter, Elisabete Poyares, Marcus Santa Cruz, Maurilio Rossi, Jaqueline Ferreira, Georgia Barreto, Rodrigo Thedim, Adriana Norival, Eder Saturnino, Eric Joia, Claudio Sobrinho, Dionysio Cunha, Virginia Sales e Dilton Alvares

À amiga mestranda Valéria Santana, que suportou todos os meus desesperos, me apoiou e me esperançou.

Aos professores Décio, Dayala e Bruno, pela força e pelas contribuições que me permitiram aprimorar este trabalho.

Nem tudo tinham os antigos, nem tudo temos os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum.

Machado de Assis

RESUMO

LIMA, Cyntia Ramos. *O desconhecimento, o ataque, o desinteresse pelo consumo e a consciência da vida: um estudo discursivo de sentidos de pecúlio*. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Este trabalho situa-se no âmbito dos estudos voltados para as relações entre linguagem e mundo previdenciário e, em consideração às várias possibilidades de abordagem para essas relações, pretende aprofundar-se nos discursos produzidos sobre o pecúlio. A proposta desta pesquisa é, sob o ponto de vista enunciativo, identificar que sentidos de pecúlio circulam em notícias veiculadas na Revista PREVI, levando em consideração a historicidade dos pecúlios e a comunidade discursiva que participa dessa construção de sentidos. Ao fazermos uma leitura mais analítica das notícias, identificamos que a forma como o enunciador se constituiu, nos levou a trabalhar com os implícitos - pressupostos e subentendidos - e, como pretendíamos analisar a relação PREVI/Participante, optamos por estudar o *ethos* enunciativo a partir desses implícitos. Dessa forma, pudemos estudar imagens de enunciador e, conseqüentemente, a forma de relacionamento desse com seu coenunciador, bem como os sentidos de pecúlios recuperados a partir dessa relação. A perspectiva teórica utilizada é a da Análise do discurso de base enunciativa que determina a forma como compreendemos as manifestações de linguagem (MAINGUENEAU, 2004). Outros conceitos presentes em nossa análise foram os de gênero do discurso (BAKHTIN, 2010); as teorias dos implícitos em Ducrot (1987) e Maingueneau (1996) e os estudos sobre o *ethos* em Maingueneau (2004, 2008 e 2011). Nossas análises nos possibilitaram recuperar três imagens predominantes de enunciadores: o explicador, o defensivo e o apelativo. O primeiro enunciador explica, porque entende que seu coenunciador tem dúvidas, desconhece, não está apto a; o segundo, defende a instituição PREVI, o pecúlio da PREVI e, se necessário, ataca inclusive seu coenunciador, se entender que está sendo ameaçado. Por sua vez, o terceiro argumenta em sua própria causa ou pela causa dos pecúlios e apela pela adesão do seu coenunciador. Depreendem-se dessas imagens de enunciador sentidos de pecúlios que precisam ser explicados, defendidos e argumentados nas publicações da PREVI. Como conclusão, a partir desses sentidos de pecúlio, inferimos uma possível causa para que os enunciadores e coenunciadores estabeleçam as mesmas relações em um período de mais de trinta anos de divulgação dessas revistas.

Palavras-chave: Análise do discurso. Pecúlio. Implícitos. Ethos.

ABSTRACT

LIMA, Cyntia Ramos de. *The ignorance, the attack, the lack of interest in consumption and awareness of life: a discursive study of reserve funds*. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This work lies within the framework of studies on the relationship between language and pension fund and, in consideration of the various possible approaches to these relationships, wants to delve into the speeches made on the reserve funds. The purpose of this research is to identify which reserve funds stories are found in reports in the *previ Magazine*, taking into account the historicity of the reserve funds and the community that participates in this discursive construction of meaning. By making a more analytical reading of the news, we identified how the utterer was formed, led us to work with the implicit - assumptions and innuendos - and, as we wanted to analyze the PREVI / Participant relationship, we have opted to study the relationship enunciation ethos from such implied. Thus, we studied pictures of the enunciator and hence this kind of relationship with their co-enunciator and the directions of reserve funds recovered from this relationship. The theoretical perspective used is that of discourse analysis of expository basis that determines how we understand the manifestations of language (MAINGUENEAU, 2004). Other concepts presented in our analysis were the gender discourse (BAKHTIN, 2010); implicit theories in Ducrot (1987) and Maingueneau (1996) and studies on the ethos in Maingueneau (2004, 2008 and 2011). Our analyzes allowed us to recover three predominant enunciators' pictures: the tutor, the defensive and the appealing. The first enunciator explains, because he understands that his co-enunciator is unsure, unaware, unable; the second one supports the Previ institution, the reserve fund and, if necessary, attacks your co-enunciator to understand what is being threatened. The third one argues for its own sake or for the sake of reserve funds and calls for the accession of his co-enunciator. Be inferred from these enunciator's pictures reserve funds ideas which must be explained, defended and argued in the Previ publications. In conclusion, from these reserve funds ideas, we infer a possible cause for the enunciators and the co-enunciators to establish the same relationships over a period of more than thirty years of dissemination of these journals.

Keywords: Discourse analysis. Reserve funds. Implied. Ethos.

RESUMEN

LIMA, Cyntia Ramos de. *La ignorancia, el ataque, la falta de interés en el consumo y el conocimiento de la vida: un estudio discursivo de sentidos de peculio*. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Esta investigación se desarrolla dentro de los estudios sobre las relaciones entre lenguaje y el mundo de la seguridad y, en consideración a los distintos enfoques posibles para estas relaciones, quiere profundizarse en los discursos sobre los peculios. El propósito de esta investigación es, bajo el punto de vista de la enunciación, identificar que sentidos de peculio circulan en noticias de la revista PREVI, llevando en cuenta la historicidad de los peculios y la comunidad discursiva que participa de esta construcción de sentidos. En lectura más analítica de las noticias, identificamos que la manera como el enunciador se constituye nos ha llevado a trabajar con las suposiciones - presupuestos y sobrentendidos – y, como hemos querido analizar la relación PREVI/Participante, hemos optado por estudiar el *ethos* enunciativo a partir de las suposiciones. De esa manera, pudimos estudiar imágenes de enunciador y, por consecuencia, la manera de relacionarse con su coenunciador, también estudiamos los sentidos de peculio que se recuperaron en esta relación. La perspectiva teórica utilizada la del Análisis del discurso que determina nuestra manera de entender las manifestaciones del lenguaje (MAINGUENEAU, 2004). Otros conceptos presentes en nuestro análisis fueron los de género discursivo (BAKHTIN, 2010); las teorías de las suposiciones en Ducrot (1987) y Maingueneau (1996) y los estudios del *ethos* en Maingueneau (2004, 2008 y 2011). Nuestros análisis nos permitieron recuperar tres imágenes predominantes de enunciadores: el tutor, el defensivo y el atractivo. El primer enunciador explica, porque entiende que su coenunciador tiene dudas, desconoce; el segundo, defiende la institución PREVI y su peculio y, si es necesario, ataca incluso a su enunciador, si entiende que está amenazado. A su vez, el tercero sostiene en su propia causa o por la causa de los peculios y pide la adhesión del coenunciador. Podemos inferir de estas imágenes de enunciador los sentidos de peculios que deben de ser explicados, defendidos y sostenidos en las publicaciones de PREVI. En conclusión, a partir de estos sentidos de peculio, inferimos una posible causa para que los enunciadores y coenunciadores establezcan las mismas relaciones en un período de más de treinta años de difusión de estas revistas.

Palabras clave: Análisis del discurso. Peculio. Suposiciones. Ethos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Boletim Previ nº 2 - Fev. 1991.....	47
Figura 2 –	Boletim Previ nº 1 - Jan. 1991.....	78
Figura 3 –	Boletim Previ nº 2 - Fev. 1991.....	86
Figura 4 –	Revista Previ nº 110- Jan. 2006.....	91
Figura 5 –	Revista Previ nº 111 - Fev. 2006.....	97
Figura 6 –	Revista Previ nº 147 - Jan./Fev. 2010.....	101
Figura 7 –	Revista Previ nº 152 - Jul. 2010.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição de valores de joias para inscrição no pecúlio.....	38
Tabela 2 –	Periodicidade do Boletim e das Revistas.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AFABB	Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Brasil
ANABB	Associação Nacional de Funcionários do Banco do Brasil
ASCOM	Assessoria de Comunicação da PREVI
CAPEC	Carteira de Pecúlios
CAPS	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CAPRE	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (sigla da década de 60)
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
GEPES	Gerência de Pessoas
IAP	Instituto de Aposentadoria e pensões
IAPB	Instituto de Aposentadoria e pensões dos bancários
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
PDV	Plano de Demissão Voluntária
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	CENÁRIO DA PREVIDÊNCIA.....	19
1.1	Previdência social, complementar e pecúlio.....	19
1.2	Origem do pecúlio.....	29
1.3	Pecúlio na atualidade.....	31
1.4	Pecúlio da PREVI	35
2	PERSPECTIVA TEÓRICA.....	45
2.1	Análise do discurso (AD): enunciado e discurso.....	45
2.2	Gêneros do discurso.....	52
2.3	Implícitos: Pressupostos e subentendidos.....	59
2.4	Ethos e cena da enunciação.....	64
3	METODOLOGIA.....	69
3.1	Motivação de pesquisa.....	69
3.2	Descrição e Definição das etapas e dos critérios de análise.....	71
4	IMAGENS DE ENUNCIADOR E SENTIDOS DE PECÚLIO: ANÁLISE.....	76
4.1	Análises de 1991.....	78
4.2	Análises de 2006.....	91
4.3	Análises de 2010.....	101
4.4	Conclusões parciais sobre a análise do corpus.....	109
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	119
	ANEXO A - Tabulação de boletins PREVI publicados em 1991.....	122

ANEXO B - Tabulação de revistas PREVI publicadas em 2006.....	123
ANEXO C - Tabulação de revistas PREVI publicadas em 2010.....	124
ANEXO D - Análise de implícitos do texto 2.....	125
ANEXO E - Análise de implícitos do texto 3.....	127
ANEXO F - Análise de implícitos do texto 4.....	129
ANEXO G - Análise de implícitos do texto 5.....	131
ANEXO H - Análise de implícitos do texto 6.....	133

INTRODUÇÃO

O que é um pecúlio? Ao iniciarmos nosso trabalho com essa indagação propositalmente buscamos enredar os leitores no mistério que a palavra por si só encerra. A verdade é que nós, ao nos depararmos com o vocábulo pela primeira vez, também tivemos a mesma dúvida: Pecúlio?

Como funcionária concursada do Banco do Brasil, soube, no momento da minha posse na empresa, que teria direito a aderir a alguns produtos – plano de saúde e planos de benefícios de previdência – dentre eles estava o pecúlio. Embora houvesse uma palestra explicativa sobre esses benefícios que o banco me oferecia, não entendi bem o que era pecúlio e não me dispus a aderi-lo. Ocorreu-me, no entanto, que mais tarde, fui trabalhar na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI -, o fundo de pensão que administra esses planos de benefícios, e recebi a incumbência de trabalhar com a oferta de pecúlios.

Como analista de seguridade responsável pela oferta e acompanhamento dos índices de adesão aos pecúlios da PREVI, no meu trabalho cotidiano, deparei-me, primeiramente, com um estranhamento: o pecúlio, mesmo sendo um benefício previdenciário oferecido pela instituição aos funcionários do Banco do Brasil, não era tão valorizado quanto o plano de previdência complementar, o Previ Futuro. Assim, quando foi necessário escrevermos o projeto que deu origem a esta pesquisa, embora tenhamos tido outras ideias e tenhamos estudado muitos documentos produzidos pela instituição - relatórios anuais, regulamentos, revistas, livros - estudar o assunto pecúlio ainda era mais fascinante.

Esse fascínio se deu, porque, na busca por informações relevantes sobre a instituição e seus planos para constituição do nosso projeto, tivemos acesso a um livro encomendado pela própria instituição para contar a história de seu centenário. Nesse livro, além de acessarmos a história da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) associada à do Brasil e à do mundo, conhecemos a história da Caixa de Pecúlios, criada em 1926.

Essa nova história, ademais de ampliar nosso conhecimento inicial sobre os pecúlios da PREVI, gerou em nós novas dúvidas. Chamou-nos atenção, por exemplo, o motivo de constituição dessa Caixa e o fato de ela ter sido considerada excelente opção de benefício nos anos 50. A essas informações somou-se a questão da fragilidade financeira em que a¹ encontramos quando fomos trabalhar com a oferta de pecúlios e assim tivemos a certeza de que deveríamos entender um pouco mais sobre esses benefícios.

Como nossa pesquisa se encontra no campo dos estudos discursivos, ocorreu-nos observar, sob o ponto de vista enunciativo, de que modo o pecúlio é apresentado nos documentos divulgados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI. Para logarmos esse objetivo, optamos por analisar textos veiculados nas Revistas PREVI, publicadas pela Caixa de Previdência e destinadas a todos os associados, pensionistas e demais beneficiários vinculados à instituição por meio impresso e digital. Escolhemos esse material para análise por ser a forma de divulgação por excelência do trabalho desenvolvido e dos produtos oferecidos pelo Fundo de Pensão, inclusive o pecúlio.

Além disso, entendemos que a revista seria material rico para a nossa pesquisa, tendo em vista que ela acompanha a vida associativa dos participantes. Isso acontece porque no momento da posse, após a apresentação/explicação inicial que o participante recebe sobre os benefícios previdenciários oferecidos pela PREVI, a revista passa a ser o canal de comunicação/informação da PREVI com ele. Essa revista é encaminhada para a casa dos participantes e seu conteúdo é escolhido com base no que a instituição crê ser importante informar, explicar, explicitar para o participante. A revista é, então, a forma que a instituição tem de estar presente na vida desse participante, de forma ativa.

Do ponto de vista dos estudos discursivos, a revista nos auxiliaria a entender melhor os pecúlios da PREVI, visto que é construída e se constrói pela comunidade a que se destina, ou seja, nelas os pecúlios seriam falados e refalados em uma relação de troca de informações entre a PREVI e seu participante, ou melhor, entre enunciador e coenunciador. Com base nessas

¹ Em 2010, quando fomos trabalhar com a oferta de pecúlios, a Caixa de Pecúlios já era uma Carteira de Pecúlios, pois abarcava também pecúlios por invalidez e por morte do cônjuge do participante.

ideias, elaboramos a seguinte pergunta de pesquisa: que sentidos de pecúlio circulam nas revistas publicadas pela PREVI?

Com esta pergunta, nosso objetivo geral de pesquisa é identificar os sentidos de pecúlio que circulam na Revista PREVI, levando em consideração a sua historicidade e a comunidade discursiva que participa dessa construção de sentidos.

Nossos objetivos específicos são: 1) apresentar a história dos pecúlios, sobretudo os oferecidos pela PREVI; 2) compreender a relação PREVI/participante, no que tange ao conhecimento/compreensão sobre os pecúlios.

Para iniciarmos nosso trabalho de análise na busca pela resposta à nossa pergunta de pesquisa, começamos a trabalhar na delimitação do nosso corpus e fomos em busca de edições da revista que falassem sobre o pecúlios. Em uma consulta ao site da PREVI, percebemos não estavam ali dispostas todas as edições, visto que a mais antiga datava de abril do ano 2000 e era a edição 71. Em contato com a Assessoria de Comunicação da PREVI (ASCOM), conseguimos, em formato digital, as primeiras edições dessa publicação que, na verdade, se constituía como um boletim. O Boletim número 1 datava de janeiro de 1991.

Com esses arquivos e os demais que conseguimos encontrar na internet, tínhamos reunido o que seria nosso material. A partir dele, definimos nosso recorte usando um parâmetro relacionado à história dos pecúlios na Previ e optamos por estudar as primeiras revistas de que dispúnhamos à luz dos últimos regulamentos do plano publicados em 1980, 2006 e 2010.

Em uma primeira análise do nosso material, identificamos nos textos uma forma peculiar de enunciação, a qual nos remetia, em alguns momentos, a uma espécie de debate entre o enunciador e os possíveis leitores da revista, em outros, a uma espécie de reação defensiva por parte do enunciador por algo que fez ou deixou de fazer. Havia ainda outras formas de enunciar que nos causavam a impressão de haver informações implícitas, que completavam o sentido do enunciado explícito, que se nos apresentava.

Essa forma peculiar de constituição do enunciador levou-nos a querer estudar o *ethos* enunciativo com base nesses implícitos. Assim, nosso trabalho tomou a forma que apresentamos nos capítulos que se seguem.

No primeiro capítulo, tendo em vista que pecúlio é um benefício previdenciário, entendemos ser importante ilustrarmos como se estruturou e se estrutura o campo da previdência social e da previdência complementar e também como o pecúlio surge nesse contexto, principalmente no Brasil.

Em subcapítulo reservado para o estudo dos tipos de pecúlio existentes, pretendemos estudar de onde se originou e como é entendido atualmente. Para tanto, vamos propor primeiramente um estudo etimológico da palavra e, posteriormente, explicitar em que outros campos do saber, além do previdenciário, podemos verificar o surgimento e a representação do que é um pecúlio. Ainda, encaminharemos nosso estudo para desvendar a trajetória do pecúlio na PREVI, muito importante para este trabalho.

No segundo capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos que embasam a presente pesquisa. Primeiramente, valer-nos-emos da Análise do discurso de base enunciativa em Maingueneau (2004), perspectiva teórica por meio da qual compreendemos sentidos que se instituem nas manifestações de linguagem. Em seguida, apresentamos o conceito de gênero do discurso à luz de Bakhtin (2010), que nos serviu de base para a discussão sobre a construção composicional, o estilo e o conteúdo temático do nosso corpus, composto por notícias. Apresentamos também as contribuições teóricas de Ducrot (1987), no que tange ao estudo dos implícitos - pressupostos e subentendidos. Finalmente, estudamos o ethos, conforme Maingueneau (2004, 2008, 2011), a fim de acessarmos os sentidos de pecúlios por meio da imagem de enunciador que se instituiu.

No terceiro capítulo, explicamos a metodologia utilizada para logarmos organizar este trabalho. Assim, descrevemos o caminho para chegarmos ao tema de pesquisa, detalhamos a forma de seleção do corpus e apresentamos o motivo pelo qual optamos por estudar os implícitos e o ethos nos enunciados em questão.

Já no quarto capítulo, passamos para as análises propriamente ditas. A partir do estudo dos pressupostos e dos subentendidos nos enunciados previamente escolhidos², pudemos chegar a três imagens predominantes de

² Para facilitação tanto da feitura quanto da leitura das análises, o estudo dos implícitos nos textos foi tabulado e pode ser consultado nos anexos D, E, F, G e H deste trabalho.

enunciadores: o explicador, o defensivo e o apelativo, as quais nos deram a dimensão de alguns sentidos de pecúlios que circulam nas Revistas PREVI e, conseqüentemente, na comunidade composta por instituição, patrocinador (Banco do Brasil) e participantes. O primeiro enunciador explica, porque entende que seu coenunciador tem dúvidas, desconhece, não está apto a; o segundo, defende a instituição PREVI, o pecúlio da PREVI e, se necessário, ataca inclusive seu coenunciador, se entender que está sendo ameaçado. Por sua vez, o terceiro argumenta em sua própria causa ou pela causa dos pecúlios e apela pela adesão do seu coenunciador. Depreendem-se dessas imagens de enunciador sentidos de pecúlios que precisam ser explicados, defendidos e argumentados nas publicações da PREVI.

Por fim, no quinto capítulo, retomamos as discussões realizadas na pesquisa e concluimos, a partir dos sentidos de pecúlio, uma possível causa para que os enunciadores e coenunciadores estabeleçam as mesmas relações em um período de mais de trinta anos de divulgação dessas revistas.

1 CENÁRIO DA PREVIDÊNCIA

Neste capítulo, pretendemos contextualizar o cenário da previdência tanto social quanto complementar, este último mais intimamente relacionado à PREVI. Também interessa-nos mostrar a trajetória dos pecúlios da PREVI nesse contexto.

Indicamos que o item 1.1 foi escrito com base em leis e decretos pertinentes ao âmbito da previdência e nos estudos de Póvoas (1985), que introduz as questões históricas sobre a constituição dos sistemas de previdência, e Beloch (2004), que traça um estudo do macrocenário da previdência, relacionando-o à história e constituição da PREVI. Nesse caso, optamos por fazer uma espécie de resumo dos acontecimentos, tecendo breves comentários, quando necessário.

Nos itens 1.2, 1.3 e 1.4, pretendemos discutir aspectos relacionados à história dos pecúlios, desde a origem da palavra pecúlio, conseqüentemente, do próprio pecúlio, à constituição e trajetória dos pecúlios da PREVI.

1.1 Previdência social, complementar e pecúlio

De acordo com o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2005), previdente é aquele que prevê, é precavido ou prudente. Por consequência, previdência é o ato de prever uma situação e poder, de antemão, preparar-se para enfrentá-la da melhor maneira.

Este trabalho busca associar o mundo previdenciário ao da linguagem e este capítulo visa abordar aspectos da constituição do conceito de previdência no Brasil e no mundo, bem como situar a PREVI nesse contexto.

Atualmente o Sistema de Previdência Social no Brasil divide-se em Previdência Social Básica e Previdência Privada. A primeira é oferecida pelo Estado; a segunda é uma opção de complemento para a primeira. Ambas, no

entanto, surgiram com a justificativa de assegurar melhor qualidade de vida aos cidadãos, sobretudo quando já não pudessem mais trabalhar.

As primeiras constatações de que era necessário promover o bem-estar da população aconteceram em face das mudanças ocorridas com a Revolução Industrial iniciada em 1760. Isso porque os homens, que antes viviam em uma estrutura familiar coesa, migraram para a cidade, sem casa, organização ou apoio na busca de emprego e foram também “perdendo no processo industrial, a sua qualificação de homens, para serem considerados meros componentes laborais.” (PÓVOAS, 1985, p. 3).

Para revitalizar a qualificação do homem como ser social, cidadão, o Estado se viu obrigado a repensar sua postural liberal, à luz das correntes socialistas, sobretudo do socialismo científico. Em função disso, o conceito de assistência social começa a tomar corpo, visando à melhoria da qualidade de vida a que estavam submetidos os homens da época, tornando-se a fagulha do que mais tarde embasaria a criação dos sistemas de previdência social.

Como prova disso, começam a surgir leis voltadas para as garantias do trabalhador. As primeiras manifestações surgem na Alemanha, na França e na Inglaterra. No final do século XIX, na Alemanha recém-unificada, onde os sindicatos já se faziam ouvir, “sob a direção do chanceler Otto Von Bismarck surgiram as primeiras medidas com a finalidade de implementar um sistema público de benefícios sociais, entre 1883 e 1889, do qual constavam seguros contra doença, acidentes de trabalho, invalidez e velhice.” (BELOCH, 2004, p. 12)

Conforme Póvoas (1985), em 1895, na França, é iniciado um movimento legislativo que torna obrigatórios regimes previdenciários para trabalhadores das minas, da agricultura e de algumas indústrias. Na Inglaterra, em 1908, foi promulgada a Lei da Pensão por velhice, a qual trazia benefícios a pessoas com mais de 70 anos.

No Brasil, consta que a Coroa Portuguesa beneficiava com um aposento os funcionários mais graduados que tivessem deixado cargos na colônia, mas que tivessem interesse em nela permanecer. (BELOCH, 2004, p. 12)

Destaca-se, por essas pistas, que o século XIX foi rico em manifestações sociais que provocaram no Estado o impulso de realizar modificações legislativas. Nessa época, também a iniciativa privada é atuante,

“quer no que respeita à ação dos indivíduos, que criou e desenvolveu sociedades de beneficência e montepios, quer no que respeita às empresas que, a expensas próprias e exclusivas, criaram esquemas de pensões de aposentadoria e de pensões às viúvas.” (PÓVOAS, 1985, p. 12).

A exemplo disso, no Brasil, em 1904, 52 funcionários do Banco da República do Brasil fundaram uma associação denominada Caixa de Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil, a qual tinha como objetivo “garantir o pagamento de uma pensão mensal ao herdeiro do funcionário que dela fizer parte, na forma estabelecida pelos presentes Estatutos.”³

Nem todos os funcionários do banco, como se vê, faziam parte da Caixa, embora pudessem fazê-lo, conforme Art. 5 do Estatuto, “Poderão ser contribuintes todos os empregados do Banco que quiserem se inscrever como tais, desde que suas funções no Banco não tenham o caráter de provisórias.”.

Dos ordenados dos funcionários que faziam parte da Caixa eram descontadas contribuições mensais conforme a categoria escolhida, das quatro disponíveis: 1) Rs 10\$000; 2) Rs 13\$000; 3) Rs 16\$000; 4) Rs 20\$000. Ainda, havia a contribuição de 2% do valor das gratificações recebidas do banco.

Cada categoria equivalia a um valor de benefício/montepio. A primeira dava direito a um benefício de Rs 80\$000; a segunda a um de Rs 104\$000; a terceira a um de Rs 128\$000; e a quarta a um de Rs 160\$000.

À época, de acordo com o Art. 23 do Estatuto, eram considerados herdeiros para efeito de recebimento de um montepio no falecimento do funcionário do banco:

a) a viúva do contribuinte enquanto viúva; b) a filha ou filhas solteiras, embora maiores, e os filhos enquanto menores; c) a mãe viúva; d) o pai que por moléstia ou avançada idade esteja impossibilitado de prover a sua subsistência ou de sua família; e) as irmãs solteiras, embora maiores, e os irmãos de menor idade. (CAIXA DE MONTEPIO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA REPÚBLICA DO BRASIL, 1904)

Para prover o pagamento desses benefícios, a Caixa passou a buscar apoio financeiro do banco, que em 1905, passou novamente a se chamar Banco do Brasil. Era preocupação da instituição não desamparar seus

³ Estatuto da Caixa Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil, 1904, Art. 1º. GABIN/PREVI, Rio de Janeiro.

funcionários na velhice ou na invalidez, no entanto, conforme se viu no trecho do Relatório Anual da Instituição em 1909, o banco ainda não havia previsto uma forma de lidar com a situação:

Não seria digno do Banco desamparar seus servidores na velhice e na invalidez, mas não parece que ao arbítrio da administração se entregue, sem norma preestabelecida, assunto que, paralelamente, tantos cuidados e desvelos tem custado às corporações políticas e aos governos. (BELOCH, 2004, p. 27).

Sobre esse tipo de desamparo, o Governo Federal sancionou a Lei 3.724/1919 que tornava obrigatório o seguro contra acidentes do trabalho em algumas atividades. Essa lei foi importante para a nação, pois anunciou a presença do Estado como garantidor dos direitos sociais no Brasil e, mais do que isso, abriu caminho para que outras iniciativas fossem geradas nesse âmbito.

Fato relevante, considerado o marco inicial da Previdência Social pública do Brasil, é a sanção do decreto nº 4.628, de 24 de janeiro de 1923, mais conhecido como Lei Eloy Chaves, o qual criou, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP's) para os respectivos empregados.

Essa lei estipulava como deveriam ser as contribuições dos empregados e da empresa para os fundos da Caixa, como deveria ocorrer a gestão do fundo, como e a quem caberiam as pensões e quais benefícios estavam previstos aos trabalhadores.

Conforme Art. 9 dessa lei, os empregados ferroviários, que tenham contribuído para os fundos da Caixa com os descontos referidos no art. 3º letra "a" terão direito: 1) a socorros médicos em casos de doença em sua pessoa ou pessoa de sua família, que habite sob o mesmo teto e sob a mesma economia; 2) a medicamentos obtidos por preço especial determinado pelo Conselho de Administração; 3) aposentadoria; 4) a pensão para seus herdeiros em caso de morte. (BRASIL. Decreto 4.628/23).

Mais tarde, outras CAP's foram surgindo e outros benefícios foram incorporados ao rol de possibilidades, como o auxílio-funeral e o pecúlio por morte. Esse decreto, para muitos estudiosos da área de previdência, pode ser considerado o marco das primeiras experiências de previdência pública do

país e significou uma abertura para que outras instituições também formassem seus pecúlios.

O ano de 1923 provocou muitas mudanças no cenário previdenciário, inclusive na Caixa de Montepio, pois à ocasião todos os funcionários do Banco do Brasil eram seus contribuintes compulsórios.

Três anos mais tarde, em 1926, o Banco criou a Caixa de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil, “que passou a pagar um benefício pecuniário, em uma só vez, à família do funcionário falecido.” (BELOCH, 2004, p.44). Assim, além de a família do funcionário fazer jus a uma pensão no caso de sua morte, passa também a receber um pecúlio.

Os anos que se seguiram foram de grandes mudanças na política do Brasil, pois aconteceu a Revolução de 1930, a qual deu o governo federal a Getúlio Vargas e instaurou o que se chamou de República Nova.

Essa nova república voltou sua atenção para a promoção de benefícios sociais e algumas medidas voltadas para os direitos do trabalhador foram instituídas. “Assim, em 1932 foi instituída a carteira profissional obrigatória, nas áreas urbanas, e regulamentados o trabalho feminino, o código de menores e a jornada de 8 horas de trabalho. Em 1933 foi a vez do direito a férias; e em 1934, do salário mínimo, que só vigoraria a partir de 1940.”. (BELOCH, 2004, p. 51)

Foi também em 1934 que, a partir de decretos, surgiram instituições distintas das CAP's – os chamados Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAP's. Estes diferenciavam-se daquelas por promover cobertura previdenciária a uma classe de trabalhadores e não por empresas.

Em meio à organização de uma série de IAP's, também foi criado o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, o IAPB. Essa criação causou reflexos negativos na Caixa⁴, uma vez que coexistia com ela em termos de possibilidade para o trabalhador.

Por algum tempo a adesão dos funcionários do Banco do Brasil ao IAPB era facultativa e não afetava a Caixa. No entanto, com a proibição pelo governo federal de que as CAP's recebessem novos contribuintes, praticamente a adesão ao IAPB foi obrigatória, criando problemas financeiros

⁴ Aqui chamamos Caixa em lugar de Caixa de Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil, atual PREVI.

para a Caixa de Previdência, forçada, mais tarde, a pedir ajuda do Banco do Brasil para saldar suas responsabilidades.

Em 1934, a Caixa de Pecúlios foi incorporada legalmente à Caixa de Previdência. “A Diretoria da Caixa de Previdência tornava-se responsável por quaisquer resoluções referentes à Caixa de Pecúlios, reafirmando-se, entretanto, a independência dos patrimônios das duas organizações.” (BELOCH, 2004, p. 57).

Na década de 40, foi facultada aos funcionários que não eram associados à Caixa de Previdência a associação à Caixa de pecúlios. Sobre isso, cabe salientar o papel de “mais uma vantagem” que o pecúlio representa nessa fase da história da previdência. Na década de 20 já era usado como plus das CAP’s, vinte anos mais tarde, como chamariz para a adesão de associados à Caixa de Previdência.

Na década de 50, ainda em função da impossibilidade de ingresso de novos associados, a Caixa de Previdência continua apresentando dificuldades de manter as pensões, no entanto a Caixa de Pecúlio, que não estava sujeita a nenhum tipo de interdição de novos membros, mantinha seu crescimento e era modernizada com o intuito de compensar a depreciação da outra Caixa. “Assim, foram adotados o aumento dos pecúlios e seu reajuste periódico, de acordo com o crescimento do número de associados; e ainda um pecúlio especial, destinado exclusivamente aos cônjuges dos segurados. (BELOCH, 2004, p. 67).

No setor público, mesmo com a deposição de Getúlio Vargas no ano de 1945, o sistema previdenciário se manteve repartido em várias instituições, cada qual com seu presidente, representando uma determinada classe de trabalhadores e apresentando benefícios distintos para cada uma delas.

Segundo Beloch (2004), só em 1960 o quadro começa a mudar, uma vez que é aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social, a qual não unificava, mas homogeneizava os Institutos, pois uniformizava os benefícios, nivelando-os por cima, e fazia cessar o clima de disputa que se estabeleceu entre as lideranças sindicais de cada classe e o governo.

Conforme o artigo 2º dessa lei, eram beneficiários da previdência social: I - na qualidade de "segurados", todos os que exercem emprego ou atividade remunerada no território nacional, salvo as exceções expressamente

consignadas nesta Lei; II - na qualidade de "dependentes" as pessoas assim definidas no art.11.

No artigo 22, foram estipulados os benefícios a que tinham direito os segurados e seus dependentes:

As prestações asseguradas pela previdência social consistem em benefícios e serviços, a saber: I - Quanto aos segurados: a) auxílio-doença; b) aposentadoria por invalidez; c) aposentadoria por velhice; d) aposentadoria especial; e) aposentadoria por tempo de serviço; f) auxílio-natalidade; g) pecúlio; e h) assistência financeira. II - Quanto aos dependentes: a) pensão; b) auxílio-reclusão; c) auxílio-funeral; e d) pecúlio. III - Quanto aos beneficiários em geral: a) assistência médica; b) assistência alimentar; e) assistência habitacional; d) assistência complementar; e e) assistência reeducativa e de readaptação profissional. (BRASIL. LEI 3.807/60)

Nessa época, esse pecúlio era uma espécie de indenização, para os casos em que o segurado se invalidasse ou morresse antes de completar a carência para recebimento de um dos benefícios. Conforme o artigo 34 da lei 3.807/60, o pecúlio correspondia ao dobro da importância das contribuições realizadas, acrescidas dos juros de 4% (quatro por cento).

Três anos antes de 1960, a Caixa de Previdência havia sido bombardeada por uma série de Projetos de Lei que visavam inclusive sua extinção. Isso se deu devido ao “movimento surgido entre os funcionários do Banco do Brasil, contribuintes do IAPB, que pretendiam constituir uma nova entidade previdenciária, autônoma.” (BELOCH, 2004, p. 71).

Diante desse quadro, a Diretoria do Banco do Brasil resolveu implementar o desconto de uma contribuição pecuniária na folha de pagamento dos associados à Caixa, entre 1963 e 1966, com vistas a constituir um fundo destinado à complementação salarial que equiparasse o benefício de aposentadoria ao valor que o funcionário vinha percebendo na ativa.

Em 1964, após um golpe político, os militares tomaram o poder federal e passaram a governar sobre suas próprias leis. Em 21 de novembro de 1966, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco publicou o Decreto-lei nº 72, o qual unificava todos os Institutos de Aposentadoria e Pensões e criava o Instituto Nacional da Previdência Social – INPS.

Conforme artigo 2º do Decreto, “o INPS constitui órgão de administração Indireta da União; tem personalidade jurídica de natureza

autárquica e goza, em toda sua plenitude, inclusive no que se refere a seus bens, serviços e ações, das regalias, privilégios e Imunidades da União.” .

Nessa época, em contraponto, a Caixa de Previdência, também passa por modificações, no sentido de adequar-se à nova realidade que se estabeleceu com a criação do INPS. Com uma reforma estatutária, a Caixa de Previdência transformou-se em CAPRE e passou a objetivar a complementação de benefícios.

A ideia da complementação havia surgido já em 1963 quando foi criado o fundo de complementação dos benefícios para que se equiparassem aos salários da ativa, mas tornou-se efetivamente viável com o nascimento do INPS, uma vez que foi quebrada a imposição de que a Caixa não recebesse mais associados.

A partir do apagamento dessa proibição, todos os funcionários, antes somente filiados ao IAPB, puderam associar-se à CAPRE, fazendo jus à complementação dos benefícios que seriam concedidos pelo INPS, mediante pagamento de contribuições descontadas em folha de pagamento. Nesse ano de 1966, “dos 2.000 inscritos na antiga Caixa de Previdência passou-se para 40.000 na CAPRE.” (BELOCH, 2004, p. 75).

Enquanto a Caixa de Previdência transformou-se em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, praticamente nos moldes do que é hoje, o INPS abria-se para receber cada vez mais beneficiários, como trabalhadores rurais, autônomos, maiores de 70 anos e inválidos. Essa iniciativa culminou na criação do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS – a partir da sanção da Lei 6.036, de 1º de maio de 1974.

O novo ministério deveria cuidar dos assuntos relacionados ao bem-estar da população brasileira, incluindo também aqueles que não estavam amparados pelas leis trabalhistas. Em função disso, a lei desvinculava a questão da previdência e da assistência social do Ministério do Trabalho.

A década de 70 foi a do “milagre econômico” e, com isso, muitos brasileiros se habilitaram a integrar o INPS como segurados. Com o tempo, essa situação gerou o que até hoje é notado no então INSS: baixos benefícios.

Tal quadro, porém ensejava a expansão da previdência complementar privada, que passou a constituir um benefício trabalhista inscrito na política de recursos humanos das grandes empresas, especialmente as estatais e multinacionais. (BELOCH, 2004, p. 91).

No início da década de 70, a CAPRE, que em 1974 passou a se chamar PREVI, era a maior instituição de previdência privada do país, mesmo com o surgimento de outros fundos de pensão, como a PETROS, dos funcionários da Petrobrás; a ELETROS, dos da Eletrobrás; a VALIA, dos da Vale do Rio Doce; e a FUNCEF, dos da Caixa Econômica Federal.

Com o acelerado aparecimento de entidades de previdência privada, fez-se necessária a regulamentação do setor. Em 1977, foi aprovada a Lei 6.435, a qual tinha como objetivo, de acordo com o artigo 3º,

I- proteger os interesses dos participantes dos planos de benefícios, determinar padrões mínimos adequados de segurança econômico-financeira, para preservação da liquidez e da solvência dos planos de benefícios, isoladamente, e da entidade de previdência privada, em seu conjunto; III- disciplinar a expansão dos planos de benefícios, propiciando condições para sua integração no processo econômico e social do País; IV- coordenar as atividades reguladas por esta Lei com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do Governo Federal. (BRASIL. Lei 6.435/77)

No artigo 1º, dá-se a conhecer que Entidades de previdência privada, “são as que têm por objetivo instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos.” (BRASIL. Lei 6.435/77)

A mesma lei avalia o que é uma Entidade de Previdência Complementar Fechada e o que é uma Entidade de Previdência Aberta, dedicando-se a expor a quais órgãos (normativo e executivo) e leis estão submetidas, como conseguem a autorização para funcionamento e como devem operar.

São entidades fechadas as acessíveis apenas aos funcionários de uma só empresa ou de um grupo de empresas, as quais serão chamadas de patrocinadoras. São abertas, as demais. As primeiras são complementares ao sistema de previdência oficial e ficam vinculadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social; as segundas só podem instituir planos de pecúlio ou de rendas e ficam sujeitas às normas aprovadas pelo Órgão Normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

De acordo com o objetivo traçado para cada uma, ficou estipulado que a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) não poderia ter fins lucrativos e que suas atividades seriam supervisionadas pelos patrocinadores

dos planos, no sentido de garantir ao cumprimento dos compromissos assumidos para com os participantes dos planos de benefícios. A PREVI se enquadra neste tipo de entidade e seu patrocinador é o Banco do Brasil.

E, em se tratando do pecúlio, essa lei também forneceu as coordenadas às entidades privadas sobre como deveriam oferecer esse produto. Conforme Artigo 42:

Os pecúlios instituídos pelas entidades fechadas não poderão exceder ao equivalente a 40 (quarenta) vezes o teto do salário de contribuição para a previdência social, para cobertura da mesma pessoa, ressalvada a hipótese de morte por acidente do trabalho, em que o valor do pecúlio terá por limite a diferença entre o dobro desse valor máximo e o valor do pecúlio instituído pela Lei nº 6.367, de 19/10/76. (BRASIL. Lei 6.435/77)

Antes dessa lei, não houve outra que legislasse sobre esse produto para esse segmento. No entanto, no ano anterior, como já adiantado no fragmento acima, a Lei 6.367/1976 dispôs sobre seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS e estipulou como e quanto o instituto pagaria de pecúlio para os dependentes do segurado no caso da sua morte ou ao próprio em caso de invalidez.

A lei 6.435/1977 mais tarde sofreu algumas alterações. A primeira delas com a publicação do decreto 81.240, de 20/01/1978, que seis meses após a publicação da primeira, validou algumas deliberações e incorporou outras normas sobre o funcionamento das EFPC's. Uma inclusão importante desse decreto foi o artigo que versa sobre o caráter facultativo da adesão dos empregados aos planos de benefícios instituídos pelas EFPC's.

A lei de 1977 só foi revista juntamente com a reforma da Previdência ocorrida no governo de Fernando Henrique Cardoso, que se expressou na Emenda Constitucional nº 20/98 e nas Leis Complementares 108/2001 e 109/2001. Essa reforma impactou todo o sistema previdenciário, incluindo as EFPC's, grupo em que se insere a PREVI. A lei 109 é a que até hoje dispõe as regras de funcionamento e manutenção dos planos em regime de previdência complementar. É essa lei, inclusive, que revoga a limitação de reajuste dos pecúlios.

Essa última informação será útil para que o leitor deste trabalho entenda, por exemplo, que em 2006 o debate sobre esse reajuste não se mantenha nas matérias relacionadas aos pecúlios.

No próximo item, iniciaremos nosso estudo com uma discussão sobre a etimologia da palavra e sua representação social na antiguidade.

1.2 Origem do pecúlio

Pecuária, pecúnia, peculiar, pecúlios são vocábulos atualmente correntes na língua portuguesa e que podem parecer não terem qualquer ligação, no entanto muitos estudiosos de etimologia associam a palavra pecúlio a pecu, que em latim significava gado. Essa associação se torna possível como nos apresenta Benveniste (1995).

Aos olhos de todos os etimologistas, pecu é o “gado”, pecúnia, a “riqueza em gado”, peculium, a “parte de gado deixada ao escravo”. É o que ensinam todos os dicionários etimológicos e as obras de morfologia latina, repetindo uma interpretação que se pode dizer secular, e mesmo milenar, visto que ela nos vem dos etimologistas romanos, dos três termos, pecu, pecúnia, peculium. (BENVENISTE, 1995, p. 50).

Conforme citação, podemos depreender que o gado na antiguidade - e até hoje se pensarmos em uma fazenda, por exemplo - era considerado riqueza, o que se tinha de precioso. Por esse motivo, tanto pecúnia quanto pecúlio estão associados a dinheiro, sendo que pecúnia remetia à fortuna do senhor, enquanto pecúlio às economias do escravo. (BENVENISTE, 1995, P. 52).

Ilustrando melhor como se dá a ligação da ideia de riqueza à de gado, conta-nos João Ribeiro (2008), que

É a pecúnia que deriva de pecus (o gado), que foi a primeira moeda nas trocas primitivas. E as moedas mais antigas que foram cunhadas em metal traziam a imagem significativa do boi, sinal dos valores. A pecúnia, sendo a fortuna privada, produziu o pecúlio que é o de cada um. E de pecúlio tirou-se peculiar, privativo, e ainda peculato, o furto dos dinheiros públicos. (RIBEIRO, 2008, p. 34)

Se no passado o gado era a moeda de troca e mais adiante a moeda era cunhada com a imagem de um boi, não fica difícil entendermos que gradativamente a ideia de gado foi se tornando cada vez mais longínqua a de sentido de pecúlio, mas a ideia de soma de dinheiro permaneceu e permanece

até hoje quando falamos de pecúnia ou de pecúlio. No dicionário (FERREIRA, 2005), pecúnia é sinônimo de dinheiro e pecúlio de dinheiro acumulado por trabalho ou economia.

Émile Benveniste (1995) discute a validade das explicações etimológicas que acabamos de apresentar. Para ele, tanto pecúnia quanto pecúlio sempre estiveram associados à riqueza, não necessariamente a gado. É ele que indica o significado de pecu como bem móvel (pessoal) - o que não exclui cabeças de gado - o que por extensão vai levar à pecúnia o significado de “fortuna móvel” e a pecúlio o de posse móvel pessoal.

Quanto à essa posse móvel pessoal, vale destacar, como já dissemos anteriormente, que pecúnia era a riqueza do senhor, enquanto pecúlio a dos escravos ou a de quem não podia ter haveres.

Peculium designa a posse concedida àqueles que não podem legalmente ter haveres: poupança pessoal concedida pelo senhor ao escravo, pelo pai ao filho. (BENVENISTE, 1995, p. 52).

Podemos depreender então que pecúlio era um bem dado ou deixado para alguém que não podia, por algum motivo, juntar riquezas. Na antiguidade clássica, pecúlio recebeu distintas acepções, porém todas estavam ligadas ao ato de cessão de bens:

En Servio, peculium venía a equivaler a patrimonium, "porque entre los antepasados todo patrimonio se denominaba peculio a partir del ganado (a pecoribus), en que consistía toda la riqueza". Más atinado, Varrón restringía su sentido inicial aplicándolo sólo a aquellas cabezas de ganado que el amo asignaba al siervo para que las apacentara como propias y las aprovechara en usufructo. San Isidoro, en cambio, asigna la tenencia de peculio a siervos y a menores de edad, y engloba en él no sólo el ganado (como era en su origen), sino también otro tipo de bienes de menor cuantía. (CASQUERO, 2013, p. 4)

Benveniste foi assertivo ao sintetizar pecúlio como posse móvel pessoal, pois, mais tarde, pecúlio passa a equivaler também à quantia que o escravo poupava com o objetivo de comprar sua alforria. No Brasil, foi a Lei 2040 de 28/08/1871, chamada de “Lei protetora dos cativos” e mais conhecida como Lei do Ventre Livre, que pela primeira vez regulou a possibilidade de um escravo formar pecúlio “para indenizar o seu valor e caso o senhor se recusasse a aceitar, o cativo poderia recorrer à justiça para garantir tal direito.” (PERUSSATO, 2009, p. 2).

No artigo 4º da referida Lei, identificamos alguns interessantes aspectos sobre a formação e a destinação do pecúlio conseguido por um escravo.

Art. 4º. É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

§ 1º. Por morte do escravo, metade do seu pecúlio pertencerá ao conjugue sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na fôrma da lei civil. Na falta de herdeiros o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação que trata o art. 3º. (BRASIL. Lei 2.040/1871)

Esse fragmento nos mostra também a preocupação de que a dada herança, manifestada através do que se chamou pecúlio, fosse destinada à manutenção da família após a morte do escravo que o mantinha.

Da discussão que propomos, o que se mantém até hoje, principalmente na PREVI, é o fato de que o pecúlio é um bem móvel, mantido por um trabalhador para amparo de sua família no momento de sua morte. Há, no entanto, outras variações para esse benefício, as quais discutiremos à continuação.

1.3 Pecúlio na atualidade

A partir de uma apurada busca na internet, em dicionários, em livros especializados em previdência e mesmo na legislação pertinente, encontramos um sem número de significações para pecúlio em várias esferas da atividade humana, como a da previdência, a política e a prisional. Entendemos que, para ampliarmos nosso entendimento do que pode ou não ser considerado pecúlio, devemos trazer à tona essas noções neste item do capítulo.

Como já vimos, o verbete pecúlio no dicionário Aurélio (2005) vem acompanhado da seguinte definição: é o dinheiro acumulado por trabalho ou por economia. Essa noção de acumulação, poupança, foi ampliada no dicionário Aulete online (2013):

(pe.cú.li:o)

sm.

1. Soma de dinheiro economizada para qualquer eventualidade; AFORRO; ECONOMIA; PÉ-DE-MEIA
2. Todo tipo de dinheiro poupado.
3. O conjunto dos bens móveis e imóveis.
4. Benefício da Previdência Social caso o segurado retorne ao trabalho após a aposentadoria, ou fique inválido por acidente. [Em caso de morte, os dependentes recebem o benefício.]
5. Fig. Coleção ou reserva de notas, subsídios.
[F.: Do lat. peculium, ii.]

Aqui, identificamos no item 4 uma noção diferente da que havíamos estudado até então, a qual fomos apurar no site próprio da Previdência Social. No âmbito da Previdência Social, o pecúlio é o benefício devido ao segurado aposentado até março de 1994 pelo Regime Geral de Previdência Social.

Esse pecúlio “corresponde à devolução da soma das importâncias relativas às contribuições do segurado aposentado até a competência 03/94, recolhidas até 15/04/94, em pagamento único.” (PREVIDÊNCIA SOCIAL. 2014a). Ou seja, esse pecúlio era formado pelos valores pagos à Previdência Social por um aposentado que volta a trabalhar. Como esse não terá mais que contribuir para a Previdência Social, com fins de conseguir uma aposentadoria, já que já está aposentado pelo Ministério da Previdência Social, esse valores eram acumulados por esse órgão e devolvidos ao aposentado, quando ele parava completamente de trabalhar. Esse tipo de pecúlio não existe desde 1994, quando foi extinto pela Lei 8.870, de 15 de abril de 1994.

Ainda no âmbito da Previdência Social, dezesseis anos antes, quando o Ministério da Previdência Social atendia pelo nome de Instituto Nacional de Previdência Social - INPS -, pecúlio era uma espécie de indenização paga aos empregados segurados do regime de previdência social em caso de invalidez causada por acidente de trabalho ou paga aos dependentes desse, em caso de morte também causada por acidente de trabalho. Essa previsão está disposta nos artigos 7º e 8º da Lei 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispunha sobre o seguro do trabalho a cargo do INPS.

Art. 7º Em caso de morte decorrente de acidente do trabalho, será também devido aos dependentes do acidentado um pecúlio no valor de 30 (trinta) vezes o valor de referência, fixado nos termos da Lei número 6.205, de 29 de abril de 1975, vigente na localidade de trabalho do acidentado.

Art. 8º Em caso de aposentadoria por invalidez, decorrente de acidente de trabalho, será devido, também, ao acidentado, um pecúlio de 15 (quinze) vezes o valor de referência, fixado nos termos da Lei número 6.205, de 29 de abril de 1975, vigente na localidade de trabalho do acidentado.

Se para a Previdência Social pecúlio é um termo utilizado de forma muito particular, no âmbito da legislação da previdência complementar brasileira, a ideia se generaliza. Assim, a definição legal para pecúlio que deve ser usada na área da previdência complementar é a de que pecúlio é o capital segurado a ser pago de uma só vez ao beneficiário, quando ocorrer a morte do subscritor, na forma estipulada no plano subscrito. Essa instrução pode ser encontrada no Art. 22, § 1º, do decreto nº 81.402/78, regulador da Lei 6435/77.

A Lei 6435, de 15 de julho de 1977, por sua vez, é um divisor de águas para o sistema de previdência, pois institucionaliza e dispõe sobre o que são as entidades de previdência privada. Antes da sanção dessa lei, o que existia era

um quadro mutualista tradicional formado pelos montepios, um certo número de fundações instituídas por empresas estatais e um número indeterminado de esquemas previdenciários criados pelas empresas sem outra garantia que não fosse a sua expressão nos respectivos balanços, denominados “fundos contábeis”, expressão sem dúvida inconsistente, na medida em que tais fundos não passavam de meras provisões sem qualquer especificação material. (PÓVOAS, 1985, p. 96).

Essa Lei 6.435/77 mudou o quadro de incerteza que existia à época no que tange à previdência, pois definiu os objetivos das entidades privadas e classificou-as em fechadas e abertas. As fechadas são as que não têm fins lucrativos e que só podem ser acessadas por empregados da patrocinadora do plano de previdência oferecido; as abertas são as demais e podem ou não ter fins lucrativos. Ambas têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos. (BRASIL. Lei 6.435/77).

Como vimos é também a Lei 6.435/77 que vai definir que somente entidades privadas de previdência complementar podem oferecer pecúlios. No entanto, pelo fato de as entidades abertas terem permissão para serem lucrativas, raramente oferecem pecúlios, já que, conforme o Art. 6º da mesma lei, só será considerada atividade de previdência privada a instituição de pecúlio por morte, de pequeno valor, desde que administrado sob a forma de rateio entre os participantes, e o regime de rateio não é lucrativo.

Há também um pecúlio presente na esfera prisional, o qual diz respeito à sobra da remuneração do trabalho desempenhado por um presidiário, quando já houve as destinações obrigatórias por lei para esse salário. Essas destinações se dão da seguinte forma, conforme disposto no artigo 29 da Lei de Execução Penal 7.210, de 11 de julho de 1984:

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) à assistência à família;
- c) a pequenas despesas pessoais;
- d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

O pecúlio prisional é, portanto, uma poupança conquistada pelo preso através de seu trabalho e que poderá, quando em liberdade, ser de suma importância para sua sobrevivência e reajuste ao convívio social.

Independentemente de ser gado ou moeda ou do motivo pelo qual é pago ou para quem é pago, se ao escravo, se por indenização, se por morte, o fato é que pecúlio está sempre associado à ideia de existir um bem móvel, que, de alguma forma, vai ajudar alguém a se reerguer, a se alforriar, a se manter financeiramente, ou seja, está associado à ideia de segurança de quem tem direito a formar e receber um pecúlio - caso de invalidez, pecúlio prisional, etc. - ou de seus beneficiários no futuro - em caso de morte.

1.4 Pecúlio da PREVI

Neste item, faremos primeiramente uma recapitulação da história da PREVI até a constituição da Caixa de Pecúlios, em 1926. A partir desse marco, vamos nos ater a estudar os regulamentos e as modificações sofridas por essa Caixa com o passar do tempo, fazendo comentários no que couber para melhor entendimento das análises de material realizadas neste trabalho.

Tanto a história quanto o objetivo da criação da Caixa de Pecúlios da PREVI se confundem com a própria história da instituição e a do Banco do Brasil. Por esse motivo, cabe que entendamos o contexto em que a própria PREVI, à época Caixa de Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil, foi criada, para que possamos também compreender o motivo e a trajetória da Caixa de Pecúlios, instituída em 1926.

Em 16 de abril de 1904, a partir de uma assembleia geral, foi criada, por 52 funcionários do Banco da República do Brasil, a Caixa de Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil, cujo objetivo era, conforme disposto no Artigo 1º do Estatuto de constituição da Instituição, exclusivamente garantir o pagamento de uma pensão mensal ao herdeiro do funcionário que da Caixa fizer parte.

Embora criada por funcionários e não pelo próprio banco, a Caixa de Montepio não era um segredo para o Banco da República do Brasil, o qual inclusive, conforme Artigo 2º do Estatuto de criação, mantinha poderes para deliberar sobre alterações no Estatuto.

Mesmo sendo uma das primeiras Caixas de Montepio do Brasil, não foi em 1904 a primeira vez que funcionários tentaram conseguir um benefício dessa proporção do banco. Conforme Beloch (2004), em 1896 foi enviado ao Banco da República do Brasil um primeiro requerimento, com 82 assinaturas, pedindo a criação de um fundo de beneficência para os empregados bancários dessa instituição, porém a diretoria do Banco do Brasil recusou-o.

A insistência em ter um apoio na hora da morte não se dá por acaso. À época, a família era patriarcal e o homem - marido, pai, dono da casa - era obrigado, inclusive por lei, conforme disposto no § 5º do Art. 56 do Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890, a sustentar a família e defendê-la no que coubesse. E como fazê-lo após a morte? A criação da Caixa de Montepio acaba por responder a pergunta.

Para que a família pudesse ter direito a um montepio, era necessário o pagamento de contribuições pelo associado pelo período de, pelo menos, 3 anos. Essas contribuições eram descontadas diretamente de seus salários mensais e, se o funcionário falecesse antes de completada a carência, seus herdeiros receberiam o valor pago em parcela única.

De acordo com o art. 23 do Estatuto de criação da Caixa, eram considerados herdeiros do associado, conforme ordem abaixo:

a) a viúva do contribuinte enquanto viúva; b) a filha ou filhas solteiras, embora maiores, e os filhos enquanto menores; c) a mãe viúva; d) o pai que por moléstia ou avançada idade esteja impossibilitado de prover a sua subsistência ou de sua família; e) as irmãs solteiras, embora maiores, e os irmãos de menor idade. (CAIXA MONTEPIO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, 1904)

Com tamanha possibilidade de distribuição do dinheiro aportado para a composição do montepio e a quantidade de regras existentes no Estatuto de distribuição da pensão na falta do associado, em pouco tempo, vislumbrou-se a possibilidade de pedir auxílio financeiro ao Banco da República do Brasil.

Com efeito, já no ano da fundação da Caixa, o Banco aportou, por decisão de sua Assembleia Geral, recursos da ordem de Rs 8:042\$000, quantia equivalente a 2/3 do montante total das contribuições dos associados. A partir de 1911, estes aportes, considerados como doações, foram regulamentados e tornaram-se permanentes, passando o seu valor a Rs 25:000\$000 semestrais. (BELOCH, 2004, p. 25).

O ano de 1923 é um marco para o setor da previdência, pois foi criada, a partir do decreto 4.682, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os empregados. Essa lei estabelece em seu art. 29 que:

Por fallecimento de qualquer empregado ou operario, qualquer que tenha sido o numero de annos, em trabalho prestado, seus herdeiros terão direito de receber da caixa, immediatamente, um peculio em dinheiro de valor correspondente á somma, das contribuições com que o fallecido houver entrado para a caixa, não podendo esse peculio exceder o limite de 1:000\$000. (BRASIL. Lei 4.682/23)

É, a partir daí, que o pecúlio passa a constar como mais um benefício trabalhista. Uma vantagem deixada para a família do funcionário falecido, além da pensão. Três anos mais tarde, em 1926, o Banco do Brasil, por intermédio da Caixa de Montepio, também instituiu a sua Caixa de Pecúlios, que tinha como objetivo pagar de uma só vez benefício pecuniário à família do funcionário falecido.

Como ainda em 1920, a Diretoria do Banco do Brasil tornou compulsória a associação de todos os seus funcionários à Caixa de Montepio, havia em 1926 um grande número de pessoas habilitadas a fazer parte da Caixa de Pecúlios, pois para inscrever-se nessa última era necessário ser associado da primeira.

A Caixa de Pecúlios visava, portanto, pagar pecúlios por morte e estruturou-se de forma distinta da Caixa de Montepio, pois, conforme art. 4º de seu primeiro regulamento, todas as despesas necessárias ao seu funcionamento deveriam ser somente por ela efetuadas. A Caixa de Pecúlios, então, inaugurou-se a partir do que chamamos atualmente de regime financeiro de repartição simples, ou seja, as contribuições pagas por todos os participantes do plano, em um determinado período, deverão ser suficientes para pagar os benefícios decorrentes dos eventos ocorridos nesse período.

Esse tipo de gestão financeira perdura até hoje no que tange aos pecúlios da PREVI e aos demais pecúlios existentes no mercado. O regime pode ser um problema se houver mais saídas do plano - mortes - do que entradas, já que os pagamentos são feitos a partir dos valores existentes em caixa. Se a baixa de um associado significa pagamento de um montante considerável de dinheiro, é preciso que mais pessoas entrem no grupo de associados para suprir os próximos pagamentos.

A partir de sua fundação em 1926, a Caixa de Pecúlios teve seu regulamento alterado nos anos de 1934, 1947, 1953, 1966, 1973, 1980, 2006 e 2010. Cabe discutirmos algumas mudanças significativas que se passaram nesses anos e contribuíram para fazer dela o que é hoje.

Em 1926, os pecúlios eram oferecidos em séries A e B, cujos valores de benefício eram respectivamente dez mil e cinco mil contos de réis, e em cada uma dessas séries só deveria haver no mínimo 525 contribuintes. Se o número de contribuintes de uma série fosse menor que o mínimo, essa deveria ser extinta e os valores remanescentes seriam divididos entre as outras séries; se a última série fosse extinta, o remanescente caberia à Caixa de Montepio.

Para inscrever-se, os interessados deveriam contar com menos de 50 anos de idade e pagar no ato da inscrição uma taxa de expediente no valor de 5\$000 réis, destinada a cobrir despesas de funcionamento da Caixa, e uma joia cobrada de acordo com a idade no momento da inscrição, nos seguintes valores:

	Série A	Série B
Até 30 anos	40\$000	20\$000
De mais de 30 até 40 anos	60\$000	30\$000
De mais de 40 até 50 anos	80\$000	40\$000

Tabela 1 - Distribuição de valores de joias para inscrição no pecúlio

À época, não havia contribuições mensais, os pagamentos eram feitos da seguinte forma:

Art.10 - As contribuições serão de 20\$000 para os componentes da série A e de 10\$000 para os da série B, pagas por ocasião do falecimento de cada contribuinte da mesma série, dentro de cinco dias do aviso dado na sede da Caixa ou nas Agencias do Banco do Brasil. (CAIXA DE MONTEPIO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, 1926)

Assim, a cada morte, os contribuintes eram acionados para fazer as contribuições, sendo que o número de aportes ficava limitado ao máximo de três por mês.

Em 1934, extinguem-se as séries e passa a existir apenas um pecúlio pago por morte, cujo valor do benefício era de dez mil contos de réis. A idade máxima para inscrição foi reduzida para 40 anos, provavelmente na tentativa de equilibrar o plano e evitar um número maior de mortos do que de contribuintes. Também foi mantida a cláusula que vislumbrava a possibilidade de extinção da Caixa.

Art. 29 - Caso o número de contribuintes chegue a menos de 525, será a Caixa extinta, distribuindo-se os seus fundos entre os contribuintes dela componentes, na proporção dos pagamentos feitos por cada um, até o máximo igual ao valor do que cada qual houver pago; o remanescente, caberá à Caixa de Previdência. (CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, 1934)

No Regulamento de 1947, essa cláusula se mantém, mas ocorrem outras mudanças, como: 1) o pagamento de mensalidades, além das contribuições feitas conforme regulamento anterior; 2) a necessidade de apresentação de atestado, firmado por médico designado pela Diretoria da Caixa, em que se comprove boa saúde do proponente; 3) a possibilidade de ex-funcionários do Banco do Brasil permanecerem associados à Caixa de Pecúlios;

O Regulamento de 1953 traz já no primeiro artigo uma ressalva de extinção bastante semelhante ao artigo 29 dos regulamentos de 1934 e de 1947, ressaltando que a Caixa de Pecúlios será administrada pela Caixa de Previdência⁵, enquanto existir. Sobre isso, abrimos um parêntese para discutir que, desde a criação da Caixa de Pecúlios há uma preocupação latente com a sua extinção. É como se, a qualquer hora, seu regime financeiro pudesse perder a sustentação. Por esse motivo, todas as alterações que foram implementadas nos regulamentos mantiveram-se com foco na tentativa de tornar o plano menos frágil.

As alterações mais interessantes que aconteceram no Regulamento de 1953 foram a possibilidade de funcionários de entidades vinculadas ao Banco do Brasil poderem inscrever-se na Caixa de Pecúlios e a constituição de novos tipos de pecúlio por morte: ordinário, especial e adicional.

O pecúlio especial existe até hoje e consiste no pagamento de um benefício em parcela única ao associado no caso de falecimento de seu

⁵ Antiga Caixa de Montepio.

cônjuge. Até o momento só existia a possibilidade de o cônjuge receber o pecúlio no caso de falecimento do associado. Já o pecúlio adicional era opcional e poderia ser contratado, como o próprio nome diz, em adição à cobertura do pecúlio ordinário. Para ter oportunidade de inscrever-se no pecúlio especial ou no adicional, antes o interessado deveria inscrever-se no ordinário.

No Regulamento de 1966, a idade para inscrição volta a ser alterada. Quem tinha entre 40 e 59 anos poderia inscrever-me, mas teria de comprovar boas condições de saúde e ficaria sujeito ao pagamento de contribuições mensais em dobro. Foi ainda nesse regulamento que um capítulo intitulado “Da consulta aos participantes” foi incluído. Nele ficava registrado que toda criação de pecúlio ou quaisquer alterações regulamentares seriam submetidas aos participantes. Não que isso não acontecesse, mas esse capítulo impôs regras para o procedimento.

A inovação trazida pelo Regulamento aprovado em 1973 foi a criação do pecúlio invalidez, o qual visava pagar um benefício ao associado, em caso de invalidez total ou permanente, comprovada por aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional de Previdência Social. Por conta desse novo tipo de pecúlio, a Caixa de Pecúlio, que antes administrava apenas pecúlio por morte - inclui-se nessa categoria o pecúlio especial - passa a chamar-se Carteira de Pecúlios e sua sigla de reconhecimento passa a ser CAPEC.

Merecem destaque, ainda, alterações do tipo: eliminação do pagamento de contribuição em dobro para quem tinha mais de 40 anos, cancelamento da possibilidade de funcionários de outras entidades vinculadas ao Banco do Brasil se inscreverem na CAPEC e retirada do parágrafo que focava na possível futura dissolução da carteira.

O Regulamento que sucedeu o de 1973 foi o que passou mais tempo em vigor, de 1980 a 2006, quando foi lançada a nova CAPEC. Esse documento consolidou aspectos presentes na Lei 6.435/77, sobretudo no que tange ao aumento máximo do valor dos pecúlios concedidos por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Desde o Regulamento de 1966, especificou-se que os pecúlios seriam majorados nas mesmas proporções que o aumento salarial anual dos funcionários do Banco do Brasil. No entanto,

com a sanção da lei que organizou o sistema de previdência, as EFPC's só poderiam majorar seus pecúlios da seguinte maneira:

§ 8º Os pecúlios instituídos pelas entidades fechadas não poderão exceder ao equivalente a 40 (quarenta) vezes o teto do salário de contribuição para a Previdência Social, para cobertura da mesma pessoa, ressalvada a hipótese de morte por acidente do trabalho, em que o valor do pecúlio terá por limite a diferença entre o dobro desse valor máximo e o valor do pecúlio instituído pela Lei n. 6.367, de 19 de outubro de 1976. (BRASIL. Lei 6.435/77)

Esse aspecto do regulamento foi motivo de muita discussão para os participantes, que não viam no valor dos pecúlios, até por conta da inflação da época, grande vantagem e se ressentiam de deixar valor irrisório para a família em caso de falecimento. Esse será um aspecto que discutiremos também na análise de fragmentos retirados dos primeiros boletins divulgados pela PREVI.

Um aspecto que deve ser observado nesses regulamentos e que faz *link* com o ressentimento de que falamos é o fato de que desde 1973 a vinculação ao pecúlio ordinário era irretroatável, ou seja, uma vez contratado não era possível descontratá-lo, se não houvesse cancelamento também do plano de previdência mantido na PREVI (CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, 1980). Somente os outros tipos de pecúlios (adicional, especial) poderiam ser cancelados. Assim, uma vez que houve investimento no pecúlio ordinário e que não se poderia cancelá-lo, os participantes ficaram à mercê do regulamento da CAPEC e da lei 6.435/77, sem opção de escolha.

Um dos motivos de crise e reclamações da CAPEC foi esse, o outro motivo foi o próprio regime de repartição simples - sobre o qual já discutimos. Em 1995, o Banco do Brasil implantou um Programa de Demissão Voluntária (PDV) que desembocou no cancelamento dos planos de previdência e na saída de associados da CAPEC, sobretudo jovens, o que fez com que a Carteira de Pecúlios tivesse desembolsos superiores à sua receita e entrasse em desequilíbrio.

Conforme documentos internos da PREVI, estudos para melhorias dos planos de pecúlio foram iniciados em 1996, no entanto, em face de problemas, inclusive de ordem tecnológica, um novo regulamento só foi aprovado em 2006. Esse regulamento trouxe muitas mudanças aos planos, com

vistas a lograr novos participantes e a tentar reequilibrar a Carteira, que à época já era conduzida com reservas especiais.

As alterações mais significativas relacionadas ao novo regulamento foram a segmentação por faixa etária e a contribuição mensal proporcional ao risco. Essas medidas permitiram que os jovens, em tese por terem menos chances de morrer, passassem a pagar valores mais baixos. Também de grande importância foi a mudança na forma de reajustar os valores dos pecúlios, uma vez que a Lei 6.435/77 foi revogada pela Lei Complementar 109/2001 e a regra de que os pecúlios instituídos pelas entidades fechadas não poderiam exceder ao equivalente a 40 (quarenta) vezes o teto do salário de contribuição para a Previdência Social caiu por terra.

Foi também a Lei Complementar 109/2001 que redefiniu para participantes a forma de denominar os associados de planos de previdência complementar. Além dessas mudanças, outras ocorreram, como: 1) não foi mais estipulada idade limite para filiação aos planos de pecúlio, no entanto, para alterar um plano, com acréscimo de importância segurada, o participante não poderia ter mais de 55 anos; 2) passou a ser possível o cancelamento do plano por solicitação; 3) os pecúlios foram divididos em tipos: morte, invalidez e especial; também em modalidades: A, B, C, D e E; 4) cada modalidade associada a uma faixa etária representava um valor de pecúlio; 5) a alteração do nome do pecúlio especial, que passa a chamar-se pecúlio-cônjuge.

O Regulamento da CAPEC de 2010 é o atualmente válido. No geral, é bastante semelhante ao Regulamento de 2006, mas há algumas mudanças que se destacam e são de fundamental importância para entendermos o que hoje é um pecúlio na PREVI de forma regulamentar.

Nesse regulamento todos os funcionários do Banco do Brasil e da PREVI podem inscrever-se nos pecúlios, sem limite de idade, e indicar qualquer pessoa para beneficiária do pecúlio morte, independente de grau de parentesco. Além disso, tanto as modalidades de pecúlios quanto os beneficiários podem ser alterados a qualquer tempo, ressalvada a regra de que o participante não pode optar por modalidade de Pecúlio de valor superior ao daquela que detêm, se já tiver completado 56 anos.

Nesse regulamento, pela primeira vez, surge no art. 1º uma espécie de função para a existência da Carteira de Pecúlios: “promover o bem-estar de seus participantes e dos beneficiários por ele indicados, por meio da concessão de benefícios de pagamento único”. (CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, 2010). Esse é um aspecto importante de caracterização do que é um pecúlio atualmente para a instituição.

Como ponto alto do Regulamento de 2010, destacamos a alteração do nome plano ordinário para plano morte e a extinção do plano adicional. Os planos morte são distinguidos por modalidades que representam valores de pecúlios em ordem crescente - Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo - e por faixa etária.

É ainda nesse regulamento que o pecúlio cônjuge retoma o nome de especial, com o objetivo de fazer valer os direitos dos casais homossexuais. Como explicado, esse pecúlio é pago ao participante no caso de falecimento de seu cônjuge (integrante). Já estava estipulado em regulamentos anteriores que, se ocorresse o inverso e o participante falecesse antes, era facultada ao cônjuge a manutenção do pagamento das contribuições. Se o cônjuge mantivesse o pecúlio, só poderia designar como beneficiários os descendentes do casal ou enteados de qualquer um dos cônjuges. Essas regras estavam incluídas no título “Pecúlio Especial ou Pecúlio Cônjuge”, mas ganharam novo espaço, pois foi institucionalizado o pecúlio Manutença, que nada mais é do que uma forma de denominar essa regra de manutenção do Pecúlio Especial.

Ao lermos detidamente os regulamentos nos damos conta de que há uma evolução dos pecúlios, que antes eram benefícios para amparar as famílias dos funcionários do Banco do Brasil, ou de empresas vinculadas a ele, no caso de sua morte, e, com os anos, passaram a cobrir a morte dos cônjuges e também a invalidez dos próprios associados.

Além disso, percebemos que os pecúlios da PREVI têm perseguido um caminho sempre na busca do equilíbrio financeiro. Desde a criação da Caixa, em 1926, vimos a presença de artigos regulamentares que condicionavam a manutenção dos pecúlios à existência de X números de participantes ou à manutenção de séries, ou seja, artigos que passam a impressão de contínua

ameaça do funcionamento da Caixa. Esses artigos desaparecem na década de 70, mas alterações em regras como a idade para associação e a forma de estruturação dos pecúlios denotam a preocupação com a saúde financeira da Caixa e, mais tarde, da Carteira de Pecúlios.

Muitas mudanças regulamentares se deram em função da lei, mas muitas outras foram geradas por força do acompanhamento das mudanças sociais e políticas ocorridas no Brasil. Fato é que o pecúlio da PREVI, com o decorrer do tempo, deixa de ser somente um acalanto para a família do funcionário falecido e ganha contornos de segurança também para o funcionário em vida, a partir da criação dos pecúlios por invalidez e por morte do cônjuge.

2 PERSPECTIVA TEÓRICA

Neste capítulo, dedicar-nos-emos a apresentar os fundamentos teóricos que embasam a presente pesquisa. Como orientação teórico-metodológica, valer-nos-emos da Análise do discurso de base enunciativa que determina a forma como compreendemos as manifestações de linguagem (MAINGUENEAU, 2004). Outro conceito que nos servirá de base é o de gênero do discurso. Para Bakhtin (2010), a língua somente existe através da produção de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que a cada situação comunicativa nos vários contextos das atividades sociais adquirem a forma de um gênero do discurso específico. Apresentamos também as contribuições teóricas de Ducrot (1987) e Maingueneau (1996), no que tange ao estudo dos implícitos e novamente de Maingueneau (2004, 2008, 2011), para embasar teoricamente o estudo do ethos.

2.1 Análise do discurso (AD): enunciado e discurso

Quando iniciamos um trabalho sobre os estudos da linguagem é preciso que saibamos de que lugar discursivo queremos falar. Isso porque há muitas concepções sobre discurso, enunciado, enunciação e, conseqüentemente, há também diferentes vertentes da Análise do Discurso.

A Análise do Discurso, sobre a qual baseamos nossa pesquisa, é a aquela que considera a relação entre sujeito e linguagem, contextualizada espacial, temporalmente e interdiscursivamente. Significa, então, que o enunciado, segregado de sua situação de produção, não é passível de estudo, visto que a AD “não apreende nem a organização textual em si mesma, nem a situação de comunicação, mas procura associá-las intimamente.” (MAINGUENEAU, 2004, p. 12).

Antes de qualquer elucidação de conceitos, devemos expor e responder a seguinte pergunta: afinal, o que são enunciado e discurso para a Análise do Discurso que apresentamos?

De forma simples, podemos afirmar que “o enunciado é a marca verbal do acontecimento que é a enunciação” (MAINGUENEAU, 2004, p. 56), ou seja, o enunciado é produto de um ato de expressão e o ato é a enunciação.

Sobre isso, aprofundamos que não estamos tratando o enunciado como produto que se encerra em si mesmo e que é proferido por um locutor para que seja “traduzido” pelo seu interlocutor, que detém o mesmo código, a mesma língua, porque nesse sentido não estaríamos levando em consideração a constituição de sentidos, os sujeitos envolvidos, o contexto e os discursos que atravessam toda manifestação enunciativa.

Buscamos, pois, entender os enunciados em sua situação de produção. Assim, o contexto não é algo exterior ao enunciado, mas é condição para que ele exista.

“ (...) fora de contexto, não podemos falar realmente do sentido de um enunciado, mas, na melhor das hipóteses, de coerções para que um sentido seja atribuído à sequência verbal proferida em uma situação particular, para que esta se torne um verdadeiro enunciado, assumido em um lugar e em um momento específicos, por um sujeito que se dirige, numa determinada perspectiva, a um ou a vários sujeitos.” (MAINGUENEAU, 2004, p. 20).

Desse conceito, podemos extrair que, para estudar o enunciado como discurso, é necessário que consideremos aspectos como coenunciadores e condições materiais de produção.

O corpus que escolhemos para compor este trabalho foi analisado com base na concepção de enunciado tal qual a apresentamos. Isso significa que consideramos as matérias publicadas nos Boletins e nas Revistas PREVI enunciados que têm como fonte enunciativa a instituição PREVI, que são produzidos visando coenunciadores específicos - participantes dos planos de benefícios oferecidos pela PREVI - que se inscrevem no contexto da interação Instituição/Participante através de condições materiais de produção igualmente específicas - texto escrito, em suporte virtual e impresso.

Para que possamos operar a análise dos enunciados, Maingueneau (2004) nos apresenta três tipos de contexto que podem auxiliar-nos na interpretação. São eles: o ambiente físico da enunciação ou contexto situacional, o contexto e os saberes anteriores à enunciação. Buscamos, para

melhor apresentação desses tipos de contexto, associá-los a uma matéria do Boletim da PREVI que escolhemos para compor o corpus desta pesquisa.

Pecúlio

a outra face da moeda

A Lei 6.435, de 15.07.77, regulamentada pelo Decreto 81.240, de 10.01.78, dispõe no parágrafo 8º, art. 42º, que o valor dos pecúlios, instituídos pelas Entidades Fechadas de Previdência Privada, não deverá exceder a 40 (quarenta) vezes o maior salário-de-contribuição para a Previdência Oficial, para cobertura de uma mesma pessoa.

Em consequência, os pecúlios da Previ têm perdido poder de compra, prejudicando os beneficiários de funcionários falecidos.

Visando reverter tal situação, a Previ vem atuando junto às autoridades competentes desde dezembro/88 e já pre-

parou, a título de colaboração minuta de anteprojetos de lei visando corrigir tal anomalia, a ser apreciado pelo legislativo oportunamente.

Apesar dos pesares, vale observar os pecúlios da Previ por um prisma diferente do que é visto pelo associado.

Primeiramente, há de se refletir entre o individualismo e a solidariedade. A constituição de um lar impõe um comportamento de doação e reciprocidade, sendo esses alguns dos objetivos do seguro ou pecúlio, ou seja, prevenir um evento imprevisível, de um acidente, morte ou invalidez; no fundo, é uma questão de consciência em relação ao seu pró-

prio futuro e em relação aos seus familiares.

Há de se levar em conta, também, o custo de manutenção dos pecúlios da Previ por parte dos associados; ele, afinal, extremamente pequeno se comparado a um simples "rodízio" em uma churrascaria ou uma leitura de jornal; em suma, o investimento é muito pequeno em troca da garantia de uma razoável cobertura de subsistência.

Podemos afirmar, sem receio de erros, que concedemos aos nossos associados pecúlios com uma das menores ou talvez as menores tarifas de mercado.

Serviço de Consulta:
1002

Figura 1- Boletim Previ nº 2 - Fev. 1991

O contexto situacional, como o próprio nome diz, é aquele que está associado ao “onde” da enunciação. A partir dele, é possível interpretarmos unidades como “aqui”, “eu”, “você”. No caso desta pesquisa, este contexto diz respeito à própria revista, onde lemos as palavras “beneficiários”, “associado”, “pecúlios” e, por conhecermos a Fonte enunciativa (enunciador da matéria do Boletim da Previ), entendemos que fazem referência não ao grupo de todos os beneficiários, associados e pecúlios existentes, mas aos que têm relações com a PREVI.

O contexto “são as sequências verbais encontradas antes ou depois da unidade a interpretar” (MAINGUENEAU, 2004, p.27). Pode ser entendido a partir do contexto linguístico, ou seja, de elementos de referência inseridos no texto. Como exemplo, destacamos o seguinte fragmento da matéria “Pecúlio: a outra face da moeda:

“(...) os pecúlios da Previ têm perdido poder de compra, prejudicando os beneficiários de funcionários falecidos. Visando reverter tal situação, a Previ vem atuando junto às autoridades competentes desde dezembro/88 (...)”.

No fragmento, a expressão “tal situação” remete a “os pecúlios da Previ têm perdido poder de compra, prejudicando os beneficiários de funcionários falecidos” e, além de evitar a repetição do problema abordado em outro parágrafo, revisita-o e traz à memória do intérprete o motivo pelo qual a Previ atua junto às autoridades.

Os saberes anteriores à enunciação são aqueles de que dispõe o leitor antes da situação de enunciação e que o auxiliam a interpretar um enunciado. Assim, o enunciador institui nas matérias um coenunciador (leitor), que, por fazer parte da gama de participantes da instituição, é apresentado como sendo capaz de compreender, por exemplo, o uso de determinadas expressões ou mesmo o emprego de números de leis no corpo do enunciado. Esse coenunciador deverá conhecer o problema que vem ocorrendo com os valores dos pecúlios, conhecer o que dispõe a Lei 6.435/77 e o Decreto 81.240/78, saber qual o valor do maior salário-de-contribuição para a Previdência Oficial, saber qual o valor de um rodízio de churrascaria, entre outros dados exteriores ao enunciado que o ajudarão a interpretá-lo.

Cabe destacar que a apreensão de saberes não se dá da mesma forma para todas as pessoas, é variável. Um leitor que não esteja preocupado com o valor da cobertura do pecúlio pode ignorar o enunciado, pois ele não está de acordo com o que ele quer receber como informação, no entanto um leitor que está acompanhando as discussões sobre o valor da cobertura pode sentir que seus anseios estão sendo, pelo menos, estudados, acompanhados pela PREVI.

A explicação dos três tipos de contexto, na matéria em análise, expõe a concepção de enunciado de que falamos anteriormente. O enunciado, portanto, não entendido como sendo uma estrutura transparente que vai representar a realidade, mas sim como espaço de produção de sentidos que ultrapassa os limites da matéria linguística. Para a Análise do discurso, “um texto não é um

conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU 2004, p.85).

Para Maingueneau (2004), o discurso possui características essenciais: 1) é uma organização situada para além da frase; 2) é orientado; 3) é uma forma de ação; 4) é interativo; 5) é contextualizado; 6) é assumido por um sujeito; 7) é regido por normas; 8) é considerado no bojo de um interdiscurso. Vamos discuti-las, a seguir, tentando exemplificá-las a partir do nosso corpus de análise.

Quando se fala que a organização do discurso deve estar situada para além da frase, não se está querendo dizer que o discurso é maior que a frase em extensão, mas que ele deve ser entendido sob aspectos da sua constituição social, determinada historicamente, em lugar e espaço determinados. Sobre isso, podemos dizer que o significado dos textos veiculados nos Boletins e nas Revistas PREVI está para além de frases, pois levam em consideração não as palavras, mas experiências, relacionamentos, história. Quando lemos uma matéria, o que está em jogo são forças que se estabelecem no interior do enunciado, revelando posições políticas, oposições de ideias, interesses divergentes (ou convergentes), enfim, mais do que apenas significados de palavras soltas.

Outros pontos destacados por Maingueneau (2004) são o fato de o discurso ser orientado e interativo. Essas são características importantes para entendimento da dialogia inerente ao discurso. A primeira visa validar a ideia de que “o discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar” (MAINGUENEAU, 2004, p.53); a segunda destaca o caráter de troca verbal existente entre um “eu” e um “tu”, ainda que esses não estejam explícitos. A interatividade é constitutiva do discurso, “é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadore, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciadore e com relação à qual constrói seu próprio discurso.” (MAINGUENEAU, 2004, p.54). Essa interatividade nos remete ao conceito de dialogia cunhado por Bakhtin (2010), o qual estabelece que todos os enunciados dialogam uns com os outros, com os que já foram produzidos e com os que ainda serão produzidos,

pois “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2010, p.272).

À continuação, outra característica do discurso que deve ser ressaltada é que ele é uma forma de ação. Isso significa que todo enunciado quer dizer mais do que simplesmente dizer, quer também causar mobilização no outro, ou seja, agir sobre o outro. Podemos dizer então que os discursos que se manifestam nas matérias dos Boletins e das Revistas Previ não só informam ou ilustram um estado de coisas, mas atingem o coenunciador e participam da ação de reproduzir projeções sobre o que vem a ser pecúlio.

Nessa perspectiva, é importante que percebamos que o coenunciador projetado pelo enunciador pode não ser mais o mesmo após a leitura do enunciado que o espera, tendo em vista que pode ter sido modificado pela ação do discurso que lhe foi dirigido.

Dizemos, ainda, de forma a esmiuçar as características do discurso, que é contextualizado, ou seja, não existe fora de contexto. Abrimos parêntese nesse caso para ressaltar que o contexto não está fora da situação de enunciação, não é um lugar de onde se vê o discurso circular de longe. O contexto está no discurso e ambos são indissociáveis. Assim, ao lermos uma matéria sobre pecúlios na Revista Previ devemos ter a dimensão de sua situação espaço-temporal, de sua produção em um contexto particular, que será determinante para que entendamos os sentidos de pecúlios que se produzem em cada contexto.

A questão da contextualização dos discursos nos remete a outro aspecto dos discursos que é o de serem assumidos por um sujeito. Esse sujeito a que Maingueneau se refere não é o indivíduo, pessoa, mas uma fonte de referências. “Um EU, que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais e, ao mesmo tempo, indica que atitude está tomando em relação àquilo que diz e em relação ao seu coenunciador.” (MAINGUENEAU, 2004, P. 55).

Se aplicarmos esse conceito ao nosso corpus, podemos dizer que as matérias publicadas nas revistas da Previ possuem um sujeito enunciador, que não necessariamente coincide com a pessoa que produziu o enunciado. Esse sujeito é institucional e, em seu enunciado, faz circular também as vozes de

seus coenunciadores (funcionários da empresa, participantes dos planos de benefícios, leitores externos, etc.).

Se o discurso deve ser orientado, contextualizado, assumido por um sujeito, concluímos que para existir ele deve seguir algumas regras. Segundo Maingueneau (2004), cada ato de linguagem é regido por normas particulares. Em aplicação, podemos dizer que o ato de conceber as matérias da Revista Previ prevê uma série de fatores como: ter o que dizer, informar, avisar ou vender algo a alguém, haver leitores interessados nas informações, nos avisos ou nos produtos e serviços oferecidos.

A última característica apontada por Maingueneau (2004) para definir discurso é que ele deve ser considerado no bojo do interdiscurso, o que equivale a admitir que um discurso só ganha sentido porque se relaciona com discursos outros. Deprendemos que todo discurso é parte de outros discursos e que os enunciados só podem ser interpretados se relacionados a outros enunciados. Esses outros enunciados podem ser mostrados, como citações, provérbios, partes de letras de música, alusão, etc.; ou ainda, não mostrados, em forma de informações prévias que o coenunciador deve ter para compreender o enunciado que se apresenta. Em se tratando dos enunciados que encontramos nos Boletins ou Revistas Previ, percebemos uma série de discursos que dialogam e participam da produção de sentidos sobre previdência, participando da dinâmica de produção de sentidos de pecúlios.

Enfim, nosso objetivo com a apresentação das características essenciais de um discurso, conforme Maingueneau (2004), foi mostrar o posicionamento enunciativo que balizará nosso trabalho, sobretudo nossas análises. Em síntese, ressaltamos que não nos caberá somente a leitura dos boletins e das revistas da Previ, mas uma análise que visará trazer à tona sentidos de pecúlios construídos na discursividade das matérias. Partimos do princípio de que o material de análise constitui-se como discurso que, a seu turno, é organizado para além da frase, orientado, uma forma de ação, interativo, contextualizado, assumido por um sujeito, regido por normas e é considerado no bojo do interdiscurso.

2.2 Gêneros do Discurso

Como analisaremos matérias publicadas nos boletins e nas revistas divulgadas pela Previ, cabe que clarifiquemos que material é esse e como o caracterizamos. Para tanto, valer-nos-emos de outro conceito caro a este trabalho, que é o de gênero do discurso. Bakhtin (2010) apresenta tal conceito a partir da associação da linguagem a diversos campos da atividade humana e explica, nesses campos, que o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados que refletem as condições sociohistóricas de sua produção.

Em outras palavras, podemos dizer que uma conversa de bar, um memorando ou uma notícia jornalística são tipos de enunciados, produzidos pelo homem de forma mais ou menos estável, manifestados em situações de produção específicas, em momentos específicos. Por esse motivo, consideramos que esses “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2010, p. 262) são os gêneros do discurso.

Para o mesmo autor, esses enunciados conseguem refletir as condições específicas e as finalidades de cada campo da atividade humana em função de aspectos como conteúdo temático, estilo e construção composicional, que fazem parte do enunciado e que são mutáveis de acordo com o uso em cada área de atuação. Assim, inferimos que da definição acima devemos destacar a palavra “relativamente” como importante para reconhecermos um gênero, visto que, assim como as atividades humanas se alteram no tempo e no espaço, também os gêneros podem sofrer variações.

Isto posto, em associação desse conceito às matérias que vamos analisar, podemos dizer que as matérias jornalísticas são relativamente estáveis, pois podemos reconhecê-las, quando abrimos um boletim, uma revista ou um jornal. No entanto, ao lermos as matérias percebemos diferentes nuances que atribuem valores igualmente diferentes aos textos.

No intuito de entendermos essas diferenças, buscamos em manuais e dicionários de jornalismo o que significava o termo Matéria. Em Lage (2000), o verbete Matéria é qualificado como tudo o que é ou pode ser publicado, caracterizando-se como algo geral e impreciso. Assim, se Matéria é algo geral, o que realmente estamos analisando nos boletins e nas revistas da

Previ? Os manuais de jornalismo distinguem as publicações e cada qual tem nome e função específica: notícia, artigo, entrevista, reportagem, entre outros, são alguns termos com os quais nos deparamos e, que, por caracterizarem-se como tipos de enunciados relativamente estáveis, podem ser considerados gêneros do discurso.

O gênero com o qual vamos trabalhar é a notícia, matéria publicada nos boletins e nas revistas da PREVI com o objetivo de informar o leitor sobre algo.

Notícia: relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante. A estrutura da notícia é lógica. O critério de importância ou interesse envolvido em sua produção é ideológico: atende a fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidade, etc. (LAGE, 2000, P. 60).

Encontramos ainda outras definições para o verbete: “Notícia é tudo o que o público necessita saber, tudo o que o público deseja falar. (...) Notícia é um pedaço do social que volta para o social (AMARAL, 1978, P.39).”

Visto isso, cabe-nos discutir sobre a composição da notícia à luz da teoria Bakhtiniana. Conforme destacado anteriormente, para que se caracterize um gênero é preciso pensar em *conteúdo temático*, *estilo* e *construção composicional*, aspectos que variam de acordo com a inserção do gênero na vida social.

Com relação ao *conteúdo temático*, podemos dizer que a notícia trata da organização de informações variadas por uma fonte de referência (EU), a fim de que sejam transmitidas a um coenunciador (TU). Esse conteúdo traz em si a ideia de diálogo, que se dá, tanto entre o enunciador e o coenunciador em um momento e lugar específicos, quanto entre o enunciador e enunciados anteriores, quanto entre o enunciador e enunciados que poderão surgir.

O *estilo*, segundo Bakhtin (2010), tem a ver com os recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua usados para a composição do enunciado. Na literatura jornalística, o gênero notícia, talvez em função de ser caráter de ampla divulgação, é acompanhado de uma espécie de manual de instrução, de “como fazer”, que vai ajudar a definir tanto seu *estilo* quanto sua *construção composicional*.

No livro *Técnica de Jornal e Periódico*, Amaral (1987) revela que o estilo jornalístico deve ser claro, correto e sem gasto supérfluo de palavras. Além disso, indica que a boa redação de notícias é aquela que tem “1) orações breves; 2) palavras curtas; 3) preferência pelo vocabulário usual (...); 4) utilização do estilo direto; 5) uso de termos e expressões relacionados com seres humanos, seus característicos e qualidades; 6) uso de adequado de adjetivos; 7) verbos vigorosos, de ação. Sempre forma ativa.” (AMARAL, 1987, p. 64).

Esse conceito de estilo, de certa forma, manipula o autor, no que tange ao “que fazer”, com a presunção de inibir marcas de subjetividade nos enunciados e pretende domesticar o leitor a sempre compreender a notícia composta por essas formas preestabelecidas.

No que tange à construção composicional, o gênero notícia tem formação específica, que consiste em título, lead e corpo do texto.

Na construção composicional da notícia, o lead ou lide (em português) é “um parágrafo sintético, vivo, leve, com que se inicia a notícia, na tentativa de fisgar a atenção do leitor.” (AMARAL, 1987, p. 66). O lead vem depois do título e nele estão concentradas as informações mais importantes da notícia.

O corpo da notícia é recheado por explicações que vão decrescendo em ordem de importância, assim a notícia é uma pirâmide invertida, em que os

fatos principais encabeçam o texto; vêm, em seguida, os fatos de importância intermediária; e no final do texto comporta, apenas, informações que, de nenhum modo, alteram a compreensão da notícia. (AMARAL, 1978, p.65).

Ainda com relação à construção composicional, algumas notícias são publicadas com *boxes*, que são caixas de realce colocadas nas notícias para destacar uma parte do tema ou para dar explicações adicionais ao leitor.

Como gênero, a notícia pode ser considerada por seu *conteúdo temático*, *estilo* e *construção composicional*, no entanto não se pode conter a sua heterogeneidade, na medida em que possui variações. Não é difícil compreender como essas variações se constroem, visto que o homem, o tempo e o espaço que participam da constituição do gênero são sociohistoricamente mutáveis e que o tema, o estilo - que pode conter marcas de subjetividade dadas particularidades dos seres humanos - e a própria estrutura podem também ser passíveis de alterações e transições que transcorrem na vida

social. Conforme Bakhtin, os gêneros discursivos “são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (2010, p. 268).

Percebemos em nosso material uma variação do gênero notícia⁶, pois as que analisamos, muitas vezes, traziam traços de texto publicitário. Optamos, no entanto por continuar a chamá-las de notícias, porque há predomínio de informações. Essa variação do gênero será explicada mais adiante em espaço dedicado à discussão da formação do enunciador apelativo, no capítulo dedicado às análises.

Em retomada, a relativa estabilidade do gênero de que falamos é também apontada como fator de economia enunciativa, uma vez que, se os gêneros são organizadores do nosso discurso, nossa comunicação, de certa forma, está condicionada por eles. Sabemos de antemão como se dará o desenrolar de uma conversa de bar, por exemplo, não temos de pensar sobre isso para nos comunicarmos nessa situação de enunciação.

Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível. (BAKHTIN, 2010, p. 283)

Cabe-nos expor que essa facilitação da comunicação somente se dá se enunciadore e coenunciadore souberem circular pelo gênero de que se dispõe. Se o enunciadore subverter a ordem da notícia, por exemplo, dificultará o seu reconhecimento e causará estranhamento no coenunciadore, que precisará pensar sobre o que está acontecendo com aquele gênero ou sobre o que o enunciadore está querendo sinalizar. Da mesma forma, se o coenunciadore de uma notícia a recebe pela primeira vez, terá de entender e familiarizar-se com seu estilo e estrutura.

A fim de não minimizarmos gênero a “tipo relativamente estável de enunciadore” e ampliarmos esse conceito, valer-nos-emos também da atualização teórica que Maingueneau (2004) expõe sobre gênero. Para o autor, gêneros do discurso são acontecimentos que aparecem quando certas condições sociohistóricas estão presentes, dessa forma estão sempre

⁶ É possível encontrar discussão mais detalhada sobre o tema da variação dos gêneros em: ROCHA, Décio. *Cartografias em análise do discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502013000100007&lng=pt&nrm=iso>

submetidos a condições de êxito baseadas em: finalidade reconhecida, estatuto de parceiros legítimos, lugar e momento legítimos, suporte material e organização textual.

A primeira condição de êxito a que se submete um gênero é o reconhecimento de uma finalidade para sua existência. Para Maingueneau (2004), um gênero existe para alterar a situação da qual participa. Uma notícia vem à tona para informar algo a alguém, assim aquele que se propõe a produzi-la como enunciado deve ter claro o que quer informar e seu destinatário deve reconhecer seu caráter informativo, sob pena de não haver a alteração da situação (de desconhecimento da informação para reconhecimento da informação), conforme esperado.

O segundo tópico de discussão trata do estatuto de parceiros legítimos, que consiste em definir qual papel deve ou pode ser assumido pelo enunciador e pelo coenunciador. O estatuto dos parceiros legítimos pressupõe que tanto enunciador quanto coenunciador devem ser legitimados como tal. Em uma notícia, é preciso que o enunciador seja um especialista ou um jornalista que tenha a informação e é preciso também que seu coenunciador seja alguém que não a conheça. Em não sendo assim, não haverá razão de ser para o gênero, visto que sua função informativa perdeu a validade.

Ainda no que tange ao estatuto dos parceiros legítimos, abrimos parêntese para destacar que tanto o boletim quanto a revista da Previ circulam apenas entre os participantes da Instituição PREVI, ou seja, de certa forma, estão familiarizados com aspectos relacionados à previdência complementar ou aos pecúlios. As notícias veiculadas nesses meios de comunicação põem em relação a Instituição e seus participantes, contudo conforme esclarecemos nas análises, estar familiarizado não quer dizer que não necessitem de explicações, justificativas, e mesmo de argumentos que defendam esses produtos/benefícios oferecidos pela empresa.

A terceira condição de êxito de um gênero diz respeito à legitimação do lugar e do momento de seu acontecimento. No caso do gênero que vamos analisar, seu lugar de circulação é o interior da própria empresa e a casa dos participantes. Abrimos um parêntese para explicar que tanto os boletins quanto as revistas são produzidos para serem enviados por correspondência aos associados do Fundo de Pensão - PREVI.

Para Maingueneau (2004), a noção de lugar não é tão evidente quanto parece e merece atenção. Ao escolher enviar esses materiais (boletins e revistas) aos seus participantes, há uma sinalização de que se quer informar e de que o contido ali é importante para a comunidade a que se destina. Maingueneau (2004) retoma a questão da construção composicional da notícia, afirmando que, no caso do uso do suporte revista:

(...) trata-se de prender a atenção instável do leitor que a folheia; nesse caso, propõem-se pelo menos dois níveis de texto: por um lado, um fragmento curto em letras grandes que condensa a informação e atrai o olhar; por outro, para o leitor que aceita prosseguir, um texto com letras menores em que são desenvolvidos alguns argumentos. (MAINGUENEAU, 2004, p. 67)

Outro ponto interessante sobre o lugar é que, uma vez escolhido, sua subversão pode alterar completamente o olhar do coenunciador sobre ele. Exemplificando, uma notícia sobre pecúlios em formato de convite, enviada às casas dos participantes da PREVI, ganharia contornos de publicidade para quem não tivesse aderido um pecúlio ou poderia ser vista como algo fúnebre e com tom de ofensa, se o destinatário fosse participante e a notícia fosse sobre pecúlio morte.

A temporalidade de um gênero de discurso implica atenção a questões como periodicidade, duração de encadeamento, continuidade e duração de validade. A periodicidade da notícia corresponde à do boletim ou à da revista. Não pudemos precisar qual a periodicidade⁷ de publicação das revistas do nosso recorte temporal (1991/ 2006 e 2010) e nem o motivo pelo qual há buracos de edições, conforme tabela abaixo:

ANOS	MESES											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1991	X	X		X	X		X				X	
2006	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
2010		X	X	X	X	X	X	X	X			X

Tabela 2 - Periodicidade do Boletim e das Revistas

⁷ Atualmente as revistas são publicadas bimestralmente.

Essa imprecisão pode ser explicada pela primeira condição de êxito do gênero - finalidade específica -, pois a falta de informação, notícia relevante, pode ter gerado a não divulgação de edições em alguns meses.

Sobre a duração de encadeamento, percebemos que tanto nos boletins quanto nas revistas há duas durações de leitura de uma notícia. Primeiro acontecem as chamadas, que aparecem na primeira ou nas primeiras páginas do boletim ou da revista e fazem menção à notícia propriamente dita, indicando inclusive a página onde esta última se encontra, que sugerem duração curta de leitura; por segundo, surgem as notícias, que por serem textos mais longos, demandam maior duração da leitura.

A continuidade para nosso gênero é um conceito que pode ou não aplicar-se. No caso dos boletins de 1991, houve aplicação, pois encontramos um tema que veio se “arrastando” por todo ano até seu desfecho, por exemplo. Essa forma de noticiar tem um nome específico no meio jornalístico e se chama Suite.

Suite é a sequência que se dá a uma matéria, a um assunto, nas edições posteriores à divulgação do fato inicial. É o aproveitamento de um assunto que ainda está quente, isto é, que continua a despertar interesse público. (AMARAL, 1987, p. 68).

O quarto aspecto que participa das condições de sucesso de um gênero é o seu suporte material. Podemos dizer que as notícias, assim formalizadas em um boletim ou revista, impressa e enviada ao participante da PREVI, passam a ser perenizadas e ganham durabilidade. O suporte material escolhido para noticiar influencia na forma de relacionamento da instituição com os seus participantes, antes dos boletins - primeiras publicações destinadas aos associados -, as notícias eram enviadas em forma de carta e não previam respostas a questionamentos dos participantes em outra oportunidade (edição), estavam em “mão única”.

O quinto tópico de garantia de sucesso de um gênero é o da organização textual e retoma a questão da estabilidade já discutida neste trabalho e cunhada por Bakhtin (2010). A notícia cumpre um particular encadeamento lógico de seus elementos, que são inclusive usados de molde para que se escrevam outras notícias. Para Maingueneau (2004), o domínio de um gênero exige uma consciência mais ou menos clara do encadeamento de seus

constituintes. Conforme já discutimos, uma notícia é composta por título, *lead* e corpo, e seu reconhecimento pode se dar pela organização textual.

Com tudo o que vimos sobre gêneros do discurso e suas condições de sucesso, podemos dizer que a notícia é um gênero que circula em nossa sociedade com o objetivo precípua de permitir a veiculação de informações, ou seja, que um locutor informe algo a um interlocutor. Quem enuncia não necessariamente é o locutor, mas o EU da enunciação, que se trasveste de outro e pode, ou não, ser legitimado pelo seu coenunciador para falar de tal ou qual forma, sobre tal ou qual assunto.

2.3 Implícitos: Pressupostos e Subentendidos

Na seção 3.1, partimos da proposta de Maingueneau (2004) para definirmos nossa forma de compreender enunciado e discurso e sua articulação com este trabalho. Já na seção 3.2, apresentamos o conceito de gêneros do discurso, baseado nos estudos de Bakhtin (2011) e Maingueneau (2004), e discutimos o material que escolhemos para análise à luz das teorias sobre o tema. Nesta seção, vamos nos ater à explicação dos implícitos, um dos dispositivos de análise com o qual escolhemos trabalhar.

Nossa escolha por trabalhar com os implícitos nos remete à nossa pergunta de pesquisa, no sentido em que recuperar os sentidos de pecúlio nas publicações da PREVI, denota que nem tudo está na materialidade linguística explicitada no enunciado. Assim, optamos por analisar aspectos que pudessem nos ajudar a chegar a esses sentidos não ditos, mas que fazem parte do que se pode compreender a partir do dito.

Como base teórica desse entendimento, basear-nos-emos nos ensinamentos de Ducrot (1987) e Maingueneau (1996). Para o primeiro autor, os enunciados se constroem não só por aquilo que está explícito, ou seja, que está posto, mas também por aquilo que não está explícito e que significa para a compreensão do seu sentido. Ao que não está explícito, o autor chama de implícitos, os quais, por sua vez, dividem-se em pressupostos e subentendidos. O segundo autor vem para ratificar o entendimento do

primeiro e nos brinda com o texto, com a qual iniciaremos a explanação de nosso entendimento sobre a matéria: “Dizer nem sempre é dizer explicitamente, a atividade discursiva entrelaça constantemente o dito e o não dito.” (MAINGUENEAU, 1996, p. 89).

Em *O dizer e o dito*, Ducrot esboça sua teoria sobre os implícitos, traçando um paralelo entre pressupostos e subentendidos. Para ele, pressupostos são aqueles conteúdos implícitos que são trazidos no corpo do enunciado: “o fenômeno de pressuposição parece estar em estreita relação com as construções sintáticas gerais” (DUCROT, 1987, p. 19). Se alguém diz “O pecúlio era vantajoso”, podemos pressupor que “O pecúlio deixou de ser vantajoso”. A pressuposição, então, se constrói a partir do uso do verbo no pretérito, no corpo do enunciado.

Para o autor, ainda, um primeiro critério para classificar um pressuposto é verificar se continua a ser afirmado pela negação ou pela interrogação do enunciado. Assim, se se nega “O pecúlio não era vantajoso” e se se interroga “O pecúlio era vantajoso?”, é possível perceber que tanto a negação quanto a interrogação continuam afirmando, ou melhor, fazendo remissão à pressuposição “O pecúlio não é mais vantajoso”. Essa é uma característica do pressuposto que não se aplica ao subentendido, pois “a relação com a sintaxe é bem mais difícil de aparecer.” (DUCROT, 1987, p. 19).

Diferentemente do pressuposto, que pertence ao enunciado, o subentendido está atrelado a um sentido que não está no texto, mas que lhe acrescenta alguma coisa “sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita” (DUCROT, 1987, p. 19).

Para sintetizar e reforçar suas explicações, o autor aponta:

Introduzindo uma ideia sob forma de pressuposto, procedo como se meu interlocutor e eu não pudéssemos deixar de aceitá-lo. Se o posto é o que afirmo, enquanto locutor, se o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir, o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo (...). Em relação ao sistema dos pronomes poder-se-ia dizer que o pressuposto é apresentado como pertencendo ao “nós”, enquanto o posto é reivindicado pelo “eu”, e o subentendido é repassado ao “tu”. (DUCROT, 1987, p. 20).

Ducrot propõe, no segundo capítulo de *O dizer e o dito*, um reexame das noções de pressupostos e subentendidos, a fim de chegar a uma definição

para esses conceitos. Assim, o autor afirma que pressuposto e subentendido se opõem porque não têm origem no mesmo momento de interpretação: “a pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados. O subentendido, por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário” (DUCROT, 1987, p. 41). De forma a elucidar essa afirmação, para o autor, o subentendido se constrói a partir das respostas às perguntas: “Por que o locutor⁸ disse o que disse?”, “O que tornou possível sua fala?”, que fazem com que o coenunciador tenha de interpretar o motivo pelo qual o locutor age de uma forma e não de outra.

A questão do sentido toma outra dimensão para o autor, quando este afirma que o sentido é a imagem que o locutor pretende impor a seu interlocutor, ou seja, como ele deseja que seu interlocutor aja em relação àquilo que lhe é transmitido.

Dizer que pressuponho X é dizer que pretendo obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X. O subentendido, ao contrário, diz respeito à maneira pela qual esse sentido é manifestado, o processo, ao término do qual deve-se descobrir a imagem que pretendo lhe dar de minha fala. (DUCROT, 1987, p. 42)

Assim, a pressuposição é um componente do sentido, enquanto o subentendido diz respeito à interpretação desse sentido.

Maingueneau (1996) explicita, em seu livro *Pragmática para o discurso literário*, que a diferença entre os pressupostos e os subentendidos é clara: “qualquer locutor que sabe o português pode, em princípio, identificar os pressupostos, enquanto a decifração dos subentendidos é mais aleatória.” (MAINGUENEAU, 1996, p. 93).

Assim, Maingueneau difere os pressupostos dos subentendidos, sendo os primeiros inscritos na estrutura do enunciado e os segundos depreendidos de um contexto singular. Nesse sentido, o autor enumera um grupo de apoios linguísticos que são capazes de ativar os pressupostos, reproduzimos alguns, a saber:

⁸ Para Ducrot, o locutor é um ser de discurso, uma instância a quem é imputada a responsabilidade do enunciado. (MAINGUENEAU, 2006, p. 109)

- 1) Verbos factivos ou contrafactivos -> introduzem orações subordinadas e pressupõem a verdade ou a mentira na sua completiva objeto. Exemplos: lamentou, sentiu, compreendeu, soube.
No exemplo, *Sérgio soube que a Capec era o melhor pecúlio*, podemos pressupor que Sérgio analisou outros pecúlios antes de tomar a decisão de reconhecer a CAPEC como melhor pecúlio para si.
- 2) Verbos subjetivos -> implicam um julgamento de valor sobre a completiva. Exemplos: suspeitar, confessar.
Se um funcionário do BB diz em matéria publicada na Revista PREVI: - Confesso que aderi a outro pecúlio, podemos pressupor que se considera culpado por fazê-lo.
- 3) Verbos ou marcadores aspectuais -> marcam o aspecto, indicando mudança de estado. Exemplos: começou, deixou, parou.
Se se diz que o pecúlio deixou de ser bom, podemos pressupor que ele foi bom em algum momento da história.
- 4) Nominalizações: É quando o substantivo indica já ter sido citado anteriormente no texto. Exemplo: “O desespero de Paulo”, que pressupõe que Paulo está desesperado.
- 5) Descrições definidas -> Exemplo: “o diretor da PREVI”, pressupõe a existência de um referente correspondente.
- 6) Relativas apositivas -> indicam as orações que funcionam como aposto e que servem como ilhas assertivas e acabam por servir como pressupostos. No exemplo, *Os pecúlios, que são da PREVI, são os melhores*, podemos pressupor que na PREVI há oferta de pecúlios.

Ainda com relação aos pressupostos, Maingueneau alerta para questões de economia e responsabilidade. A primeira noção sugere o fato de alguns pressupostos serem de conhecimento geral, por isso não serem postos nos textos: “A comunicação seria impossível se não se pressupusesse como adquirido um certo número de informações a partir das quais é possível introduzir novas.” (MAINGUENEAU, 1996, p. 94)

A segunda, diz respeito ao fato de o implícito ter o poder de fazer passar uma mentira ou mesmo uma agressão sem atribuir ao enunciador a

responsabilidade do dito. Ao dizer “Agora os pecúlios estão sustentáveis”, o enunciador faz passar ao seu leitor a ideia de que os pecúlios não estavam sustentáveis outrora, sem assumir a responsabilidade pela fala da verdade negativa que os benefícios vinham enfrentando.

É o mesmo autor que nos indica a possibilidade manipuladora dos pressupostos. Uma vez que a atenção está focalizada no posto, o pressuposto pode passar despercebido: “Decerto, os pressupostos não são necessariamente utilizados para finalidades manipuladoras, mas é inegável que oferecem essa possibilidade.” (MAINGUENEAU, 1996, p. 95).

Referindo-nos mais uma vez à questão da economia comunicativa provocado pelos pressupostos, invocamos a sua relação com a coerência textual. Para Maingueneau, “o coenunciador, graças aos pressupostos, tem acesso a um saber do qual era desprovido, além daquele que os conteúdos colocados lhe trazem”. (MAINGUENEAU, 1996, p.101)

Podemos dizer que o texto se baseia em informações já postas, que se convertem em pressupostos. Não sendo assim, o texto seria uma série de enunciados sem vínculos ou a repetição da mesma coisa. “Essa possibilidade é abundantemente explorada em certos contextos, por exemplo, quando se trata de proporcionar um máximo de informações ao leitor ou ao espectador, sem que isso pareça artificial.” (MAINGUENEAU, 1996, p.101)

Identificamos esse aspecto na análise de nosso material. Muitas informações ali postas pareciam estar subjacentes ao texto, como se fossem de conhecimento comum. Talvez realmente fossem, porém mais pareciam supostamente admitidas como comuns.

Os subentendidos também são implícitos que permitem que os locutores “digam sem dizer”. No entanto, eles são observados a partir das circunstâncias da enunciação e podem ser um meio de o enunciador estabelecer uma espécie de cumplicidade com o coenunciador. “O convite feito ao leitor ou ao espectador para resolver pequenos enigmas, preencher ele mesmo as falhas do enunciado, pode ser um meio de estabelecer uma convivência valorizante com ele.” (MAINGUENEAU, 1996, p. 94)

Podemos exemplificar como subentendido a razão pela qual uma determinada matéria do Boletim ou da Revista PREVI tenha como conteúdo erros de preenchimento de proposta de pecúlio e seja direcionada a um

indivíduo que não é participante e que nunca preencheu uma proposta (já que todos os associados de outros planos da PREVI a revista). Nesse caso, podemos subentender que se trata de um aviso, dado que quem enuncia já recebeu propostas com erros de preenchimento e não deseja mais recebê-las.

Tanto os pressupostos quanto os subentendidos estão presentes nos textos de forma geral e podem ser propositais ou não. Nunca saberemos até que ponto o locutor faz passar um pressuposto porque crê que seja admitido pelo interlocutor ou porque deseja desresponsabilizar-se por ele. Fato é que “muitas vezes o locutor enuncia o explícito para fazer o implícito passar, invertendo a hierarquia “normal” para chegar a seus fins.” (MAINGUENEAU, 1996, p. 89).

O que sabemos é que há essa possibilidade e que a análise desses implícitos nos permite notar que os textos dizem mais do que o que está posto e dizem mais sobre os pecúlios do que podemos considerar como leitores casuais.

Ao estudarmos os implícitos neste trabalho, pretendemos recuperar a imagem de enunciador que salta do discurso e fala a seu coenunciador de tal ou qual maneira, a ponto de nos fazer entender a historicidade dos pecúlios e da própria relação entre os pecúlios e seu público consumidor e de nos remeter a sentidos de pecúlio que surgem a partir dessa imagem.

Na próxima seção, vamos estudar o conceito de *ethos* e entender em que medida ele embasará este trabalho na recuperação dos sentidos de pecúlios nos Boletins e nas Revistas PREVI.

2.4 Ethos e Cena de Enunciação

As noções que discutimos até o momento se pautam no caráter interativo do discurso. Assim, os discursos são resultado de um processo de constituição de sentidos que não se pode predeterminar, já que se forma na interação entre os coenunciadores em momento e lugar específicos.

Como dissemos anteriormente, o EU enunciador é construído no e pelo discurso, por sua forma de interagir com o coenunciador, e essa “construção”

nos interessa para tratarmos dos sentidos de pecúlios presentes nos enunciados dos Boletins e Revistas da PREVI.

Não estamos aqui tratando do aparecimento de um locutor nos textos pelo evidente uso de pronome pessoal em primeira pessoa do singular ou de verbos conjugados nessa mesma pessoa, mas de um enunciador que demonstra uma forma de dizer, de informar, de fazer-se presente.

Toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz - a de um sujeito situado para além do texto. (MAINGUENEAU, 2004, p. 96).

A noção que sugere a constituição desse enunciador encarnado que por meio de sua fala faz emergir uma personalidade enunciativa é a de *ethos*. Essa noção vem percorrendo a história desde a antiguidade clássica, quando Aristóteles, em seu livro *Retórica*, a apresenta como a construção da imagem de si que o orador deve empreender para ter boa oratória, ser aceito por uma plateia, persuadir o público.

A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão mediante a forma com que se constrói o discurso, em dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, assim, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo. (MAINGUENEAU, 2008, p. 56).

Nesse caso, não se tratava somente de uma imagem produzida pela fala, já que o orador estava lidando com uma plateia, tratava-se de uma imagem que incluía vestimentas, gestos, tom de voz, etc.. Para Maingueneau (2008), esse *ethos* retórico estava orientado por características como prudência, virtude e benevolência, fundamentais para ajudar o orador a criar uma imagem positiva de si. Essas qualidades deveriam nortear a fala do orador para que seu auditório pudesse identificar-se com ele e ser persuadido.

Quem introduz o termo *ethos* às ciências da linguagem é Oswald Ducrot, entretanto diferentemente do modelo aristotélico, o *ethos* deixa de ser um instrumento persuasivo do enunciador, passando a ser algo imanente a ele, que independe da sua vontade.

Não se trata de afirmações autoelogiosas que ele pode fazer de sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que podem ao contrário chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos (o

fato de escolher ou negligenciar tal argumento pode parecer sintomática de tal qualidade ou de tal defeito moral. (DUCROT, 1987, p. 189).

Na verdade, na ideia ducrotiana de *ethos*, o locutor não tem controle sobre a forma como fala de si. Pode ser inclusive que, ao autoelogiar-se, a intenção cause sentidos inesperados e o que era para parecer bom, pareça pedante, por exemplo.

De qualquer forma, a noção de Ducrot é considerada um avanço em relação à aristotélica e se torna válida para vários campos das ciências da linguagem.

Também Maingueneau (2008) amplia a noção aristotélica de *ethos* retórico baseado em três afirmações: 1) a de que o *ethos* se constitui por meio do discurso, não é uma imagem exterior à fala; 2) a de que o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; 3) a de que o *ethos* é uma noção que não pode ser apreendida fora de sua situação de comunicação.

Com essa ampliação, Maingueneau se apropria da noção de *ethos*, reinterpretando-a e integrando-a em seus estudos de Análise do Discurso, afastando-a por completo da definição de instrumento de persuasão.

Na perspectiva da Análise do Discurso, não podemos, pois contentar-nos, como a retórica tradicional, em fazer do *ethos* um meio de persuasão: ele é parte constitutiva da cena da enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência. (MAINGUENEAU, 2001, p. 75)

Dessa forma, o *ethos* é a imagem de enunciador criada a partir do modo como se dá a enunciação, pelo modo de dizer. Não podemos dizer, por exemplo, que o *ethos* é o que é dito, porque não depende do dizer, mas sim do que é mostrado pela forma de enunciação.

Se retomarmos os três itens que citamos acima para pensarmos em nosso corpus, podemos dizer que nas notícias que analisamos o *ethos* não é, por exemplo, a figura do jornalista responsável por concebê-las. Também não podemos depreender que a concepção das notícias está desassociada da situação posta no momento de escritura/publicação.

Este trabalho se baseia no conceito que abordamos sobre o *ethos* para, por meio dos implícitos, identificar discursivamente as imagens de

enunciador que surgem nos textos publicados nos boletins e nas revistas da PREVI. Essas imagens serão fundamentais para que recuperemos também os sentidos de pecúlios nesses materiais.

Como estamos considerando *ethos* como uma forma de enunciar e uma imagem que se cria a partir desse ato, de forma independente da vontade do enunciador, estamos tratando também da participação do coenunciador na criação desse *ethos*.

O *ethos* é captado pelo coenunciador do texto a partir da construção de uma representação do enunciador com o qual interage. Assim, o *ethos*, que é uma imagem, ganha um corpo, que será desenhado no fio do discurso. A essa corporificação Maingueneau (2004, 2008) dá o nome de fiador. Esse fiador, a seu turno, “por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado” (MAINGUENEAU, 2004, p. 99). O processo de aceitação desse fiador e de sua forma de dizer e agir por parte do coenunciador se chama incorporação.

Para que o coenunciador seja afetado pelo discurso, seu fiador deve ter o poder de legitimar-se, garantindo para si a possibilidade de agir de tal e qual forma em uma dada cena de enunciação. A incorporação do fiador gera consequentemente a apropriação de uma cena de enunciação, pois fiador e cena não podem ser dissociados, já que “o discurso não resulta da associação contingente de um “fundo” e de uma “forma”; não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e do modo de legitimação de sua cena de fala.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 70).

Maingueneau (2008) divide a cena de enunciação em três cenas, a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A primeira diz respeito ao tipo de discurso; a segunda ao gênero do discurso; e a terceira não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio discurso. Assim, nesta pesquisa, trabalhamos com a cena englobante jornalística e com a cena genérica da notícia. A cenografia estará associada a cada uma das matérias eleitas para análise e dependerá, inclusive, do *ethos* encontrado nas mesmas.

Ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância. São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o *ethos*,

bem como sua cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem. (MAINGUENEAU, 2008, p. 71).

Pretendemos estudar o *ethos* não no nível do dito, mas do não dito, pois acreditamos que tanto as imagens de enunciador quanto os sentidos de pecúlio não estão somente na superfície do texto, mas nas suas margens, nos espaços silenciados.

Dessa forma, a partir do estudo dos pressupostos e dos subentendidos, vamos estudar o *ethos* e a cena de enunciação das matérias escolhidas sobre os pecúlios nos boletins e nas revistas da Previ, pois acreditamos que esses conceitos nos serão úteis no que tange à identificação dos sentidos de pecúlio nesses materiais.

3 METODOLOGIA

Nos itens a seguir, esclareceremos sobre as motivações que guiaram a escolha e a delimitação do corpus desta pesquisa. À continuação, apresentaremos as etapas e os critérios de recorte e análise do *corpus*.

3.1 Motivação de Pesquisa

Até que este trabalho de pesquisa tomasse a forma que hoje apresentamos, percorremos um longo caminho, uma vez que, como funcionária de uma instituição cujo fim não são os estudos da linguagem, a pertinência do projeto de pesquisa inicialmente escrito para a entrada no curso de Mestrado, que nada tinha a ver com previdência, não foi relevada pela empresa.

Nesse sentido, a fim de que pudéssemos pleitear a possibilidade de cursar algumas disciplinas do curso de mestrado que eram ofertadas em horários concomitantes com o horário de trabalho, foi necessária a apresentação na empresa de um novo projeto de pesquisa, o qual contemplasse aspectos previdenciários. Para a constituição desse novo projeto, recorremos à nossa experiência de trabalho, baseando-nos em problemas cotidianos e inerentes à nossa atividade de trabalho para produzir respostas que pudessem trazer ganho de conhecimento e de qualidade à nossa rotina.

Como uma de nossas atividades é acompanhar os índices de adesão aos planos de benefícios da Previ oferecidos por analistas das Gerências de Pessoa (GEPES) espalhadas em vários estados do país aos funcionários que entram para o quadro funcional do Banco do Brasil (BB), em um primeiro momento, nos pareceu extremamente interessante entender como e por qual motivo em algumas cidades nem todos esses recém-empossados no BB aderiam aos planos Previ Futuro e Capec, visto que são planos considerados bons, em termos de benefícios, pela empresa.

Empenhamo-nos, então, em buscar auxílio de toda sorte de literatura sobre previdência e sobre a própria instituição que pudesse nos orientar na melhor definição do nosso objeto de pesquisa.

Nossas primeiras dúvidas de pesquisa surgiram quando, ao buscarmos informações sobre a PREVI, tivemos acesso a um livro⁹ que fora encomendado a uma equipe de historiadores pela própria instituição para contar sua história e comemorar seu centenário. Nesse livro, pudemos acessar a trajetória da Caixa de Previdência associada à do Brasil e do mundo e à da previdência social. Nele também conhecemos a história da Caixa de Pecúlios, criada em 1926.

Sobre esta última Caixa, nos chamou a atenção o fato de, por um bom tempo, ela ter sido uma espécie de refúgio dos funcionários do Banco do Brasil, tendo sido conquistada como vantagem por eles, e, em 2010, nós a termos conhecido em situação de fragilidade, por ter estado por muito tempo ignorada, sobretudo pelos funcionários que ingressaram no Banco do Brasil a partir de 1998.

Mais uma vez, recorremos à nossa prática cotidiana para buscar a inspiração necessária que retratasse a situação da atual Carteira de Pecúlios. Como já explicado, uma de nossas atividades laborais está relacionada à análise de índices de adesão dos planos de benefícios da PREVI, o PREVI Futuro, plano de previdência complementar, e a CAPEC, como chamamos, em alusão à siglificação de Carteira de Pecúlios, mas que compreende os pecúlios da PREVI, divididos nos planos Morte, Invalidez e Especial, assim, já de posse das informações destacadas do livro e já explicitadas, ocorreu-nos estudar, do ponto de vista da análise do discurso de base francesa, quais os sentidos de pecúlio na e para a PREVI.

Acreditamos que esse seria um bom direcionamento para a nossa pesquisa e para a nossa atividade laboral na empresa, visto que tínhamos a dimensão histórica e linguística de um dos benefícios comercializados pela PREVI, o pecúlio.

⁹ BELOCH, I.; FAGUNDES, L., (coord.). Da Caixa Montepio à Previ: 100 anos do maior fundo de pensão da América Latina. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2004.

3.2 Descrição e definição das etapas e dos critérios de análise

Após extensa pesquisa em meio físico e digital - Relatórios, Regulamentos, Revistas, matérias divulgadas no site e toda sorte de material em que houvesse informações sobre os pecúlios, escolhemos a Revista PREVI para nos servir de base para o recorte de corpus. A definição do objeto de estudo levou em consideração alguns critérios que detalhamos a seguir.

As Revistas PREVI foram o material escolhido por ser a forma de divulgação por excelência do trabalho desenvolvido e dos produtos oferecidos pela instituição, inclusive o pecúlio. Atualmente, elas são publicadas pela Caixa de Previdência, com tiragem de 157.000 exemplares, destinados a todos os associados, pensionistas e demais beneficiários a ela vinculados, por meio impresso e digital.

Escolhemos esse material para análise porque acreditamos que algumas marcas discursivas contidas nos enunciados veiculados pelas revistas podem nos ajudar a identificar sentidos de pecúlio que existem na e para a PREVI. Isso porque é a revista que vai acompanhar a vida associativa do participante da PREVI, informando-o sobre assuntos previdenciários e sobre os planos de benefícios da PREVI.

Dizemos que a revista acompanha a vida associativa, porque no momento de sua posse, após a apresentação/explicação inicial que o participante recebe sobre os benefícios previdenciários oferecidos pela PREVI, a revista passa a ser o canal de comunicação/informação da PREVI com ele. Essa revista é encaminhada para a casa dos participantes e seu conteúdo é escolhido com base no que a instituição crê ser importante informar, explicar, explicitar para o participante. A revista é, então, a forma que a instituição tem de estar presente na vida desse participante, de forma ativa. Além da revista, é possível que o participante acesse o site ou telefone para o atendimento da PREVI, no entanto para uso dessas ferramentas de comunicação é necessário que o participante procure a instituição, o que não ocorre com a revista que é enviada a todos os participantes, à revelia de pedido ou formalizações do gênero.

Uma pergunta que ficou na nossa memória como fundamental foi: afinal o que é um pecúlio? E, embora tenhamos nos esforçado em respondê-la, não parecia ficar claro aos nossos ouvintes do que estávamos falando. Uma busca simples em sites na internet nos trouxe inúmeras acepções para pecúlio, mostrando, conforme indicado no capítulo “O que é um pecúlio?”, que a palavra pecúlio pode assumir uma série de significados.

Tendo em vista a amplidão de significados que a palavra pode abarcar, nos ocorreu que talvez os ouvintes não nos entendessem, porque nós também não tínhamos a dimensão do que estávamos estudando. Nesse sentido, começamos a voltar nosso olhar para essa gama de significados, imaginando sentidos de pecúlio que poderiam surgir se, como pesquisadores, nos ativéssemos às páginas da Revista PREVI.

E o que significa nos atermos como pesquisadores às páginas da Revista PREVI? Significa que passaríamos a considerar esse material como uma rede de discursos, pensando-o como uma prática discursiva, como um objeto em construção pelo seu enunciador e pelo seu coenunciador e vice-versa.

Partindo desse princípio e de todas as nossas outras reflexões, chegamos à conclusão de que a Revista Previ constrói e é construída pela comunidade a que se destina, ou seja, os participantes da Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil – PREVI. Isso significa que para essa mesma comunidade há um sentido para pecúlio, o qual pode permanecer inalterado ou pode adquirir novos significados com o tempo. Assim, nos ocorreu que, antes de tentarmos responder a qualquer outra pergunta, tínhamos de responder a principal: o que é um pecúlio da e para a Previ?

Com base nessa pergunta, chegamos ao nosso objetivo geral de pesquisa que é identificar os sentidos de pecúlio que circulam na Revista PREVI, levando em consideração a sua historicidade e a comunidade discursiva que participa dessa construção de sentidos. Especificamente, elencamos outros objetivos que são: 1) apresentar a história dos pecúlios, sobretudo os oferecidos pela PREVI; e 2) compreender como se estabelece a relação PREVI/Participante, no que tange ao conhecimento/compreensão sobre os pecúlios.

Para iniciarmos nossa delimitação de corpus, consultamos as Revistas PREVI disponíveis no site da instituição. Identificamos que não constavam ali dispostas todas as edições, visto que a mais antiga datava de abril do ano 2000 e era a edição 71. Com o objetivo de conseguirmos as primeiras edições, as quais serviriam de ponto de partida para a nossa análise, entramos em contato com a Assessoria de Comunicação da PREVI, explicamos o motivo pelo qual gostaríamos de acessar as edições que não foram disponibilizadas no site e descobrimos que havia um arquivo ainda não digitalizado, mas nos garantiram a digitalização desse material, não só porque nos auxiliaria em nosso trabalho, mas também porque ajudaria a instituição a constituir um arquivo digital de antigas publicações para uso próprio. Fomos prontamente atendidos e conseguimos um pen drive com 70 edições, da primeira, de janeiro de 1991, à septuagésima, de janeiro de 2000.

De posse desses arquivos e dos disponíveis na internet, tínhamos reunido o que seria nosso material, precisávamos, pois, definir o nosso recorte, ou seja, o efetivo corpus da pesquisa.

Optamos por fazer nossas escolhas usando um parâmetro histórico, que tivesse relação com a história dos pecúlios na Previ. Para isso, buscamos informações que nos remetessem à época da criação da Caixa de pecúlios e que nos atualizasse com informações sobre o seu funcionamento atual.

Como dito anteriormente, a CAPEC foi criada e regulamentada em 1926. A partir daí houve uma série de reformulações em seus regulamentos que a fizeram transformar-se com o passar do tempo. Essas alterações aconteceram em 1934, 1947, 1953, 1966, 1973, 1980, 2006 e 2010. Partimos, então, das datas dos regulamentos para selecionar as publicações¹⁰ que nos permitiriam formar o corpus final. Assim, à luz do regulamento de 1980, destacamos as publicações de 1991 e, sucessivamente, as publicações de 2006 e de 2010 foram escolhidas por marcarem a divulgação dos regulamentos de 2006 e 2010.

Nossa justificativa, pois, para a seleção das publicações foram os marcos regulamentares. Sendo que, as primeiras publicações, de 1991, foram contempladas, não só porque foram escritas à luz do regulamento de 1980,

¹⁰ A palavra publicações, neste caso, está sendo usada em referência a boletins e revistas.

mas também por serem o início de uma comunicação regular, que a instituição se propôs a fazer circular pela comunidade de funcionários do Banco do Brasil, participantes de um de seus planos de previdência e também da Capec. Sobre essas primeiras publicações, devemos ressaltar que, diferentemente das revistas que a instituição hoje faz circular, apresentavam-se na forma de boletins¹¹.

Para facilitar o recorte do nosso corpus, tabulamos por ano de publicação (1991, 2006 e 2010) os seguintes dados: mês de divulgação do boletim ou da revista, número, página, título da matéria e observações. O objetivo dessa tabulação era identificar a quantidade e a periodicidade de revistas divulgadas por ano, bem como a quantidade de matérias ou citações sobre o tema pecúlios e/ou CAPEC.

Após esse levantamento de dados, identificamos que em 1991 dos seis boletins divulgados, quatro deles apresentavam matérias sobre os pecúlios. Em 2006, houve divulgação de onze revistas; dessas, seis apresentavam matérias sobre os pecúlios e, em 2010, dez revistas foram publicadas, no entanto somente duas tiveram espaço reservado para discussão sobre os pecúlios. Como se pode ver não há regularidade na publicação desse material. As tabelas com esses dados podem ser consultadas nos anexos A, B e C deste trabalho.

Após mapearmos a quantidade de revistas que sucederam a atualização e a divulgação dos regulamentos que entraram em vigor em janeiro de 2006 e em janeiro de 2010, estudamos a melhor forma de recortar o corpus para análise. Nossos objetivos eram: 1) contemplar da melhor forma possível a historicidade dos pecúlios com base em sua trajetória de alterações regulamentares; 2) explorar a materialidade discursiva dos textos, a fim de analisarmos os tipos de enunciadores que ali se manifestariam e consequentemente os sentidos de pecúlios que poderíamos encontrar.

Apesar de nosso desejo de analisar todas as notícias veiculadas sobre os pecúlios, de antemão identificamos que isto não seria possível, pois esta

¹¹ Publicação destinada à divulgação de decisões e atividades de entidades públicas ou privadas. Seu estilo não é obrigatoriamente jornalístico, nem há critérios fixos para apresentação gráfica. Usualmente tem circulação e área de interesse restritas. (LAGE, 2000)

pesquisa possui um limite de espaço e de tempo para sua realização e nossa análise pretendia ser minuciosa, parágrafo a parágrafo.

Assim, para compormos o corpus de forma que a análise fosse produtiva, escolhemos amostras que garantissem a representatividade do propósito em questão e optamos por analisar as notícias veiculadas, tanto nos boletins quanto nas revistas da PREVI, nas duas primeiras edições publicadas em 1991, 2006 e 2010. Nosso corpus, então, foi composto por matérias publicadas nas: 1) edições 1 e 2 dos Boletins PREVI publicados em janeiro e fevereiro de 1991; 2) edições 110 e 111 das Revistas PREVI publicadas em janeiro e fevereiro de 2006; e 3) edições 147 e 152 das Revistas PREVI publicadas em janeiro e julho de 2010.

Em uma primeira análise do nosso recorte, identificamos nos textos uma forma peculiar de enunciação, a qual nos remetia, em alguns momentos, a uma espécie de debate entre o enunciador e os possíveis leitores da revista, em outros, a uma espécie de reação defensiva por parte do enunciador por algo que fez ou deixou de fazer. Havia ainda outras formas de enunciar que nos causavam a impressão de haver informações implícitas, que completavam o sentido do enunciado explícito, que se nos apresentava.

A fim de estudarmos esses implícitos, recorremos aos conceitos de pressupostos e subentendidos cunhados por Oswald Ducrot (1987). Para esse autor, a pressuposição faz parte do sentido dos enunciados, enquanto o subentendido diz respeito à forma como esse sentido deve ser decifrado pelo coenunciador, conforme vimos na fundamentação teórica.

Neste trabalho, o estudo dos implícitos ganha novos contornos, pois nos serão úteis para nos fazer compreender as imagens de enunciador que surgem na materialidade discursiva. Essas imagens, a que chamamos de *ethos*, além de mostrarem a relação que o enunciador pretende estabelecer com o coenunciador (leitores dos boletins e das revistas), nos permitirão acessar os sentidos de pecúlios que podem ser encontrados nos enunciados dessas publicações.

Ao acessarmos esses sentidos de pecúlios, pretendemos entender melhor a trajetória desse benefício na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e compreender como se dá a relação entre a PREVI e o participante no que se refere ao conhecimento sobre os pecúlios.

4 IMAGENS DE ENUNCIADOR E SENTIDOS DE PECÚLIO: ANÁLISE

Este capítulo está dedicado à análise das notícias que destacamos dos boletins e das revistas da Previ, conforme explicitado no capítulo de metodologia. Optamos por analisar as imagens de enunciador que se constroem a partir de modos de dizer nas notícias e que nos permitem observar posições discursivas que acabam por construir também sentidos para pecúlio.

A partir da leitura que fizemos do material que separamos para análise, percebemos algumas características marcadas nos enunciados. Ora identificávamos uma espécie de debate entre o locutor e os possíveis leitores da revista, ora víamos o locutor dirigir-se a seu leitor de forma defensiva ou de modo a argumentar em causa própria. Após a análise, podemos dizer que identificamos imagens distintas de enunciadores (*ethos*), as quais optamos por denominar:

- Enunciador Explicador
- Enunciador Defensivo
- Enunciador Apelativo

Esses enunciadores foram reconhecidos a partir do embate que se deu no nível do não dito, do implícito, na materialidade linguística e que vamos analisar neste capítulo, no qual apresentamos as considerações referentes às marcas e aos conceitos linguísticos utilizados para embasar nossa análise.

De antemão, para facilitação tanto da feitura quanto da leitura desta análise, explicamos que os pressupostos foram recuperados por parágrafos, a fim de que ficasse mais fácil o entendimento do texto que ora propomos. Nos anexos D, E, F, G, H deste trabalho, incorporamos os textos digitados, seguidos dos pressupostos que recuperamos e com os quais trabalhamos. Vale ressaltar que, para efeito de apresentar como foi realizado o estudo dos implícitos nos textos, mantivemos os pressupostos e os subentendidos recuperados do primeiro texto estudado no corpo da explicação da análise.

Ainda, como dissemos no capítulo de fundamentação teórica, mais precisamente na explanação sobre gêneros discursivos, algumas características das notícias, como *lead* e *box*, não são encontradas nos boletins, assim optamos por não analisar esses segmentos nas notícias, já que ambos são textos que antecipam ou ressaltam algo que vai ser esclarecido no corpo da notícia, deixando mais próximos os modos de dizer das notícias dos dois veículos.

Com relação à estruturação da nossa análise, optamos por uma arrumação cronológica, de forma que os dois primeiros textos analisados foram os publicados em 1991, os dois seguintes foram impressos em 2006 e os dois derradeiros vieram à mídia em 2010. Pareceu-nos interessante, além de identificar as imagens de enunciadores, também verificar se essas imagens são igualmente ou diferentemente construídas de acordo com os momentos de enunciação.

Ao final de cada texto analisado, apresentamos a imagem de enunciador e os sentidos de pecúlios que recuperamos em cada análise. Nos comentários finais das análises, vamos discutir as imagens de enunciador que surgiram, apontando considerações pertinentes à pesquisa.

Pretendemos com isso entender e identificar sentidos de pecúlios que circulam nas publicações da PREVI e como se articulam com as formas de dizer do enunciador. Ainda, buscamos compreender de que forma esses sentidos influenciam e são influenciados pela história dos pecúlios e da instituição e pelo relacionamento da instituição com seus participantes e vice-versa.

4.1 Análises de 1991

Texto 1

Carteira de Pecúlios

Poderão ingressar no sistema de pecúlios, desde que não tenham completado 60 (sessenta) anos de idade, todos os associados da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

A inscrição em qualquer plano de pecúlio processar-se-á mediante proposta assinada pelo interessado.

O sistema de Pecúlios da CAPEC é composto, atualmente, dos seguintes planos: Ordinário, Adicional I, Adicional II, Adicional III, Adicional IV, Especial e Invalidez.

A soma dos valores dos tipos que compõem cada plano de pecúlios não poderá exceder, para cobertura de um mesmo participante, ao equivalente a 40 (quarenta) vezes o teto do salário de contribuição para a Previdência Oficial.

O valor da contribuição mensal é fixado pela Diretoria da PREVI, com base em parecer técnico-atuarial.

Figura 2- Boletim Previ nº 1 - Jan. 1991

O texto 1 é uma notícia que dá a conhecer aos leitores da revista o público-alvo a que se destinam os Pecúlios da PREVI, incluindo como podem ser contratados, quais os tipos de pecúlios oferecidos pela instituição e qual a forma de cálculo do valor da cobertura desses pecúlios.

Antes de iniciarmos nossa análise, cabe abrirmos um parêntese para discutirmos a pertinência da publicação de uma notícia com o conteúdo que acima especificamos. Como Fundo de Pensão, a PREVI tem como sua função principal promover o pagamento de benefícios de aposentadoria e de pensões, então ao reservar espaço para a apresentação de seus pecúlios, revela-nos que esses produtos, à época, são tão importantes para a instituição quanto o plano de benefícios. Revela-nos ainda, diante do exposto (ou posto) na notícia, que há alguns associados do Plano de Benefícios oferecido pela Caixa de

Previdência que não têm um pecúlio e que é importante que saibam que a instituição o oferece, como e em que condições ele pode/deve ser adquirido e quais são os tipos que podem ser contratados.

Diante disso, segue análise dos implícitos do texto.

POSTO 1:

Poderão ingressar no sistema de pecúlios, desde que não tenham completado 60 (sessenta) anos de idade, todos os associados da Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil.

PRESSUPOSTOS:

- 1) Há alguém que não pode ingressar no sistema de pecúlios da PREVI.
- 2) Quem for associado da Caixa de Previdência e já tenha completado 60 anos de idade não pode ingressar no sistema de pecúlios.
- 3) Quem não for associado à Caixa de Previdência não pode ingressar no sistema de pecúlios

POSTO 2:

A inscrição em qualquer plano de pecúlio processar-se-á mediante proposta assinada pelo interessado.

PRESSUPOSTOS:

- 1) Há mais de um plano de pecúlio;
- 2) Para ter um plano de pecúlio é preciso inscrever-se no sistema de pecúlios;
- 3) A inscrição em um plano de pecúlio se dará somente se a proposta de inscrição estiver assinada pelo interessado.

Os pressupostos que definimos a partir do posto 1 apresentam-nos a figura de uma terceira pessoa (que não é nem o enunciador nem o coenunciador), ou seja, que está fora da referência eu-tu da enunciação, e que não pode, em hipótese alguma, inscrever-se no sistema de pecúlios da PREVI. Há uma restrição implícita no posto, que indica que nem todos podem ter o benefício de pecúlio. Se há uma restrição, significa que há alguém que pode se inscrever e que, por esse motivo, é alvo de captação para que adira a um pecúlio e ingresse em uma relação com a Carteira de Pecúlios, ocupando a

posição de tu. Assim, cabe que façamos a seguinte pergunta: Afinal, quem pode se inscrever no sistema de pecúlios da PREVI?

Os pressupostos que recuperamos a partir da análise do posto 2 trazem à tona uma espécie de manual que deve ser seguido por quem tem interesse em ter um pecúlio. É preciso que se saiba que há mais de um pecúlio, que para adquirir um tipo de pecúlio é preciso preencher um formulário e que esse formulário precisa ser assinado, pois apenas o fato de preenchê-lo não garante a intenção verdadeira de que houve interesse na aquisição. A assinatura trará veracidade às informações prestadas e ao interesse de ingressar no sistema de pecúlios da PREVI.

Nosso conhecimento enciclopédico nos faz pensar sobre as situações de produção de um manual. O manual é organizado em itens numerados em ordem de acontecimento. Para concretizar uma determinada tarefa é necessário que o coenunciador siga os passos, assim a necessidade da escrita de um manual está sempre atrelada ao ensino, à ação de ensinar algo a alguém, à prescrição e, obviamente, à dúvida daquele que não sabe como proceder para lograr o objetivo final e precisa recorrer a esse tipo de manual. A dúvida geradora para a escritura de um manual pode ser formulada da seguinte forma: Como alguém deve fazer para participar de um plano de pecúlios da PREVI? Temos assim o subentendido de que alguém pode não saber como participar/ adquirir um plano de pecúlios.

À continuação, formulamos os seguintes pressupostos a partir dos postos encontrados nos demais parágrafos do texto:

POSTO 3:

O sistema de pecúlios da CAPEC é composto, atualmente, dos seguintes planos: Ordinário, Adicional I, Adicional II, Adicional III, Adicional IV, Especial e Invalidez.

PRESSUPOSTO:

O sistema de pecúlios pode vir a ser composto por outros planos.

POSTO 4:

A soma dos valores dos tipos que compõem cada plano de pecúlios não poderá exercer, para cobertura de um mesmo participante, ao equivalente a 40 (quarenta) vezes o teto do salário de contribuição para a Previdência Oficial.

PRESSUPOSTOS:

- 1) O salário de contribuição para a Previdência social tem um teto.
- 2) É preciso basear-se em leis federais, em regras de órgãos da federação, para tratar dos valores de cobertura dos pecúlios.
- 3) Pecúlios oferecem cobertura.

POSTO 5:

O valor da contribuição mensal é fixado pela Diretoria da PREVI, com base em parecer técnico-atuarial.

PRESSUPOSTO:

- 1) Existe uma diretoria que se baseia em relatórios técnicos para estipular o valor da contribuição mensal dos pecúlios.
- 2) A diretoria tem o poder de fixar valores de contribuição mensal.

Dada a quantidade de regulamentos anteriores que serviram para legislar, explicitar as regras da Carteira de Pecúlios, o enunciador prudentemente usou o advérbio de tempo *atualmente* para marcar a possibilidade de haver alterações na composição do sistema de pecúlios, ou seja, de o “agora” ser temporário.

Os advérbios podem ser considerados um apoio linguístico de pressupostos, pois marcam aspectos, como tempo, modo, lugar, entre outros. Assim sinalizou ROMÃO (2001, p. 110), chamando-os de marcadores aspectuais não-verbais.

Esse aspecto temporal somado aos pressupostos antes estudados chama a atenção para o caráter de avisador que o enunciador assume. Ao avisar sobre a atual composição da carteira de pecúlios, o enunciador corrobora sua posição de dono da informação, das explicações, demonstrando estar a par da organização dos planos de pecúlio no sistema da CAPEC. É sabido, como explicitamos no subcapítulo Pecúlios na PREVI, que, desde sua criação, os pecúlios da PREVI vêm sofrendo alterações regulamentares sucessivas, sobretudo no formato de seus planos.

Com relação ao posto, identificamos que o uso do verbo poder no futuro do presente do indicativo - *poderá* - antecedido pelo advérbio de negação *não*

traz à tona aspectos relevantes para nossa análise. Um desses aspectos diz respeito ao significado da palavra “poder”, a qual, entre outras acepções encontradas no dicionário Aurélio (FERREIRA, 2005), pode ser: “1. Ter a possibilidade, ou o direito, de; 2. Ter possibilidade de, ou autorização para.”. Essas acepções chamam a atenção para a incerteza de acontecer ou de não acontecer, ou melhor, para a incerteza de haver a possibilidade de exceder um valor X para cobertura de um pecúlio.

Outro aspecto que devemos relevar tem a ver com o uso do futuro do presente no sentido de presente. O presente indica uma certeza ou algo que está acontecendo no momento da fala, então com o uso do futuro do presente procura-se amenizar a restrição imposta pela lei, que é a impossibilidade de as coberturas dos pecúlios serem reajustadas além de 40 vezes o teto do salário de contribuição para a Previdência Oficial.

A estratégia revela uma espécie de fuga da responsabilidade de reajuste de pecúlios forjada pelo enunciador. É como se houvesse um embate entre um grupo que precisa de um reajuste maior e outro que não pode oferecê-lo, mas que necessita se justificar. A edição do Boletim que a sucede será objeto de nossa análise mais adiante, vamos entender que há uma pressão dos participantes da CAPEC por reajustes maiores, visto que, com a inflação, as coberturas acabaram por não representar um bom benefício a ser deixado aos beneficiários. Em contrapartida à pressão, o enunciador que fala em nome da PREVI e que pretende angariar novos participantes para seus pecúlios sente-se impelido a justificar o motivo pelo qual não pode ampliar as coberturas dos planos que oferece.

Entendemos que a justificativa funciona também como uma forma de explicação. Esse enunciador, ao saber de antemão de suas limitações, procura encobri-las com o subterfúgio de ter de se basear em leis federais; no entanto, para não atacar o governo, o faz com o uso do verbo poder, conforme explicamos.

Os últimos pressupostos, os quais destacamos do posto 5, dão cabo de coroar as afirmações que fizemos, uma vez que são trazidas informações que funcionam como argumentos de autoridade, são elas: a figura da diretoria e a do parecer técnico.

Embora as coberturas não possam ser reajustadas para além de 40 vezes o teto do salário de contribuição para a Previdência Oficial, as contribuições continuam sendo reajustadas. A fim de que não haja contestações sobre isso por parte dos participantes, é importante que seja divulgada a informação de que o aumento das contribuições é feito por uma autoridade - diretoria - que se baseia em pareceres técnicos, não por qualquer outro motivo.

Podemos dizer, com base no estudo dos pressupostos, que identificamos um enunciador que, ao restringir seu público-alvo, manualizar a forma de participar da carteira de pecúlios, conhecer a história do sistema de pecúlios e avisar sobre a possibilidade de alterações regulamentares, legislar sobre causa própria no que tange à impossibilidade de aumentar as coberturas dos pecúlios e ainda trazer à baila figuras que atestam a idoneidade e seriedade da instituição e, conseqüentemente, da carteira de pecúlios, dá explicações detalhadas sobre o que pode/deve ser feito para estar dentro da carteira.

O estudo dos pressupostos nos ajuda a entender o processo de formação do que chamamos enunciador explicador, que tira dúvidas e responde questões. Conhecemos que o pressuposto está no nível do enunciado e o subentendido no da enunciação. Isso significa que o reconhecimento dos subentendidos está atrelado à situação de enunciação e que pode, por esse motivo, ganhar contornos distintos conforme cada situação:

A classe dos subentendidos engloba todas as informações que são suscetíveis de serem veiculadas por dado enunciado, mas cuja atualização fica tributária de certas particularidades do contexto enunciativo (KERBRAT-ORECHIONNI, apud ROMÃO, 2001, p.100).

Diante dos pressupostos, a leitura que fazemos dessa atitude imposta pelo enunciador é a de que há uma necessidade de antecipação a demandas feitas por participantes ou não interessados na Caixa, implicitamente incluídas no texto. Para melhorar essa explicação, lançamos mão do estudo dos subentendidos que formulamos abaixo:

- 1) É possível que alguém que não cumpre as condições para ingressar no sistema de pecúlios tenha tentado inscrever-se em um dos tipos de pecúlio;
- 2) É possível que alguém que tenha tentado inscrever-se em um dos pecúlios tenha encaminhado formulários de inscrição sem assinatura.

- 3) É preciso que todos os associados da Caixa, mesmo os com mais de 60 anos de idade, conheçam as informações contidas na notícia, para que não cometam erros como encaminhar formulários (para os que têm mais de 60 anos) ou encaminhar formulários de inscrição em desacordo (para os que têm menos de 60 anos).
- 4) É preciso que se saiba que a carteira de pecúlios já teve outra configuração e que pode vir a ter outras diferentes.
- 5) É possível que haja reclamações/dúvidas que se referem ao porquê de não haver aumento das coberturas dos pecúlios para um mesmo participante.
- 6) É preciso respeitar os valores de contribuição impostos, visto que há uma direção amparada por pareceres técnicos que está autorizada a legislar sobre reajustes dessa natureza.
- 7) Embora imbuída de autoridade para reajustar os valores das contribuições, a diretoria não está autorizada a reajustar os valores de cobertura, por força da lei.

Os subentendidos acima elencados, ou seja, o porquê de o locutor ter dito o que disse e da forma como disse, complementam nossa compreensão do enunciado e contribuem para que estudemos a formação da imagem do enunciador. A partir dos subentendidos, percebemos que o enunciado funciona como uma antecipação a possíveis dúvidas e/ou reclamações dos seus interlocutores. O enunciador, ao projetar a imagem do coenunciador como alguém inexperiente, que desconhece aspectos fundamentais para a contratação dos pecúlios e por isso se equivoca, surge como alguém que se autoriza a ser um explicador.

Ao ser pré-conhecedor de dúvidas, críticas e reclamações a respeito do benefício de pecúlio e, ao mesmo tempo, ao ser interessado em captar novos participantes, nossa leitura é de um enunciador que explica, por dois motivos principais. Primeiro porque precisa isentar-se de responsabilidade, antecipar-se às acusações, conforme apontamos nos três primeiros postos analisados; segundo, porque precisa divulgar a seriedade da PREVI com o cumprimento da lei, com a administração da carteira de pecúlios, e, conseqüentemente, com o respeito a seus participantes e possíveis participantes.

Ao antecipar-se, incluindo informações que não estão no nível do posto, do dito, mas no do não-dito, do implícito, o enunciador ganha contornos de explicador defensivo, que, ao defender-se, consegue promover-se como persuasor e/ou vendedor de pecúlios.

Conforme vimos, o suporte boletim tem mais a característica de informar, sem preocupar-se com a publicidade que cada vez mais ganha espaço no âmbito das revistas. No entanto, ao lermos a matéria que se apresenta como meramente informativa, identificamos que já em 1991, quando ainda não havia um déficit na Carteira de Pecúlios, conforme estudamos no capítulo de contextualização histórica, havia uma preocupação em angariar participantes e, conseqüentemente, fundos para essa carteira, que se constituiu com o regime de repartição simples. Corrobora-se o caráter de variação do gênero discursivo, suporte boletim que tem como característica principal informar.

Ainda que tenhamos como prevalecente a imagem de explicador, há aspectos de avisador, de defensivo e de persuasivo. Da imagem predominante, podemos depreender que, se há explicador, é porque há algo a ser explicado. Nesse caso, podemos dizer que o objeto da explicação é o pecúlio, que se estabelece como algo complicado, que precisa ser apresentado com um manual.

Pecúlio

a outra face da moeda

A Lei 6.435, de 15.07.77, regulamentada pelo Decreto 81.240, de 10.01.78, dispõe no parágrafo 8º, art. 42º, que o valor dos pecúlios, instituídos pelas Entidades Fechadas de Previdência Privada, não deverá exceder a 40 (quarenta) vezes o maior salário-de-contribuição para a Previdência Oficial, para cobertura de uma mesma pessoa.

Em consequência, os pecúlios da Previ têm perdido poder de compra, prejudicando os beneficiários de funcionários falecidos.

Visando reverter tal situação, a Previ vem atuando junto às autoridades competentes desde dezembro/88 e já pre-

parou, a título de colaboração minuta de anteprojeto de lei visando corrigir tal anomalia, a ser apreciado pelo legislativo oportunamente.

Apesar dos pesares, vale observar os pecúlios da Previ por um prisma diferente do que é visto pelo associado.

Primeiramente, há de se refletir entre o individualismo e a solidariedade. A constituição de um lar impõe um comportamento de doação e reciprocidade, sendo esses alguns dos objetivos do seguro ou pecúlio, ou seja, prevenir um evento imprevisível, de um acidente, morte ou invalidez; no fundo, é uma questão de consciência em relação ao seu pró-

prio futuro e em relação aos seus familiares.

Há de se levar em conta, também, o custo de manutenção dos pecúlios da Previ por parte dos associados; ele, fimo, extremamente pequeno se comparado a um simples "rodízio" em uma churrascaria ou uma leitura de jornal, em suma, o investimento é muito pequeno em troca da garantia de uma razoável cobertura de subsistência.

Podemos afirmar, sem receio de erros, que concedemos aos nossos associados pecúlios com uma das menores ou talvez as menores tarifas de mercado.

Serviço de Consulta:
1002

VALORES BASICOS DOS PECULIOS E PREMIO MENSAL		
TIPOS DE PECULIOS	VALORES BASICOS JAN/91	CONTRIBUIÇÕES MENSALIS JAN/ABR-91
ORDINARIO	665.823,00	241,00
ADICIONAL I	761.308,00	297,00
ADICIONAL II	1.353.764,00	580,00
ADICIONAL III	595.405,00	266,00
ADICIONAL IV	310.424,00	120,00
ESPECIAL	2.354.980,00	919,00
INVALIDEZ	2.354.980,00	340,00

OBS.: A TABELA ACIMA FOI DIVULGADA ATRAVES DA CARTA-CIRCULAR Nº 91/01 (PREVI) DE 11.01.91.

Figura 3- Boletim Previ nº 2 - Fev. 1991

O segundo texto que ora analisamos dava a conhecer os esforços da PREVI em melhorar os valores das coberturas dos pecúlios, padronizados à época pela Lei 6.435, de 15.07.77, que dispunha no parágrafo 8º, art. 42, que o valor dos pecúlios, instituídos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, não deveria exceder a 40 (quarenta) vezes o maior salário de contribuição para a Previdência Oficial, para cobertura de uma mesma pessoa.

Nesta notícia, lemos uma espécie de justificativa para os valores das coberturas e das contribuições mensais atribuídas aos pecúlios à época e a tentativa de mostrar o quão bom é o pecúlio da PREVI, mesmo com a restrição da Lei 6.435/77.

A fim de entendermos como se dá a imagem de enunciador e o sentido de pecúlio nessa matéria, vamos estudar os pressupostos e os subentendidos que nela podemos encontrar.

Conforme já explicitado, optamos por estudar os implícitos encontrados no texto, por parágrafo, pois entendemos que assim a explicação ficaria mais didática e qualquer leitor com facilidade identificaria de que parágrafo foram recuperados os pressupostos.

O título da matéria denuncia que há uma tensão no ar, ao ressaltar que há duas faces em uma moeda. Podemos depreender que há lados opostos, divergentes ou somente diferentes, e ainda que encontremos no texto pelo menos um dos lados da moeda, talvez o da instituição.

Os pressupostos que encontramos no primeiro parágrafo dizem respeito à existência da lei 6.435/77, que regulamenta o funcionamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar¹² e que impede que haja aumento nas coberturas de pecúlios da PREVI. Esse tema foi motivo de explanação na análise da primeira matéria e aparenta ser um assunto de extrema importância para a instituição, por isso do *suite*¹³ empregado em edições consecutivas de boletins. Chama-nos atenção, porém, a transição do uso do verbo *poder* na matéria de janeiro para o *dever* na de fevereiro, quando há menção à impossibilidade de reajuste dos pecúlios.

O verbo *dever*, diferentemente do *poder*, que indica possibilidade, remete-nos à obrigação, imposição. Há, portanto, de uma edição à outra uma intensificação da obrigatoriedade do cumprimento da lei. É como se o enunciado anterior não tivesse sido suficiente para eximir a instituição de qualquer responsabilidade sobre a tal impossibilidade imposta por lei. Ao fazer esse movimento, entendemos que o enunciador procura distanciar-se por

¹² Grupo em que se encaixa a PREVI.

¹³ *Suite* é a sequência que se dá a uma matéria, a um assunto, nas edições posteriores à divulgação do fato inicial. É o aproveitamento de um assunto que ainda está quente, isto é, que continua a despertar interesse público. (AMARAL, 1987, p. 68).

completo de demandas impostas por participantes ou beneficiários, escondendo-se atrás das restrições legais.

O uso da locução adverbial *em consequência* serve para marcar o pressuposto de que os pecúlios têm gerado perda do poder de compra dos beneficiários em função da lei. Trata-se, pois, de um reforço à posição defensiva do enunciador, o qual aproveita toda a explicação inicial - nível do posto - para fazer circular sua própria defesa.

Subentendemos que toda essa defesa se deve em função de possíveis acusações vindas dos beneficiários dos funcionários falecidos de que a PREVI não estivesse realizando pagamentos de pecúlios que fizessem jus aos valores de contribuições cobrados dos participantes ainda quando estavam vivos.

No terceiro parágrafo, recuperamos pressupostos que nos dão a dimensão de que, embora seja cumpridora da lei, a instituição pretende ajudar a acabar com a imposição da forma de reajuste nos valores dos pecúlios. Nesse momento, vemos a mudança de perspectiva do enunciador, o qual passa a atacar a lei, o governo federal, ao imbuir-se do poder de conseguir intervir na anomalia causada pela lei, encabeçando a escrita de minuta de anteprojeto contra a lei 6.435/77.

A menção à data de dezembro de 88, dois anos e dois meses antes da publicação do boletim, ao mesmo tempo que denota argumento favorável à defesa da instituição com relação à luta contra a anomalia do reajuste, também é ponto favorável ao ataque à lei e ao governo, pois, se nem a PREVI, como grande EFPC detentora de poder, é ouvida pelo governo há anos, é como se não houvesse muito mais o que se pudesse fazer. Caso perdido!

Um dos pressupostos recuperados no quarto parágrafo mostra mais claramente o embate das faces da moeda. Ao escrever “vale observar os pecúlios da Previ por um prisma diferente do que é visto pelo associado”, o enunciador implicitamente afirma que o associado enxerga os pecúlios da PREVI de forma distinta da que a instituição os vê. Essa diferença é a outra face da moeda, que a partir deste ponto do texto passará a percorrê-lo, dando lugar aos argumentos favoráveis à aquisição dos pecúlios da PREVI.

Ao enunciar sua perspectiva sobre os pecúlios da instituição, o enunciador caracteriza-se como um defensor de seu ponto de vista, de seus benefícios e de suas convicções.

Além disso, neste mesmo parágrafo, ao dizer “apesar dos pesares”, retoma pesares, que, pelo contexto da enunciação, reconhecemos como a restrição imposta pela própria lei, a perda do poder de compra dos pecúlios da PREVI e a ignorância das medidas tomadas pela EFPC pelo governo federal. Nesse sentido, corrobora sua posição de contrário à lei, mas favorável ao que passará a apresentar: seus pecúlios.

Como primeiro pressuposto do quinto parágrafo, destacamos a exigência de reflexão sobre o individualismo e a solidariedade, pois o uso desses substantivos abstratos no texto parece criar a representação de grupos antagônicos: pessoas que pensam em si mesmas e pessoas que pensam no próximo, por exemplo.

Ao acompanharmos a coesão e a coerência textual, fazemos a leitura de que são individualistas os participantes e seus beneficiários, que pensam somente no benefício de pecúlio final; em contraposição, é solidária a PREVI que oferece pecúlios com aportes mensais baixos. Ao criar esse campo de forças antagônicas, sem explicitar a crítica que faz contra o participante e/ou beneficiário, por serem tacanhas, mesquinhos, ou algo do tipo, o enunciador implicitamente deixa transparecer um ataque. Depois de toda a argumentação favorável à causa dos beneficiários, vem a revanche, a hora de dizer-lhes que também estão errados, pois só pensam no valor do pecúlio.

O jogo de ataque e defesa continua a se repetir com o uso de conceitos abstratos como doação, reciprocidade, imprevisibilidade, consciência. Sobre esse último conceito, recuperamos o pressuposto de que ter um pecúlio é uma questão de consciência em relação ao futuro dos seus e ao seu próprio futuro (do participante). Isso pode corroborar o ataque se a leitura for feita, como a fizemos, de que se trata de um pequeno aviso do enunciador para o participante e/ou beneficiário sobre a sobreposição da importância de ter um pecúlio em relação às possíveis reclamações sobre a falta de reajuste ou sobre a perda de poder de compra.

No sexto parágrafo, a contribuição mensal do pecúlio é comparada a fatos concretos, como ao valor *per capita* de um rodízio de churrascaria ou ao valor de um jornal diário. A nosso ver, o subterfúgio da comparação com itens da vida cotidiana é usado para convencer os desavisados que não

entenderam a comparação implícita realizada com elementos abstratos, conforme explicamos acima.

Ao praticamente deixar claro que é melhor ter um pecúlio do que almoçar em uma churrascaria, o enunciador consegue abarcar todo o discurso da consciência de ter um pecúlio, pois a comparação torna ínfima a responsabilidade financeira de manter um pecúlio em relação à razoável cobertura que será proporcionada ao beneficiário. Essa comparação é o xeque-mate do ataque e põe por terra qualquer movimento de reclamação contra valores de aportes mensais e de cobertura em caso de morte ou invalidez.

Por fim, o pressuposto de que os pecúlios da PREVI sejam os mais baratos do mercado finaliza o ataque às reclamações subentendidas, embora o uso do marcador aspectual não-verbal *talvez* tenha atenuado essa informação. Nesse momento, resgatamos outra forma de ler o título, a de que há uma relação entre moedas, a restrita pela lei, que paga o benefício de pecúlio, em caso de morte ou invalidez, que embora seja limitada é razoável para uma cobertura de subsistência e a que paga mensalmente o pecúlio, de menor valor, incomparável à outra em termos de importância, consciência e solidariedade.

Por esta análise, identificamos um enunciador que se defende em relação ao seu coenunciador com e sem ataque. Com ataque quando fala-lhe diretamente; sem ataque quando acusa outras entidades. Podemos dizer, portanto, que temos a imagem de um enunciador que vem para contestar reclamações ou demandas subentendidas, que se defende de acusações atacando outras entidades, que se defende de acusações atacando seu coenunciador, que defende seu pecúlio, ou seja, que se defende sempre.

Encaramos esse jogo de ataque/defesa como fundamental para criar a imagem de um enunciador defensivo, que parece sempre ameaçado e que precisa também ameaçar para sobreviver.

A partir da formação de um enunciador defensivo, ratificamos, como na análise do primeiro texto, o surgimento de um pecúlio que se vê atacado por participantes e beneficiários (seu público-alvo) e que precisa se defender, nem que seja atacando agressivamente seu “opositor”, a fim de trazê-lo para o seu lado, fazê-lo entender que, se com pecúlio é ruim, pior é sem ele.

4.2 Análises de 2006

Texto 3

CAPEC mais atrativa

Mudanças na Caixa de Pecúlio e nascimento do filho convenceram Alexandre Franqueira a aderir a novo plano

No início deste ano, a Capec mudou para tornar-se mais atrativa para os funcionários mais jovens e garantir sua sustentabilidade, que estava em risco devido à diminuição do número de novos associados. E essas novidades foram fundamentais para que Alexandre Heli Franqueira, de 33 anos, assistente de negócios do Banco do Brasil em São Lourenço, Minas Gerais, aderisse.



Alexandre e sua família em Minas Gerais

Funcionário do Banco desde 2001, Alexandre é engenheiro de formação, profissão que exerceu durante cinco anos em São Paulo. Acabou mudando de cidade e trabalho por causa da esposa. "Ela morava em São Lourenço e eu vinha para cá todos os finais de semana, era muito desgastante. Quando surgiu essa oportunidade no Banco, aproveitei", conta. "E não me arrependo, minha qualidade de vida hoje é bem melhor", afirma.

Na época da mudança, relutou em aderir à Capec por causa dos preços. "Eu tinha um seguro que perdi ao deixar meu emprego anterior e acabei ficando sem nenhum quando entrei no Banco", conta. Preferiu levar a situação dessa forma até que o nascimento de seu primeiro filho, Lucas, hoje com um ano de idade, aumentou suas preocupações.

Foi seu pai Antonio Heli Franqueira, funcionário aposentado do Banco do Brasil e segurado da Capec, quem primeiro lhe falou sobre as mudanças na carteira. "Daí, liguei para PREVI atrás de mais informações e, dois dias mais tarde, estava com tudo fechado", lembra. "Por causa do trabalho no Banco, tenho noção dos valores de seguros e sabia que o preço estava convidativo", conta. O pai, também ao saber das mudanças, deixou de pagar seguro de outra empresa para ficar apenas com a Capec.

A mudança nas regras foi determinante para a decisão de Alexandre. "O que pesou foi a retirada da jóia, que inviabilizaria o negócio, o preço mais baixo e, principalmente, a tradição da PREVI", explica. "Uma instituição dessas traz segurança, quem trabalha aqui no Banco conhece. Se eu escolho outra, quem sabe o que pode acontecer?", sustenta.

▶ O QUE MUDOU

Desde 1º de janeiro todos os planos da Capec mudaram. Passaram a ter segmentação por faixa etária, com contribuição mensal proporcional ao risco, mas mantendo características de solidariedade. Para o pessoal mais novo ficou mais barato e para os mais idosos a elevação dos custos foi amenizada.

Para esclarecer dúvidas, está à disposição do participante uma central de atendimento exclusiva pelo 0800-729-0707. O antigo e o novo regulamentos também podem ser acessados **no site da PREVI.**

Figura 4- Revista Previ nº 110- Jan. 2006

Esta notícia foi retirada da Revista PREVI, publicada em janeiro de 2006, logo após a aprovação do Regulamento que substituiu o de 1980, ou seja, após longo período de estabilidade de regras. Com a aprovação desse novo regulamento, divulgou-se o que se chamou Nova Capec, em função das

mudanças radicais que foram tomadas para tornar a Carteira de Pecúlios da PREVI mais atrativa, sobretudo para o público jovem.

O que acontece é que antes os valores das contribuições para manutenção dos pecúlios era o mesmo, independentemente da idade dos participantes. Essa prerrogativa contrariava as práticas encontradas à época no que tange à comercialização de seguros ou pecúlios, cujas parcelas mensais já eram calculadas de acordo com a idade do associado, conseqüentemente, de acordo com o risco que traziam para o plano.

Foi então que, para tentar equilibrar o plano, em 2006, foi implantada a Nova Capec, a qual previu, entre outras mudanças, a segmentação de valores por faixa etária, que preconiza a contribuição mensal proporcional ao risco. Com essa nova formatação, o mais velho, por supostamente, apresentar mais risco de morte, paga contribuições mais caras do que os mais novos, que supostamente têm menos risco de morrer e podem contribuir por mais tempo.

A notícia que ora analisamos, como o próprio título insinua, vem para contar a novidade de que a Carteira de pecúlios está mais interessante e, portanto, deve angariar mais participantes.

Antes de começarmos a análise propriamente dita, cabe que explicitemos que durante muitos anos - sobretudo após 1995, conforme destacamos no subcapítulo Pecúlio na PREVI - até aquele momento a CAPEC vinha passando por inúmeras dificuldades financeiras para se manter ativa. Como dissemos anteriormente, o regime financeiro dessa carteira é o de repartição simples, então o que entra hoje serve para pagar os benefícios por morte e invalidez de hoje também. Isso implica que o valor das contribuições mensais pagas pelos participantes deva corresponder à importância necessária para cobrir o valor dos pecúlios por morte ou invalidez. Então, como não houve a entrada de participantes suficientes, sobretudo para repor a quantidade que saiu do Banco do Brasil e da CAPEC no Plano de Demissão Voluntária de 1995, o regulamento era antigo, as contribuições eram altas e iguais para todos, e era sabido que a carteira era deficitária, esse déficit só estava aumentando.

A divulgação da Nova CAPEC era um marco para a PREVI naquele momento e representava alterações grandes para quem já estava na carteira, em geral participantes mais velhos. Com esse espírito, a primeira matéria

publicada após o Regulamento de 2006 nos apresentava a história de Alexandre Heli, de 33 anos, funcionário do Banco do Brasil há cinco anos e recém-aderente do pecúlio por morte.

Os primeiros pressupostos que estudamos foram encontrados no primeiro parágrafo do texto - lembrando que optamos por não analisar o *lead* e o *box* das notícias - e trazem ao nosso conhecimento a história deficitária da CAPEC de que antes poderia não garantir a sua sustentabilidade, que estava em risco e que era menos atrativa para os jovens, corroborando o que explicitamos acima.

Se um leitor desavisado não soubesse dessa história de antemão e, no momento da leitura, se se detivesse aos implícitos desse parágrafo, saberia que a CAPEC não era tão atrativa para o jovem. No entanto, ao saber que Alexandre, seu colega de trabalho, aderiu à CAPEC, no mínimo uma dúvida do porquê seria nele suscitada.

Identificamos, de antemão, que, para trazer à tona algumas características e benefícios implantados recentemente, o enunciador, diferentemente do que nos explicava, se defendia/atacava nos boletins, lançou mão do uso de histórias, aparentemente verídicas, a fim de promover mais verdade às novas vantagens da carteira, conseqüentemente promovendo o próprio benefício de pecúlio da PREVI. Essa investida na história de vida de um funcionário serve de argumento de oferta dos planos que, neste caso, é reforçado também pela idade do “personagem” apresentado para indicar o público-alvo a que se deseja dirigir.

Outros pressupostos que estudamos nos revelam que a escolha do personagem acaba por se tornar um argumento a favor da CAPEC. Trata-se de um engenheiro, ou seja, tem nível superior/instrução, realiza mudanças na vida em função do amor e da família, tem um filho e considera que o Banco do Brasil lhe oferece melhor qualidade de vida. É, então, no segundo parágrafo que se delineia a base da argumentação que se quer construir no texto como um todo. É como se fosse criada uma identificação/aproximação entre aquele funcionário que não tem CAPEC e Alexandre Heli, o personagem. Essa aproximação por si só argumenta em prol da adesão ao pecúlio.

No terceiro parágrafo, identificamos, a partir dos pressupostos, que havia relutância na adesão à CAPEC por causa dos preços. Esse implícito é parte da “fala” do personagem, considerado jovem, e acaba por constituir-se como um dos grandes argumentos de não adesão de todos os jovens, principalmente porque o salário inicial do BB não é alto e os preços para associação aos pecúlios não eram bons.

Ao personagem também é atribuído o pressuposto de que já foi associado a um seguro, mas que perdeu o dinheiro das contribuições aportadas ao plano com a perda de vínculo empregatício com a antiga empresa. Recuperamos com isso o pressuposto de que, se se contrata um seguro com possível perda de vínculo empregatício com a empresa que o oferece como benefício, também se perdem os valores aportados. Esse último pressuposto, diferente do primeiro de já ter tido um seguro, poderia soar negativo como argumento, pois, como se sabe, ao cancelar um pecúlio ou seguro o valor pago é perdido; no entanto, ao já ter indicado que no BB tem melhor qualidade de vida, sinaliza para os leitores da revista que não terá perda com a CAPEC, pois vai se manter no BB.

Esse reforço nas garantias do Banco do Brasil serve para reforçar também a questão da tradição e da confiabilidade, tanto do BB (patrocinador da PREVI) quanto da própria PREVI, conforme indicado no pressuposto que recuperamos no último parágrafo, de que a tradição da PREVI foi fundamental para adesão à CAPEC. Sobre essa tradição abrimos um parêntese para comentar o uso da marca CAPEC associada ao nome da PREVI, por entendermos tratar-se de um reforço de argumentação. Tendo em vista que a CAPEC estava se “relançando” como nova, o uso da marca PREVI, que é uma instituição centenária e tradicional vem para validar a força e revalidar a idoneidade da CAPEC. Assim, a CAPEC recupera sua força e segurança valendo-se de características mantidas há mais de 100 anos pela empresa que a administra.

Ainda do terceiro parágrafo, retomamos pressupostos que funcionam como argumentos: 1) o nascimento de um filho aumenta a preocupação dos pais; e 2) ter um seguro reduz a preocupação de um pai. Esses pressupostos criam uma cena que engloba todos os que têm filhos na categoria de preocupados com o futuro e, conseqüentemente, engloba os que têm CAPEC

na categoria de despreocupados com a família, relapsos. Isso demonstra, mais uma vez, que a pequena notícia de alteração de regulamento, é na verdade uma oferta de venda, uma espécie de publicidade. Vemos aqui uma variação do gênero notícia, visto que está travestido de publicidade.

Os pressupostos que se sucedem vêm para confirmar essa noção publicitária que analisamos no texto. No parágrafo quatro, os pressupostos ressaltam argumentos de venda, como o fato de as mudanças regulamentares terem sido fundamentais para alterar a perspectiva do personagem em relação ao pecúlio, o de a apreensão de mais informações ter gerado a adesão ao pecúlio, o de a CAPEC ter preço convidativo e o fato de o pai, aposentado do Banco do Brasil, ter aprovado as mudanças.

Esses pressupostos sugerem a necessidade da busca de conhecimento sobre os pecúlios, de leitura, de mais informações. É como se uma matéria na revista não fosse suficiente para levar a uma adesão. Fosse apenas o primeiro passo. Fundamental ainda é a entrada do personagem pai, que aposentado do Banco do Brasil e mais velho, funciona como um gatilho para a busca por informações. Se é bom para o pai, possivelmente é bom também para o filho. Devemos aqui abrir outro parêntese sobre a entrada do pai na notícia. Essa figura paterna se configura como a voz da experiência, como alguém cuja opinião deve ser relevada. Assim, o chamamento do pai para essa notícia é fundamental para fortalecer o argumento de que a CAPEC é boa, vale a pena.

Existe uma teia de argumentos fortes que enredam o leitor na tentativa de fazê-lo aderir a um pecúlio. Como argumento que supervaloriza as mudanças, destacamos o pressuposto que recuperamos a partir da fala do próprio enunciador no início do primeiro parágrafo: a mudança das regras é determinante para a decisão de aderir. O argumento culminante é formado pelo pressuposto de que aderir a um seguro e/ou pecúlio de outra instituição é um negócio duvidoso.

Entendemos que, ao trazer a voz de outro personagem para a notícia, o enunciador busca apoiar-se em algo mais palpável, digerível para o seu coenunciador. É como se houvesse a transformação do intangível que é o pecúlio para o tangível que é o colega contratante de pecúlio. O formato escolhido para abarcar toda essa “publicidade” não é uma peça publicitária, mas uma notícia, que, a nosso ver, se constrói de forma argumentativa. Nesse

caso, o gênero notícia ganha contornos de anúncio, de publicidade e faz passar como informação uma oferta de adesão ao pecúlio.

Vemos surgir dessa variação do gênero uma imagem de enunciador apelativo, que sabe da falta de conhecimento de seu coenunciador sobre os pecúlios e sobre a nova CAPEC, do déficit do plano, da necessidade de novas adesões, sobretudo dos mais jovens, e conhece o meio competitivo em que opera, já que o funcionário do BB é bombardeado por uma enorme quantidade de seguradoras e mantenedoras de pecúlios, já na sua posse no BB, e que, por esse motivo, busca a adesão a suas ideias e aos seus pecúlios.

Esse enunciador, ao assumir a voz em um gênero que visa explicar/informar (finalidade da notícia), deixa implicitamente passar um clamor apelativo para a adesão aos pecúlios e nos brinda com a resposta para o subentendido de que há uma ordem de captação de adesões e de geração de receita que ele precisa cumprir. Nesse sentido, podemos, por tabela, reconhecer um pecúlio que necessita ser oferecido, argumentado, vendido. Ainda, que precise da criação de subterfúgios argumentativos para sua aprovação no grupo a que se destina.

Texto 4

CAPEC melhor para todos

Mudanças, principalmente dos valores segurados, dão mais tranquilidade aos associados

As mudanças promovidas na Capec desde o início deste ano estão sendo bem recebidas.

Prova disso é que muitos colegas, principalmente aposentados, estão optando por manter somente os pecúlios da Capec. Aquiles Paula de Freitas, que vai completar 80 anos em abril, é um dos que apóiam as mudanças.

Ele se diz satisfeito com os novos prêmios e valores e, em função disso, cancelou seguros feitos com outras empresas. "O novo valor do seguro, que saltou de R\$ 57 mil para R\$ 100 mil, sem dúvida traz muito mais tranquilidade para quem tem família".



Aquiles, (primeiro à esq.) e seus irmãos, os quatro são aposentados do BB e associados da PREVI

Aquiles tomou posse em 1952, na Agência de Alegre, no Espírito Santo, e até hoje continua sintonizado com o que diz respeito ao Banco e à PREVI. "Os meus vinte e oito anos de aposentadoria não foram, até aqui, suficientes para apagar da minha memória a agradável trajetória do trabalho no Banco". Esse interesse permanente pelos assuntos da PREVI leva Aquiles a avaliar que o nível de aceitação das mudanças da Capec é alto, a julgar por conversas com outros associados na sala de aposentados e nas agências. Opinião confirmada em família: ele tem três irmãos, também aposentados pela PREVI, que igualmente aplaudem a revitalização da Carteira.

Ao reformular a Capec, a PREVI procurou atender a todos os grupos de associados. A demanda por elevar a importância segurada era freqüente dentre o público de faixa etária mais alta, que chega a 18 mil pessoas com mais de 65 anos. As mensalidades também foram reajustadas, mas ficaram abaixo do que é cobrado pelas seguradoras, conforme pesquisas feitas no mercado.

Aquiles, como todos os associados, passou a usufruir de um plano de pecúlios mais ajustado, capaz de se sustentar no futuro. Um plano que permanece com atributos valiosos na hora em que a família mais precisa: rapidez e praticidade no pagamento, sem a intervenção de terceiros e sem exigências burocráticas.

► ESCLAREÇA SUAS DÚVIDAS

As mudanças da Capec foram apresentadas aos associados em material explicativo e foram tema de diversas matérias na Revista PREVI.

Caso você tenha dúvidas, consulte o espaço especialmente dedicado ao assunto [em nosso site](#) ou ligue para a Central de Atendimento 0800-729-0707.

Figura 5- Revista Previ nº 111 - Fev. 2006

A quarta matéria que analisamos foi publicada em fevereiro de 2006, portanto é a segunda publicação após a aprovação do Regulamento de 2006, que instituiu o que se chamou Nova CAPEC.

Depreendemos que o assunto da notícia é o benefício trazido pela Nova CAPEC aos mais velhos, corroborado pelo uso da foto de quatro senhores e da apresentação do personagem Aquiles, aposentado do BB há 28 anos e com quase 80 anos de idade.

Vamos iniciar nossa análise a partir do subentendido, ou seja, a forma como o sentido do enunciado deve ser decifrado pelo coenunciador, o motivo pelo qual o enunciador disse o que disse. Subentendemos que o texto tenha sido escrito para explicar o porquê dos reajustes das contribuições mensais

pagas pelos mais velhos. É como se houvesse subjacentes à escritura do texto perguntas feitas pelos senhores que tiveram seus pecúlios reajustados: Por que aumentaram as contribuições? O que aconteceu com meu pecúlio?

Iniciamos nossa análise com o estudo do pressuposto recuperado no primeiro parágrafo, de que as mudanças estão em processo de boa receptividade. Partindo da premissa de que não se precisa ressaltar algo que já está posto, acreditamos que ao destacar a questão da boa aceitação das mudanças, o enunciador procura persuadir seu coenunciador, fazê-lo acreditar nisso.

Mais adiante, no segundo parágrafo, recuperamos o pressuposto de que os funcionários mais velhos e aposentados aprovam as mudanças. Esse pressuposto foi visualizado a partir da inserção do personagem Aquiles, que se caracteriza por ter quase oitenta anos, ser aposentado do Banco do Brasil e fazer parte do rol de participantes da CAPEC. Esse personagem é uma espécie de representação da classe de participantes mais velhos e sua criação funciona como argumento a favor das mudanças da CAPEC. É como se se dissesse que todos os que estão na situação de Aquiles hão de aprovar as mudanças, visto que se dá certo para Aquiles, por que não há de dar para eles também?

Algo interessante que pudemos visualizar com o estudo dos pressupostos do segundo parágrafo foi a ideia de que os funcionários mais velhos tinham mais de um seguro. Sobre isso, podemos dizer que a sobrecarga de oferta de seguros aos funcionários do BB é grande, o próprio banco comercializa seguros, fora todas as entidades/associações criadas por funcionários e/ou ex-funcionários do BB que o fazem como: a Associação Nacional de Funcionários do Banco do Brasil (ANABB), a Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Brasil (AFABB), entre outras. Nesse ínterim, surge novo argumento para manutenção da CAPEC pelos participantes mais velhos, o de que Aquiles, que tinha mais de um seguro, cancelou os outros para ficar só com a CAPEC, pois com o aumento do valor do pecúlio, agora deixaria um excelente benefício para os seus.

Esse fato mostra a importância do aumento das contribuições mensais, visto que, conforme explicamos anteriormente, o aumento das contribuições é diretamente proporcional à possibilidade de aumento dos valores dos pecúlios. Assim, de forma sutil, o enunciador faz passar a informação de que

para deixar um bom benefício aos seus é preciso também pagar mais por isso. Essa estratégia de convencimento vem para responder possíveis reclamações sobre os reajustes nas contribuições dos pecúlios.

Fica claro que mesmo travestida em notícia, a publicação insere-se no âmbito do marketing, da argumentação para venda, ao mesmo tempo que passa uma ideia moralizante aos participantes que a leem e que, por ventura façam parte do público de reclamantes dos valores dos pecúlios. Identificamos essa forma de lição ao estudarmos dois dos quatro pressupostos que destacamos no quarto parágrafo: 1) Há quem não se sintonize com o que diz respeito ao BB e à PREVI; e 2) Quem se interessa pela PREVI avalia que o nível de aceitação das mudanças é alto. Esses pressupostos envolvem os possíveis reclamantes no grupo dos que não se sintonizam ou não se interessam pelos assuntos que dizem respeito à PREVI, conseqüentemente pelos que também dizem respeito aos pecúlios. Como já dito, as mudanças que se sucederam no plano fizeram parte de uma estratégia de manutenção da CAPEC, que era um plano deficitário. Assim, se um senhor reclama dos valores das contribuições, não entendeu que, se não fosse assim, provavelmente não deixaria nenhum pecúlio para seus beneficiários, pois a CAPEC seria extinta. O recado dado aos “desavisados” sustenta a postura da instituição de estar certa e inibe comentários que destoem dos proferidos por seu Aquiles e seus três irmãos também aposentados do BB, que aplaudem a revitalização da CAPEC.

Mais adiante, no quarto parágrafo, identificamos pressupostos que validam o que sutilmente fora explanado acima. Esses confirmam veementemente que a PREVI ouve e atende demandas de seus associados, sobretudo os mais velhos, que pediram a elevação da cobertura. E mais, destacam que era necessário aumentar as mensalidades para aumentar as contribuições e que as seguradoras de mercado cobram mensalidades mais altas que as da PREVI.

Esse último pressuposto vem acompanhado por um argumento fictício de que foram feitas pesquisa no mercado. Não se sabe a procedência dessas pesquisas e nem o tamanho desse mercado, o senso comum sabe apenas que não se devem contestar pesquisas de mercado.

Como iniciamos esta análise com o subentendido, vale que o expliquemos com base no fato de que, com a segmentação, os valores das

contribuições para os mais velhos não foi o mais satisfatório para esse grupo, que passou a pagar mais, dado o maior risco de morte que apresentava. Assim, a análise dos pressupostos nos leva a compreender que há implicitamente explicações para as novas mudanças que visam alcançar outros públicos, sobretudo o de participantes mais velhos, que por ventura não tenham entendido o sentido da segmentação ou que viessem reclamando dela.

Vemos, a partir desse contexto, a formação da imagem de um enunciador que se defende, atacando implicitamente o coenunciador que lhe pediu explicações para os lançamentos mais altos em seus contracheques, mas também um enunciador apelativo/argumentativo que busca conseguir a aprovação da maior quantidade de participantes mais velhos possível, argumentando o que pode para fazê-los manter seus pecúlios.

A partir do surgimento dessa imagem de enunciador, vemos também aparecer a imagem de pecúlio que exige esforços de defesa e de argumentação para se fazer dotado de significado para seu público-alvo.

4.3 Análises de 2010

Texto 5

► **Nesta Edição** » Capec » **Capec tem novo regulamento**

Capec tem novo regulamento

A Carteira de Pecúlios, Capec, tem novo regulamento vigente e ficou ainda melhor para os associados. As novas regras foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e entraram em vigor em 6/1/2010. O novo regulamento está disponível no [site](#), na aba Planos e Produtos > Capec > Regulamento.



Veja a seguir um resumo com as principais alterações:

Inscrição

Permanece inalterada a necessidade de inscrição em uma das modalidades do Plano Morte para ingresso na Capec. Entretanto, os valores de pecúlio e contribuição dos planos Invalidez e Especial (antigo Cônjuge) serão segmentados, permitindo a oferta de cinco novas modalidades, à semelhança do que ocorre no Plano Morte.

Será permitida a inscrição na Capec de ex-funcionários do BB ou da PREVI, desde que participantes do Plano de Benefícios 1 ou do PREVI Futuro que tenham optado pelo autopatrocínio, pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) ou que estejam em gozo de complemento de aposentadoria ou rendas, e não tenham completado 56 anos de idade.

Plano especial

Não é mais necessária a assinatura do cônjuge integrante para fazer a inscrição no Plano Especial. Os beneficiários do Plano Especial podem ser o próprio participante da Capec e os descendentes de qualquer dos cônjuges ou companheiros. Também podem figurar como beneficiários os menores sob guarda definitiva de qualquer dos cônjuges ou companheiros, desde que apresentada a documentação comprobatória.

Na hipótese de dissolução do casamento ou união estável, o cancelamento do Plano Especial poderá ser solicitado pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro.

Plano invalidez

O Plano Invalidez passa a ser pago automaticamente por meio de crédito na conta corrente cadastrada na PREVI nos casos em que a aposentadoria por invalidez pela Previdência Oficial Básica for concedida em conjunto com o complemento de aposentadoria pela PREVI.

Promoção ambientalmente responsável atrai quase dois mil participantes

De 10/5 a 30/11/2009, a PREVI realizou campanha que premiou cada um dos novos participantes com um pen drive contendo o Regulamento e a Cartilha da Capec em versão eletrônica. Foi uma solução simples para reduzir os impactos ao meio ambiente e seguir garantindo tranquilidade e segurança aos participantes.

Com as vantagens dos planos oferecidos pela Capec destacadas pela campanha, 1.794 participantes se inscreveram no Pecúlio por Morte, sendo 35% no Júnior, 18% no Pleno, 12% no Senior, 8% no Master e 27% no Executivo. Dos novos participantes, 63% têm até 34 anos e 95% são do Plano PREVI Futuro. Houve também 691 inscrições no pecúlio Invalidez e 362 no Especial (antigo Cônjuge). A Capec fechou 2009 com 112.049 participantes, totalizando 166.066 planos vigentes.

Esta notícia foi publicada em janeiro de 2010, logo após a aprovação do regulamento da CAPEC divulgado naquele mesmo mês. O regulamento de 2010, vigente até os dias atuais, veio para substituir o lançado quatro anos antes. A matéria que ora analisamos ressaltou alguns pontos de inovação do novo documento e trouxe à tona - no nível dos implícitos - um conjunto de regras que devem ser respeitadas pelos participantes ou possíveis participantes.

Os pressupostos que destacamos no primeiro parágrafo do texto demarcam a noção de que a CAPEC era boa, mas que poderia melhorar. Entendemos que esse pressuposto se caracteriza como uma espécie de chamada de atenção para quem ainda não é associado, embora o texto indique que a CAPEC ficou melhor para os associados.

É o início de um processo de conscientização do que era a CAPEC, do que pode vir a ser e de como melhorou. A figura da entidade Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que à época legislava sobre os planos de pecúlios, é trazida para o texto, parece-nos, para consolidar a seriedade e formalidade do processo, bem como para confirmar que as alterações são idôneas e validadas perante a lei, logo são de boa procedência, são reforçadas, são boas.

A partir do segundo parágrafo, encontramos os pressupostos que marcam as regras de adesão ao plano. Um deles é o de que para inscrever-se nos planos invalidez e especial e gozar da segmentação recém-implantada é necessário filiar-se primeiramente ao plano morte. Fica aí a dica para os não associados, reforçando que o texto, conforme escrito anteriormente no primeiro parágrafo, é direcionado aos associados. Reforçam esse argumento os pressupostos do terceiro parágrafo que chamam a atenção para a situação de adesão dos ex-funcionários e dos aposentados - público que ainda pode se inscrever.

Ao lermos que não é mais necessária a assinatura do cônjuge integrante para fazer a inscrição no Plano Especial, identificamos o pressuposto de que era necessário que o cônjuge aprovasse o pecúlio pago no caso de sua morte. Como destacado no subcapítulo Pecúlios na PREVI, o pecúlio especial foi idealizado para pagar um benefício ao participante no caso da morte de seu cônjuge. Para tanto, o cônjuge precisava estar ciente disso e assinar a

proposta juntamente com o participante. Com o regulamento de 2010, não houve mais a necessidade de assinatura, assim facilitando a contratação desse tipo de pecúlio, pois passa a ser considerado somente o consentimento do próprio interessado em inscrever-se nesse tipo de pecúlio.

Ao haver um reforço nesse tipo de novidade, há também uma promoção desse tipo de pecúlio. Embora esse reforço não se dê no nível do dito; no nível do implícito, fica clara a ideia de que a falta de assinatura do cônjuge vem para alavancar o “consumo” desse tipo de benefício.

Sabemos que nem todas as alterações processadas no regulamento de 2010 foram apresentadas no texto. Essas que estudamos foram eleitas pelo enunciador para anunciar a grande novidade. Isso significa que o enunciado, como o vemos, é o retrato das escolhas feitas pelo enunciador para promover uma troca de informação, que no nível do posto sugere ser benéfica ao participante, mas que no nível do pressuposto acabam por indicar uma tentativa de conseguir maior benefício à instituição, se se efetivarem as adesões de novos participantes aos pecúlios que receberam nova roupagem.

Percebemos o surgimento de uma imagem de enunciador que procura argumentar em causa própria, apela para conseguir as adesões de que necessita, fazendo passar como gênero notícia o que está mais para o gênero propaganda. No entanto, não percebemos as mesmas alegações desesperadas dos fragmentos analisados e publicados no ano de 2006.

Sendo o enunciador um argumentador de suas causas, entendemos que a imagem de pecúlio que se forma é a de algo que precisa ser oferecido, vendido e aceito pelos participantes.

Texto 6

Nesta Edição » Benefício » Um jeito Capec de de sua família cuidar de você, e do planeta

Um jeito Capec de cuidar de você, da sua família e do planeta

A Carteira de Pecúlios da PREVI apresenta novos participantes com camiseta ambientalmente responsável e mostra que cuidando do planeta cuidamos do futuro de quem amamos. O novo regulamento, aprovado recentemente, oferece mais opções de pecúlios, o que permite contratações por valores mais baixos

Revista PREVI, campanha publicitária e site (www.previ.com.br) dão informações sobre os pecúlios da Capec



A partir de medidas simples, como o uso de materiais reciclados e de meios de transporte alternativos, cuidamos do futuro de quem amamos. Com esse pensamento, a Capec lança a campanha "Vá de Bike", na qual os novos participantes receberão camiseta produzida a partir de fibras de poliéster obtidas com o reaproveitamento de garrafas de plástico. Além da matéria-prima ecologicamente correta, a estampa incentiva o uso da bicicleta como meio de transporte não poluente e saudável. Bom para quem a utiliza e bom para o meio ambiente.

O número de participantes da Capec cresce a cada ano e mostra que cada vez mais cedo os jovens começam a se preocupar com o futuro e com a segurança da família. De dezembro de 2007 a dezembro de 2009, o número de participantes do PREVI Futuro que possuem Capec praticamente dobrou, pulando de 4.156 para 8.036. E esse crescimento tende a ser ainda mais acentuado já que, em 2010, cerca de 10% dos recém-empossados se inscreveram na Capec.

A PREVI tem estimulado a inscrição na Carteira de Pecúlios, a fim de manter o plano cada vez mais atrativo para o conjunto de seus participantes. O ingresso dos mais jovens rejuvenesce a carteira, reduz seu risco global e permite a manutenção dos valores de contribuição cada vez mais competitivos, o que reforça o estímulo a novas inscrições.

Novas modalidades dos pecúlios Invalidez e Especial/Manutenção

O novo regulamento da Capec criou as modalidades Júnior, Pleno, Sênior e Master para os Pecúlios Invalidez e Especial/Manutenção. As novas modalidades estão valendo desde o início de junho e têm os mesmos valores de benefício dos Pecúlios por Morte. A segmentação era necessária para adequar os planos às expectativas dos participantes, de forma que cada um tenha a opção de escolher o valor da mensalidade e do pecúlio que melhor se ajustem ao seu orçamento. Antes, só havia uma modalidade, agora o participante encontra uma variedade de combinações possíveis entre planos e modalidades de pecúlios.

As opções oferecidas pela PREVI podem ser contratadas por todos os empregados do BB, da PREVI e pelos participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro que não tenham completado 58 anos. Para se inscrever no Pecúlio Invalidez ou Especial é preciso possuir o Pecúlio por Morte.

O Pecúlio Invalidez é o benefício pago a quem se aposentar por invalidez pelo INSS. O Pecúlio Especial é aquele que o participante contrata para receber benefício quando seu cônjuge/companheiro(a), inscrito na proposta, falecer. Caso o participante faleça antes do cônjuge/companheiro(a), este poderá manter o vínculo com a Capec, inscrevendo-se imediatamente no Pecúlio Manutenção.



Aumento dos pecúlios e ajuste das contribuições

A revisão do valor dos pecúlios da Capec é realizada anualmente. Na ocasião, é feita a reavaliação atuarial e a comparação com seguros de vida disponíveis no mercado, de forma a balizar os valores de contribuição e dos benefícios dos pecúlios ofertados.

O Regulamento da Capec prevê que o percentual de correção dos pecúlios não seja inferior à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido entre a data da última alteração de valores e a data da nova avaliação atuarial. O reajuste dos pecúlios foi fixado em 4,17%, enquanto o INPC considerado no período da reavaliação efetuada, entre maio e outubro de 2009, foi de 1,73%. Já as contribuições para os Pecúlios por Morte e Invalidez foram reajustadas no mesmo percentual da correção dos Pecúlios para idades até 55 anos; a faixa de 56 a 60 anos teve reajuste de 10%; para idades de 61 a 65 anos, o reajuste foi de 15%; e de 20% para quem tem mais de 65 anos.

Por que o aumento?

Até 2005, todos os associados pagavam o mesmo valor de contribuição à Capec. O resultado era que o Plano ficava proporcionalmente mais caro para os mais jovens, desestimulando a entrada de novos participantes. No ano seguinte, foi implementada a segmentação por faixa etária, e os associados passaram a contribuir com valores compatíveis com seu risco, dando melhores condições de atratividade e sustentabilidade à Capec. Novos participantes passaram a aderir à carteira.

As avaliações anuais da Capec consideram o subsídio do Fundo Capec para os participantes nas faixas etárias mais elevadas, a solidariedade entre os participantes e o fluxo de pagamentos e recebimentos efetuados naquele ano. A partir de 2010, passaram a considerar também a projeção futura das contribuições e pagamentos. Mas o Fundo Capec vai sendo consumido e, assim, é preciso ajustar gradualmente as contribuições, de forma que a entrada de recursos seja suficiente para manter a atratividade do Plano sem o subsídio.

Fundo Capec

Em outubro de 2003, foi criado o fundo de Renda Fixa Capec, no qual passaram a ser aplicados os ativos da carteira que estavam reservados desde 1997 com objetivo de serem utilizados para subsidiar as contribuições dos participantes de faixas etárias mais altas, quando o Projeto de Revitalização da Capec fosse implementado, o que ocorreu em 2008.

Desde então, a rentabilidade dos recursos tem superado a meta atuarial da PREVI, sendo revertida junto com parte do capital para subsidiar as contribuições dos participantes de idade mais avançada e pagamentos de pecúlios.

Os valores arrecadados a título de Reserva para Cobertura de Oscilações – RCO – também são aplicados no mesmo fundo.

Menores preços do mercado

Os pecúlios da PREVI são benefícios previdenciários de pagamento único. Funcionam por meio de repartição simples, ou seja, as contribuições formam uma reserva comum ao grupo, o que garantirá o pagamento das indenizações daquele ano, sem acumulação. Por esse sistema de rateio, é possível garantir um preço baixo e atrativo, permitindo que o valor dessas contribuições varie de acordo com a faixa etária do associado.

A Capec não tem vínculo com os outros planos de benefícios da PREVI e mantém-se por meio de contribuições exclusivas dos associados, sem contribuições mensais ou aportes do Banco do Brasil.

Mesmo com os ajustes, os Pecúlios da PREVI permanecem muito atraentes, principalmente para os participantes de idade mais elevada. Para os mais jovens, os planos também são bastante competitivos.

Comparado a outros planos do mercado, os preços da Capec chegam a ser cinco vezes mais baratos para faixa etária de 61 a 65 anos. Acima dessa faixa etária, alguns planos da concorrência não oferecem cobertura ou então não renovam o seguro. Para faixas etárias mais baixas, as diferenças são menores, porém significativas, podendo chegar a mais de 200% de vantagem para a Capec.

Figura 7- Revista Previ nº 152 - Jul. 2010

A notícia que ora analisamos foi destacada da Revista PREVI publicada em julho de 2010. A matéria dava a conhecer as alterações propostas no novo regulamento dos pecúlios da PREVI e iniciava uma campanha de adesão denominada “Vá de bike”, que previa incrementar o número de participantes na Carteira de pecúlios.

No primeiro parágrafo, destacamos pressupostos que funcionam como uma campanha de consciência, e não uma campanha agressiva de adesão, são eles: 1) Para cuidar do futuro de quem amamos não é necessário adotar medidas complicadas; 2) o uso de materiais reciclados e meios de transporte alternativos são ações simples e positivas; 3) A CAPEC pensa em atitudes positivas; e 4) A CAPEC incentiva a preservação do ambiente e consequentemente cuida do futuro dos beneficiários dos participantes, que são amados.

Entendemos que esses pressupostos sugerem que os funcionários do BB ou da PREVI que não têm CAPEC sejam conscientes, cuidem do meio ambiente em que vivem, incluindo na noção de meio ambiente os seres vivos, animais, seus parentes. Dessa forma, fazem com que o coenunciador pense na segurança e nos cuidados que a CAPEC pode promover para o meio em que

ele vive, incluindo a sua família. Entendemos também que assim se sugere que aquele que está inserido nas demandas sociais de responsabilidade socioambiental, cuida da sua família, e, implicitamente, indica que seu coenunciador deve se preocupar com questões importantes como o meio ambiente e sua família e, conseqüentemente, com a adesão à CAPEC.

A confirmação para nossa explanação acontece no pressuposto que recuperamos no segundo parágrafo de que ter CAPEC sugere preocupação com o futuro e com a segurança da família. Assim, por inferência, a leitura que pode ser feita é a de que quem tem CAPEC se preocupa mais com a segurança da família. E quem quer afirmar o contrário?

Tendo em vista que esta notícia embute uma espécie de anúncio publicitário, ou seja, que, além de informar sobre as novidades estabelecidas no regulamento da Carteira de Pecúlios aprovado em 06/01/2010, chama a atenção para uma campanha de incremento de adesão aos pecúlios, encontramos nos pressupostos do terceiro parágrafo muito da ideia de melhoria dos pecúlios da PREVI.

A análise dos pressupostos nos permite perceber que, aliada a essa ideia de demonstração das melhorias trazidas pelo novo regulamento, há uma ideia de explicação, uma necessidade de justificar aos participantes os motivos pelos quais algumas ações foram e estão sendo tomadas pela empresa com relação à Carteira de Pecúlios, ações essas que incluem a promoção de uma campanha de adesão, por exemplo.

Ao dar destaque aos pecúlios, a instituição demonstra suas necessidades, fazendo emergir explicações direcionadas aos mais jovens e sobretudo aos mais velhos, que passaram a pagar mais pela manutenção de seus pecúlios¹⁴.

Ao analisarmos principalmente os pressupostos do posto 2: 1) Há margem para aumento de participantes na CAPEC; e 2) 90% dos empossados não se inscreveram na CAPEC, percebemos que há itens que reforçam a necessidade de ingresso de jovens na Carteira de Pecúlios. Como o plano de pecúlio é estruturado em regime financeiro de repartição simples, o que significa que os valores conseguidos com as contribuições em um

¹⁴ Conforme explicado no subcapítulo Pecúlio da PREVI.

determinado ano são os mesmos que serão utilizados para o pagamento dos benefícios de pecúlios por morte ou invalidez no mesmo ano, é extremamente necessário que novos participantes adiram à Carteira, visto que, se muitos participantes morrerem, não haverá entrada de recursos suficiente para custear os novos benefícios.

Fato é que, com a segmentação, os valores das contribuições para os mais velhos não foi o mais satisfatório, pois o grupo passou a pagar mais, dado o maior risco de morte que apresentava. Assim, embora haja um direcionamento da notícia/campanha para os jovens, a análise dos pressupostos nos leva a compreender que há implicitamente explicações para as novas mudanças que visam alcançar outros públicos, sobretudo o de participantes mais velhos, que por ventura não tenham entendido o sentido da segmentação ou que viessem reclamando dela.

Podemos, pois, formular o subentendido de que a campanha, embora direcionada aos mais jovens, visa demonstrar a toda a população de participantes, em sua maioria de pessoas mais velhas, a necessidade de rejuvenescimento da carteira.¹⁵ Mais do que o fragmento de uma campanha, o enunciado recupera a historicidade dos pecúlios da PREVI e os motivos para as suas mudanças.

Ao fim e ao cabo, mais do que captar participantes jovens, é preciso também fazer com que os mais velhos não cancelem seus pecúlios, não se sintam lesados, não se sintam feridos. Dessa forma, visualizamos mais uma vez a imagem de enunciador explicador, que explica, que trata das deficiências de entendimento de um grupo que lhe interessa, de seu público-alvo.

Mais do que explicações, entendemos que o enunciador busca reforçar que a ideia de segmentação não foi unilateral, vinda da instituição, mas uma demanda de participantes. Dizemos isso com base no pressuposto de que os planos invalidez e especial não eram adequados às expectativas dos participantes, visto não ser possível escolher o valor da mensalidade e do próprio pecúlio. Esse pressuposto, destacado do quarto parágrafo, além de trazer à tona essa informação e de corroborar a questão da explicação,

¹⁵ De acordo com o Relatório Anual PREVI de 2009, do total de participantes do pecúlio morte, 96.388 estavam enquadrados entre ativos do Plano 1 e aposentados e 8.036 eram ativos do Plano Previ Futuro.

ressalta a de cumprimento de demandas e faz da instituição uma parceira dos participantes.

Esse pressuposto se junta aos que destacamos dos nono e décimo quinto parágrafos e formam um quadro de explicações mais completo para a questão da segmentação. Esses pressupostos indicam que a segmentação provoca novas adesões e que, como a CAPEC é independente financeiramente, sem as contribuições dos associados ela não se mantém.

Problemas de manutenção da CAPEC são apontados nos pressupostos que encontramos no parágrafo doze e surgem para reforçar de uma vez por todas o entendimento dos participantes do porquê da segmentação: tornar a CAPEC atrativa e sustentável.

É interessante ressaltar que, embora o texto tenha sido escrito para apresentar uma campanha de adesão, ele é mais informativo do que os textos aparentemente construídos para explicar, informar, que analisamos anteriormente neste trabalho. A matéria começou bem apelativa e, depois se transformou em um depósito de informações, muitas das quais já discutimos neste trabalho.

Parece-nos, com isso, que, embora o tempo passe, as demandas tanto dos participantes, quanto dos beneficiários e da própria instituição mantenham-se as mesmas. Acreditamos, com isso, que a CAPEC, embora tenha tido excelente resultado de adesão nos últimos tempos, sobretudo nos eventos de posse de novos funcionários do Banco do Brasil, ainda não tenha se reestabelecido por completo.

Essa afirmação é ratificada a partir dos pressupostos que recuperamos no parágrafo 10 que indicam que o fundo CAPEC supre deficiências orçamentárias e que existe devido à entrada de recursos para o plano ser menor do que a saída.

Diante desse quadro de tensão e de necessidade é que são evocados os implícitos do último parágrafo, em que são destacados pontos como: 1) participantes mais velhos podem ser discriminados em outros planos; e 2) participantes jovens devem preferir a CAPEC, porque em outros planos têm desvantagens. Entendemos que esses pressupostos são argumentos de adesão tanto para os mais velhos quanto para os mais jovens, mas que também

direcionam o leitor para entender o motivo pelo qual o texto foi escrito, o porquê de tanta explicação.

Queremos dizer que, ao explicitar a discriminação dos mais velhos e as desvantagens que outros planos oferecem aos mais jovens, o enunciador sintetiza o porquê das explicações: porque é necessário convencer os mais velhos das vantagens para não perdê-los, porque é preciso que os mais jovens adiram para manter o funcionamento da CAPEC, porque a CAPEC precisa ser sustentável. Esses pressupostos nos revelam o motivo pelo qual o texto é mais informativo do que apelativo, porque há necessidade de responder muitos porquês.

Esse motivo seria o subentendido de que se escreveu o texto, porque a demanda por explicações, por saneamento de dúvidas, por parte do público-alvo a que se destina a CAPEC era maior do que somente a necessidade de tornar a CAPEC atrativa para possíveis adesões. Percebeu-se uma maior necessidade de responder os muitos porquês, as muitas dúvidas dos participantes atuais e dos futuros participantes do que simplesmente ofertar o plano.

Assim, mesmo diante do primeiro momento mais apelativo do texto, identificamos a formação de uma imagem de enunciador preocupado de não estar se fazendo entender e, por isso, explicador.

Nesse sentido, podemos dizer que o sentido de pecúlio que captamos dessa imagem de enunciador é o de que demanda explicações, pois é pouco inteligível, gera deficiência de conhecimento e merece atenção na hora de ser abordado para o público a que se destina.

4.4 Conclusões parciais sobre a análise do *corpus*

No primeiro e no sexto textos analisados, identificamos a formação de um enunciador explicador. Esse enunciador se antecipa a questionamentos que parecem existir como subentendidos e, por isso, explica, com o intuito de dar respostas a esses possíveis questionamentos. É um enunciador que se forma na relação com o coenunciador no sentido em que o segundo parece ter

dúvidas, por isso envia à instituição fichas mal preenchidas, não conhece as regras de aumento de pecúlios, não conhece as regras para aumento de contribuições, não conhece o porquê da segmentação por faixa etária, e acaba por reclamar e perguntar, fazendo com que o enunciador explicador se forme a partir dessa necessidade e explique.

Dessa necessidade de explicações, surge o sentido de pecúlio que demanda explicações, que não é claro, gera preocupação, inquietação e questionamentos no público a que se destina. Gera também suspeitas, novamente por não ser claro, descontentamento e reclamações dos participantes da Carteira de pecúlios, assim como gera desconfiança naqueles que podem e ainda não participam da carteira de pecúlios.

Esse sentido de pecúlio nos faz entender uma relação tensa entre a PREVI e o participante: aquele que não entende passa a desconfiar e aquele que não é entendido se esforça para melhor fazer o seu papel. No entanto, é interessante destacarmos que a falta de entendimento do benefício de pecúlio pode vir inclusive do uso da palavra para significar vários tipos de benefícios, por exemplo, como destacamos no subcapítulo Pecúlio na atualidade.

Inferimos a partir da análise que aquele que não tem um pecúlio e que não alcança informações sobre ele, não o entende, não sabe o que significa, também se afasta dele. Podemos levar em conta aspectos como falta de dinheiro ou mesmo desejo de não pensar sobre a morte, mas, diante do que estudamos, podemos pensar também em um afastamento que se dá por motivo de desconhecimento, de falta de informação.

Nos textos 2 e 4, estudamos a formação de um enunciador defensivo, que se defende de acusações subentendidas e que, para proteger sua face, também ataca outros intervenientes nas questões da PREVI - a lei, o governo federal - e até seu coenunciador, que muitas vezes é o mesmo que precisa ser aliciado a contratar um dos pecúlios da instituição.

Essa imagem de enunciador surge de um embate que no nível do dito não fica tão claro, mas que no do não dito toma fôlego e aparece nitidamente, a ponto de no texto 2 os participantes serem chamados de individualistas e de no texto 4 os mais velhos serem acusados de não se interessarem pelos assuntos que dizem respeito à PREVI.

Ao defender-se ou atacar, o enunciador cria uma espécie de ringue de luta, uma zona de combate em que o adversário é seu coenunciador. Ao fazê-lo, fica subentendida uma troca de acusações. Essa troca nos faz pensar em um pecúlio que está constantemente sofrendo ataques - do associado da carteira de pecúlios, da concorrência, do possível participante - e, por esse motivo, precisa ser defendido.

Essa defesa, conforme pudemos notar, parte da necessidade de proteção desse benefício, de fazê-lo sobreviver. É fato, no mínimo curioso, pois o pecúlio originalmente e atualmente é um benefício de proteção, mas precisa também se proteger, pois pode ser finito. Sabemos que o pecúlio da PREVI se constituiu em 1926 com o regime de repartição simples, por anos manteve um artigo em seu regulamento que previa sua extinção, teve seus momentos de glória nos idos da década de 50 e seus momentos de baixa, sobretudo após o PDV de 1995, mas tem sempre se mantido. Sua não manutenção implica a perda de proteção de várias pessoas que confiaram na relação que estabeleceram com a Carteira de Pecúlios e esse é um motivo que inferimos para tanta defesa.

Nos textos 3 e 5, recuperamos como predominante a imagem de enunciador apelativo, que precisa argumentar pela causa dos pecúlios que a PREVI oferece e que precisa torná-los atrativos para serem consumidos. Esse enunciador se constitui como uma novidade nas notícias, pois implicitamente faz aparecer fortes argumentos de venda em matérias que em tese serviriam apenas para informar.

O enunciador apelativo que sugere adesão aos pecúlios e se esforça para consegui-las, a reboque traz o sentido de pecúlio que precisa ser comentado, falado, argumentado e vendido. Esse sentido fala-nos um pouco das necessidades de manutenção inerentes à própria constituição do pecúlio que precisa que haja participantes entrantes na carteira hoje que se somem aos demais para pagar os pecúlios de morte e invalidez de hoje também.

Esse sentido também aflorou a nossa percepção sobre a crise financeira da CAPEC, pois a denunciou como séria e demonstrou aos não filiados aos planos de pecúlios que eles são necessários para a manutenção do plano, assim como fez aparecer aos filiados a necessidade de “torcer” para que cada

vez mais pessoas adiram aos pecúlios para que não lhes falte benefício na hora de sua morte.

Concluimos que, quando o enunciador se dirige ao seu coenunciador na tentativa de explicar, defender ou vender, assume que o outro não entende, ataca e não compra. Acontece então uma espécie de ciclo do porquê é necessário explicar, defender e vender, porque se o outro não compra, é porque não entende e, por não entender, ataca, justamente para não precisar comprar.

Quando dizemos *não entende* não estamos nos referindo apenas às regras de funcionamento da carteira de pecúlios ou às regras de recebimento de um pecúlio, mas retomando questões mais filosóficas, como a morte. Ao recuperarmos esses sentidos de pecúlios que precisam ser explicados, defendidos e vendidos, estamos também falando sobre a morte. Quer dizer que quando um pecúlio é explicado, é a morte, ou a invalidez, que assombra esse interlocutor; quando é defendido, é a morte que está sendo trazida à tona como algo inevitável, assim como, quando vendido, é a morte que está sendo vendida.

Na sociedade em que vivemos, a morte não é natural, embora seja inexorável. Podemos inferir que, talvez em função do diálogo implacável com a questão da morte em um período de mais de 30 anos, o pecúlio não tenha sido deixado de ser explicado e defendido, porque o seu receptor, seu público-alvo, não queira entender a própria morte e, por isso, a ataque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos este trabalho, sabíamos que gostaríamos de pensar a existência do pecúlio na PREVI. Isso porque, como analista de seguridade da instituição, esse ainda era um benefício que nos intrigava, sobretudo por sua história cheia de altos e baixos.

Nossa pergunta e nossos objetivos de pesquisa se delinearam a partir do nosso intuito em conhecer/ entender de que forma o pecúlio da PREVI que, em algum momento da história, fora valorizado, chegou à situação de quase falência na qual o conhecemos, quando passamos a trabalhar com o objetivo de oferecê-lo aos funcionários do Banco do Brasil.

Nosso objetivo, no entanto, não tinha como foco as não adesões dos participantes, mas a forma como este pecúlio se delineava no imaginário daquele que o havia “consumido” e no daquele que poderia “consumi-lo”. Era possível que houvesse uma relação PREVI/Participante que pudesse incitar a não adesão, a adesão ou até o desconhecimento pelo produto. Esse desconhecimento, inclusive, era uma de nossas preocupações. O que era pecúlio? De onde e por qual motivo se originou? Serve para quê? Essas perguntas, em um primeiro momento, não só foram feitas por nós mesmos, como foram feitas por terceiros para nós.

De qualquer forma, respostas simples como “é tipo um seguro” ou “é um benefício que você deixa em caso de morte” poderiam ser dadas, mas não acreditamos que isso, por si só, dava cabo de sossegar nossos anseios ou de amenizar as dúvidas dos demais. Precisávamos de mais, mais informações, mais pesquisa sobre os pecúlios, sobretudo sobre os da PREVI, para entendermos em que seara estávamos nos metendo.

Era preciso conhecer os pecúlios da PREVI sob a nossa ótica - a dos estudos da linguagem - e tentar entender a partir de análise discursiva, o que os pecúlios representaram para a PREVI e para os participantes (ou possíveis participantes) nos últimos anos. Nesse sentido e por esse motivo, formulamos nossa pergunta de pesquisa: Que sentidos de pecúlio circulam na revista PREVI?

Entendemos que, para estudar esses sentidos discursivamente, deveríamos recorrer a materiais que servissem de ponte comunicativa de mão dupla, pensando-o como uma prática discursiva, como objeto de enunciação entre enunciador e coenunciador. Assim, optamos por estudar os enunciados na Revista PREVI, levando em consideração sua abrangência comunicativa (todos os participantes de planos de benefícios recebem a revista) e sua construção linguística, como meio que constroi e é construído pelo público a que se destina.

A partir daí, nosso objetivo geral de pesquisa foi identificar sentidos de pecúlio que circulam na revista PREVI, levando em consideração a historicidade dos pecúlios e a comunidade discursiva que participa do processo de construção de sentidos. Ainda, formulamos objetivos específicos: 1) apresentar a história dos pecúlios, principalmente dos da PREVI; e 2) compreender como se estabelece a relação PREVI/participante, no que tange à compreensão dos pecúlios.

Após estabelecermos nosso material para a análise, estudamos a melhor forma de recortar o corpus. Optamos por um recorte histórico que se baseava nos últimos regulamentos publicados - 1980, 2006 e 2010. Como não havia revistas em 1980, pois essas publicações passaram a ser veiculadas aos participantes em 1991, optamos por recortar as duas primeiras edições desse ano, que, além de primeiras, ainda nos davam um histórico do que acontecia no período do regulamento de 1980. Recortamos também as duas primeiras publicações pós-aprovação dos regulamentos de 2006 e de 2010.

De posse das notícias, ao fazermos uma leitura mais analítica, identificamos que a forma como os enunciadores se constituíram, nos levou a querer trabalhar com os implícitos. Como “muitas vezes o locutor enuncia o explícito para fazer o implícito passar, invertendo a hierarquia “normal” para chegar a seus fins” (MAINGUENEAU, 1996. P. 89) e pretendíamos analisar a relação PREVI/Participante, optamos por estudar o ethos enunciativo a partir desses implícitos. Dessa forma, pudemos estudar imagens de enunciador e, conseqüentemente, a forma de relacionamento desse com seu coenunciador, bem como os sentidos de pecúlios recuperados a partir dessa relação.

Nossas análises que se basearam nas teorias dos implícitos de Ducrot (1987) e Maingueneau (1996) e nos estudos sobre o ethos em Maingueneau

(2004, 2008 e 2011), nos possibilitaram recuperar três imagens predominantes de enunciadores: o explicador, o defensivo e o apelativo. O primeiro enunciador explica, porque entende que seu coenunciador tem dúvidas, desconhece, não está apto a; o segundo, defende a instituição PREVI, o pecúlio da PREVI e, se necessário, ataca inclusive seu coenunciador, se entender que está sendo ameaçado. Por sua vez, o terceiro argumenta em sua própria causa ou pela causa dos pecúlios e apela pela adesão do seu coenunciador.

O primeiro enunciador - o explicador - estabelece com seu coenunciador uma relação de professor/aluno, em que o primeiro se dá o direito de explicar pontos que o segundo desconhece. Nesse caso, o sentido de pecúlio que se forma é o de matéria escolar, algo que precisa ser explicado e explorado até que não haja mais dúvidas. É criada, portanto, uma cenografia em que a notícia passa a ter um tom professoral.

O segundo enunciador - o defensivo -, por sua vez, estabelece com seu coenunciador uma relação de combate, em que o primeiro se dá o direito de se defender ou de defender seu pecúlio e, se necessário de atacar seu coenunciador, que subentendemos o ataca primeiramente. Nesse caso, o sentido de pecúlio que recuperamos é o de benefício que precisa ser defendido, pois está sempre sofrendo ameaças (de falência da carteira, de cancelamento de planos por parte do participante, de problemas de manutenção...). Para esse caso enunciativo, é criada a cenografia de notícia que passa a ter tom de debate, com direito a réplica e tréplica.

O terceiro enunciador - o apelativo - estabelece com seu coenunciador uma relação de oferta e procura, em que há mais oferta que procura. Assim o enunciador se estabelece como um apelador, argumentador, vendedor de pecúlios, sendo o sentido de pecúlio recuperado nesse caso o de benefício que não tem saída por si próprio, que precisa se fazer presente, que precisa de reforço de venda. Nessa situação é criada a cenografia da notícia com ares de publicidade, que se apresenta como notícia, mas que, em verdade, é um anúncio.

Com base em nossa análise, identificamos também a estabilidade relativa do gênero discursivo. Quase todas as notícias divulgadas nos boletins e nas revistas, que de forma generalizante chamados de matérias, tinha uma

“pegada” publicitária, sendo publicidade sinônimo de propaganda, neste caso. Assim, sempre havia um parágrafo que incitava a argumentação em prol dos pecúlios, com o objetivo de oferta desse benefício para adesão.

Entendemos que seja natural que qualquer empresa que queira promover um serviço ou produto seja livre para propagandear. O que não fica claro é que as matérias em questão sempre sejam formatadas, tanto estruturalmente quanto conteudisticamente no nível do dito, como notícias. Essa nossa percepção da variação do gênero também significa na pesquisa, inclusive no que tange às questões de adesão a esses pecúlios.

Se um leitor lê uma notícia para procurar informações novas na revista e encontra depoimentos de colegas de trabalho que estão felizes com um determinado benefício que precisa ser comprado por ele, há uma percepção, mesmo que mínima, de venda, que pode ser entendida como uma oferta clara ou como uma tentativa de lesar o interlocutor.

Nesse sentido, vem à tona um assunto que sempre foi uma dúvida para nós, como analistas de seguridade da instituição: Por que os pecúlios que na década de 50 foram a vedete da PREVI são menos procurados pelos funcionários do Banco do Brasil atualmente? Mesmo sabendo que a resposta para essa pergunta está para além do âmbito dos estudos da linguagem, indicamos que algo a ser pensado como possível resposta ao problema é a relação de desconfiança que esse travestimento do gênero pode causar no possível participante.

Além disso, destacamos a possível inverossimilhança de um embate, por exemplo, entre um enunciador que pretende conseguir adesões aos pecúlios e um coenunciador público-alvo.

Nossa pesquisa, porém, não tem a pretensão de explorar as questões de adesão ou não adesão aos pecúlios, mas de entender sentidos de pecúlios na revista da PREVI, levando em consideração a comunidade discursiva que participa dessa construção. Assim, retomamos a questão que levantamos nas considerações parciais de análise: o diálogo dessa pesquisa com o tema da morte.

Iniciamos esta discussão com uma frase emblemática, “não é da morte que temos medo, mas de pensar nela.” (SÊNECA apud MARTON, 2009). Na verdade todo homem sabe que uma das poucas certezas que tem na vida é a da

morte, no entanto esse fator é tratado como não sendo próprio do homem, imencionável na sociedade em que vivemos.

Nem sempre o tema da morte foi assim tratado. É a filósofa Scarlet Marton que, em seu texto “Morte como instante de vida”, nos revela um processo de desnaturalização da morte nos tempos modernos, com início no século XV, que se estende até os dias atuais.

Nesse contexto, o homem ocidental, aos poucos, começou a expulsar a morte de sua vida cotidiana. Em seu livro *Ensaio sobre a história da morte no Ocidente*, o historiador Philippe Ariès examina com minúcia a passagem, lenta e progressiva, da morte familiar na Idade Média para a morte reprimida e proibida nos nossos dias. Defende a posição de que, ao considerar a morte um acontecimento excepcional, o Ocidente caiu na tentação de dela fugir. (MARTON, 2009)

É com esse espírito de fuga que pretendemos entender as relações que surgiram como explicativas, defensivas e apelativas neste trabalho. Subentendemos que é por fugir da morte, ou pelo menos do pensamento sobre ela, que o coenunciador dos textos analisados se estabelece como sem conhecimento, agressivo ao atacar e mesmo titubeante ao adquirir um pecúlio. É porque, quando falamos em pecúlios, também dialogamos com os discursos sobre a morte. Nesse sentido, consideramos natural que alguém ignore regras que passam pela necessidade de pensar sobre a própria morte, ou mesmo que alguém ataque as circunstâncias que lhe fazem pensar na possibilidade de não estar mais no “mundo dos vivos”. Também compreendemos que a argumentação para que se adquira um pecúlio circula juntamente com o argumento de que a morte existe e assombra aquele que pode vir a inscrever-se em um pecúlio.

Após nossas pesquisas, descobrimos que a relação entre pecúlio e morte é muito mais intensa. Como explica a professora e filósofa Scarlett Marton (2009), na antiguidade greco-romana, o termo *pagus*, que originou palavras como *pagão*, *país* e *paisagem*, queria dizer campo de lavoura. Cada campo desses possuía o espírito do ancestral que nele havia sido enterrado e isso garantia a propriedade do *pagus* a uma determinada família.

Enterrar os corpos dos seres amados tornava a terra sagrada; em contrapartida, devolver à terra os corpos dos ancestrais fazia que eles mesmos se tornassem sagrados, pois se acreditava que o homem (termo que deriva do latim *homo*) era nascido da terra. Nessa época, era costume

construir as casas ao lado dos túmulos; era habitual entender a vida e a morte como intimamente ligadas. (MARTON, 2009)

Nesse contexto, podemos relacionar o termo pecus (boi, gado), que deu origem a pecúlio, que à época, entre outras coisas, significava uma pequena parte de rebanho deixada a um escravo, quando este não podia mais trabalhar, ou a um familiar, com a questão da posse do pagus, da terra. Queremos, pois, fazer um paralelo entre o pecúlio que está sobre a terra e a própria terra. Ao enterrarmos um familiar ou um senhor, este torna a terra sagrada, ou pelo menos, vira adubo e mantém o ciclo de perenização dos pecúlios, da riqueza.

É possível, pois, que pensemos o pecúlio sob uma ótica menos capitalista e mais filosófica e a sua associação com a morte, ou com a vida. Ao pensar em vida, não se quer pensar em morte, então a falta de busca de conhecimento sobre o benefício, sobretudo o da PREVI, por parte do público-alvo a que se destina, o ataque, ou mesmo o desinteresse de consumo desse benefício estão associados à negação do pensamento sobre a morte.

Esta pesquisa nos ajudou a compreender melhor noções de segurança, família, amor, motivos de venda de um pecúlio, alguns motivos de compra de um pecúlio e a relação entre vida e morte. Acreditamos que a demonstração do interdiscurso da morte com os sentidos de pecúlio que estudamos neste trabalho e com as relações que se estabeleceram entre o enunciador dos boletins e das revistas e seus coenunciadores nos levou também a compreender em que medida o universo previdenciário se funde ao nosso estudo discursivo e nos brinda com a possibilidade de pensarmos os discursos polifonicamente e dialogicamente, a ponto de capturarmos um ponto de início e final de tudo, a relação entre vida e morte.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. *Jornalismo: matéria de primeira página*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro Edições, 1978.

AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Edições, 1987.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

AULETE, Francisco; VALENTE, Antonio. *Dicionário online Caldas Aulete*. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/pecúlio>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BELOCH, I.; FAGUNDES, L. (Coord.). *Da Caixa Montepio à Previ: 100 anos do maior fundo de pensão da América Latina*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2004.

BENVENISTE, Émile. *O vocabulário das instituições indo-européias*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 6.345, de 15 de julho de 1977. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 jul. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6435.htm>. Acesso em: 20 dez.2013.

_____. Congresso Nacional. Lei 8.870, de 15 de abril de 1994. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 abr. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8870.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. Congresso Nacional. Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. Câmara dos Deputados. Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 set. 1960. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3807-26-agosto-1960-354492-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. Congresso Nacional. Lei 6.367, de 19 de out. de 1976. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 out. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6367.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. Congresso Nacional. Lei 6.036, de 1º de maio de 1974. *Diário Oficial da União*, Brasília, 02 maio 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6036.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei 72, de 21 de nov. de 1966. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 nov. 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-72-21-novembro-1966-375919-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto 181, de 24 de jan. de 1890. *Coleção de Leis do Brasil* - 1890, p. 168, v. 1, fasc. 1. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. Congresso Nacional. Decreto 81.402, de 23 de fev. de 1978. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 fev. 1978. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D81402.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. Câmara dos Deputados. Decreto 4.628, de 24 de janeiro de 1923. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 abr. 1923. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

CASQUERO, Manuel-Antonio Marcos. Pecunia. *Historia de un vocablo*. Disponível em:
<<https://www.yumpu.com/es/document/view/14290435/manuel-antonio-marcos-casquero-pecunia-historia-de-un-vocablo>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

CAIXA de Montepio dos funcionários do Banco da República do Brasil. Estatutos, 1904.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.
Regulamento da Caixa de Pecúlios. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics de O GLOBO, 1926.

_____. *Regulamento da Caixa de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil*. 1934.

_____. *Regulamento da Caixa de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil*. 1947.

_____. *Regulamento da Caixa de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil*. 1953

_____. *Regulamento da Caixa de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil*. 1966.

_____. *Regulamento da Carteira de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil*. 1973.

_____. *Regulamento da Caixa de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil*. 1980

_____. *Regulamento da Caixa de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil*. 2006

_____. *Regulamento da Caixa de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil*. 2010.

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO BANCO DO BRASIL & AGÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. *História do Banco do Brasil*. Brasília: Banco do Brasil, 1988.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio*. 6 ed. rev. atual. Curitiba: Editora Positivo, 2005.

GÓES, Wagner de (Coord.). *Introdução à Previdência Complementar*. 1 ed. São Paulo: ABRAPP, 2005.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 5. ed. 2. impr. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. 2. reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *Elementos de linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTON, Scarlett. A morte como instante de vida. *Revista Filosofia & Vida*. n. 38. Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/32/artigo129564-3.asp>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

PÓVOAS, Manuel. *Previdência privada: filosofia, fundamentos técnicos e conceituação jurídica*. Rio de Janeiro: Fundação Escola Nacional de Seguros, 1985.

SOUSA-E-SILVA, M. C. P. de; FAÏTA, D. (Org.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Para o bem do seu direito: pecúlio, trabalho e liberdade nos últimos anos da escravidão*. Rio Pardo, RS: Curitiba, 2009.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Pecúlio*. Disponível em: <http://menta2.dataprev.gov.br/prevfácil/prevdoc/benef/pg_internet/iben_visudoc.asp?id_doc=35>. Acesso em: 03 jan. 2014a.

RIBEIRO, João. *Curiosidades verbais: estudos aplicáveis à língua nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.

ROCHA, Décio. *Cartografias em análise do discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502013000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jan. 2013.

ROMÃO, Sídney Cursino de Guimarães. *Onde está a graça: análise da perlocução em textos humorísticos nos níveis explícito, implícito e metaplícito*. 2001. 344 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

ANEXO A - Tabulação de Boletins Previ Publicados em 1991

Boletins PREVI - 1991				
Mês	Número	Página	Título da Matéria	Observação
Janeiro	1	4	Carteira de Pecúlios	A chamada está localizada na página 1
Fevereiro	2	4	Pecúlio: a outra face da moeda	A chamada está localizada na página 1
Abril	3	2	Dificuldades no pagamento de pecúlios	
Maio	4	2	-	Há somente uma tabela de valores dos pecúlios e dos prêmios na página 2
Julho	5	3	-	Há somente uma tabela de valores dos pecúlios e dos prêmios na página 3
Novembro	6	3	Reajuste da CAPEC	

ANEXO B - Tabulação de Revistas Previ Publicadas em 2006

Revistas PREVI - 2006				
Mês	Número	Página	Título da Matéria	Observação
Janeiro	100		Realizações em todas as áreas	Entrevista – Presidente Sérgio Rosa
Janeiro	110		Capec mais atrativa	Chamada na Capa da revista
Fevereiro	111		Capec melhor para todos	
Março	112		CAPEC a um clique	
Março	112		Mais confiança	
Abril	113		-	Revista especial de eleições
Maio	114		-	-
Junho	115		PREVI Futuro descobre a Capec	-
Julho	116		Na Capec, você está em casa	-
Agosto	117		Pecúlio invalidez: Amparo certo quando mais se precisa	-
Setembro/Outubro	118		-	-
Novembro	119		-	-
Dezembro	120		-	Retrospectiva das atividades relacionadas à melhoria de benefícios realizadas em 2006

ANEXO C - Tabulação de Revistas Previ Publicadas em 2010

Revistas PREVI - 2010				
Mês	Número	Página	Título da Matéria	OBS
Janeiro/ Fevereiro	147		Capec tem novo regulamento	Menção à Capec na matéria uma ligação decisiva
Março	148		-	-
Abril	149			Edição especial de eleições- Menção à Capec em campanha de uma das chapas inscritas
Maio	150		-	-
Junho	151		-	-
Julho	152		Um jeito Capec de cuidar de você, da sua família e do planeta	Campanha de adesão
Agosto	153		-	Menção à Capec na matéria “Taxa mais baixa, saldo de conta maior”
Setembro	154		-	-
Dezembro	155			Edição especial Superávit do Plano 1
Dezembro	155		-	Menção à Capec na matéria “Fique por perto”

ANEXO D - Análise de Implícitos do Texto 2

PARÁGRAFO	POSTO	PRESSUPOSTO (S)
1	A Lei 6.435, de 15.07.77, regulamentada pelo Decreto 81.249, de 10.01.78, dispõe no parágrafo 8º, art. 42º, que o valor dos pecúlios, instituídos pelas Entidades Fechadas de Previdência Privada, não deverá exceder a 40 (quarenta) vezes o maior salário-de-contribuição para a Previdência Oficial, para a cobertura de uma mesma pessoa.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há 1 lei federal que regulamenta valores de pecúlios; 2) EFPC's não devem exceder 40 vezes o teto de contribuição para a Previdência Oficial para valores de pecúlios; 3) Há um teto de contribuição para a Previdência Oficial.
2	Em consequência, os pecúlios da PREVI têm perdido poder de compra, prejudicando os beneficiários de funcionários falecidos.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Os pecúlios têm perdido poder de compra por causa da lei; 2) Há beneficiários de falecidos prejudicados pela lei.
3	Visando reverter tal situação, a Previ vem atuando junto às autoridades competentes desde dezembro/88 e já preparou, a título de colaboração minuta de anteprojeto de lei visando corrigir tal anomalia, a ser apreciado pelo legislativo oportunamente.	<ol style="list-style-type: none"> 1) A PREVI pretende ajudar a acabar com essa prerrogativa; 2) A PREVI considera ter poder para escrever minuta de anteprojeto contra a lei; 3) A PREVI vem se empenhando há anos para mudar o cenário; 4) A limitação do valor da cobertura é considerada uma anomalia.
4	Apesar dos pesares, vale observar os pecúlios da Previ por um prisma diferente do que é visto pelo associado.	<ol style="list-style-type: none"> 1) A lei é um pesar; 2) O associado vê os pecúlios de uma forma distinta da instituição.
5	Primeiramente, há de se refletir entre o individualismo e a solidariedade. A constituição de um	<ol style="list-style-type: none"> 1) Individualismo e solidariedade exigem reflexão; 2) Um lar não pode ser

	<p>lar impõe um comportamento de doação e reciprocidade, sendo esses alguns dos objetivos do seguro ou pecúlio, ou seja, prevenir um evento imprevisível, de um acidente, morte ou invalidez; no fundo, é uma questão de consciência em relação ao seu próprio futuro e em relação aos seus familiares.</p>	<p>constituído sem doação e reciprocidade;</p> <p>3) Impor comportamentos de doação e reciprocidade é um dos objetivos do pecúlio;</p> <p>4) Ao impor comportamentos de doação e reciprocidade - com a obtenção de um pecúlio - há a prevenção de um evento imprevisível;</p> <p>5) Ter um pecúlio é uma questão de consciência em relação ao futuro dos seus e ao seu próprio futuro (do participante).</p>
6	<p>Há de se levar em conta, também, o custo de manutenção dos pecúlios da Previ por parte dos associados; ele é ínfimo, extremamente pequeno se comparado a um simples “rodízio” em uma churrascaria ou uma leitura de um jornal, em suma, o investimento é muito pequeno em troca da garantia de uma razoável cobertura de subsistência.</p>	<p>1) As contribuições para o pecúlio são mais baratas do que um rodízio de churrascaria ou um jornal;</p> <p>2) A cobertura (pecúlio) é boa em relação ao valor da contribuição;</p>
7	<p>Podemos afirmar, sem receio de erros, que concedemos aos nossos associados pecúlios com uma das menores tarifas do mercado.</p>	<p>1) Há outras tarifas de pecúlio no mercado;</p>

ANEXO E - Análise de Implícitos do Texto 3

PARÁGRAFO	POSTO	PRESSUPOSTO (S)
1	No início deste ano, a Capec mudou para tornar-se mais atrativa para os funcionários mais jovens e garantir sua sustentabilidade, que estava em risco devido à diminuição do número de novos associados. E essas novidades foram fundamentais para que Alexandre Heli Franqueira, de 33 anos, assistente de negócios do Banco do Brasil em São Lourenço, Minas Gerais, aderisse.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Antes a CAPEC era menos atrativa para os jovens; 2) Antes a CAPEC não garantia sua sustentabilidade, estava em risco; 3) Considera-se jovem um funcionário de 33 anos.
2	Funcionário do Banco desde 2001, Alexandre é engenheiro de formação, profissão que exerceu durante cinco anos em São Paulo. Acabou mudando de cidade e trabalho por causa da esposa. Ela morava em São Lourenço e eu vinha para cá todos os finais de semana, era muito desgastante. Quando surgiu essa oportunidade no Banco, aproveitei, conta. E não me arrependo, minha qualidade de vida hoje é bem melhor, afirma.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há engenheiros (funcionários instruídos, com nível superior) no Banco do Brasil; 2) Mudanças em função da família são bem aceitas; 3) Há importância em ter qualidade de vida; 4) O emprego no BB possibilita qualidade de vida.
3	Na época da mudança, relutou em aderir à Capec por causa dos preços. Eu tinha um seguro que perdi ao deixar meu emprego anterior e acabei ficando sem nenhum quando entrei no Banco, conta. Preferiu levar a situação	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há relutância na adesão à CAPEC; 2) Os preços da CAPEC não eram bons; 3) A CAPEC se assemelha a um seguro; 4) Há perda de dinheiro na

	<p>dessa forma até que o nascimento de seu primeiro filho, Lucas, hoje com um ano de idade, aumentou suas preocupações.</p>	<p>contratação de um seguro em caso de cancelamento ou desvínculo empregatício;</p> <p>5) O nascimento de um filho aumenta a preocupação dos pais;</p> <p>6) Ter um seguro reduz a preocupação de um pai.</p>
4	<p>Foi seu pai Antonio Heli Franqueira, funcionário aposentado do Banco do Brasil e segurado da Capec, quem primeiro lhe falou sobre as mudanças na carteira. Daí, liguei para PREVI atrás de mais informações e, dois dias mais tarde, estava com tudo fechado, lembra. Por causa do trabalho no Banco, tenho noção dos valores de seguros e sabia que o preço estava convidativo, conta. O pai, também ao saber das mudanças, deixou de pagar seguro de outra empresa para ficar apenas com a Capec.</p>	<p>1) A fala de um pai pode ser argumento importante;</p> <p>2) As mudanças na CAPEC foram fundamentais para a mudança de perspectiva do funcionário jovem;</p> <p>3) A apreensão de mais informações geram fechamento de contratos;</p> <p>4) A CAPEC tem preço convidativo;</p> <p>5) O pai - mais velho - também aprovou as mudanças.</p>
5	<p>A mudança nas regras foi determinante para a decisão de Alexandre. O que pesou foi a retirada da jóia, que inviabilizaria o negócio, o preço mais baixo e, principalmente, a tradição da PREVI, explica. Uma instituição dessas traz segurança, quem trabalha aqui no Banco conhece. Se eu escolho outra, quem sabe o que pode acontecer?, sustenta.</p>	<p>1) A mudança das regras determina a decisão;</p> <p>2) Adesão à CAPEC é um negócio;</p> <p>3) A tradição da PREVI foi fundamental para a adesão à CAPEC;</p> <p>4) A escolha de outra instituição é algo duvidoso.</p>

ANEXO F - Análise de Implícitos do Texto 4

PARÁGRAFO	POSTO	PRESSUPOSTO (S)
1	As mudanças promovidas na Capec desde o início deste ano estão sendo bem recebidas.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Houve mudanças na CAPEC no início de 2006; 2) As mudanças estão em processo de boa recepção,
2	Prova disso é que muitos colegas, principalmente aposentados, estão optando por manter somente os pecúlios da Capec. Aquiles Paula de Freitas, que vai completar 80 anos em abril, é um dos que apóiam as mudanças.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Funcionários, principalmente aposentados, tinham mais de um pecúlio; 2) Instituições outras e próximas aos funcionários do Banco do Brasil oferecem pecúlio; 3) Há possibilidade de se manter mais de um pecúlio em entidades distintas; 4) Funcionários aposentados e mais velhos aprovam as mudanças.
3	Ele se diz satisfeito com os novos prêmios e valores e, em função disso, cancelou seguros feitos com outras empresas. O novo valor do seguro, que saltou de R\$ 57 mil para R\$ 100 mil, sem dúvida traz muito mais tranquilidade para quem tem família.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Pecúlio é igual a seguro; 2) O aumento do pecúlio traz tranquilidade para quem tem família;
4	Aquiles tomou posse em 1952, na Agência de Alegre, no Espírito Santo, e até hoje continua sintonizado com o que diz respeito ao Banco e à PREVI. Os meus vinte e oito anos de aposentadoria não foram, até aqui, suficientes para apagar da minha memória a	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há quem não se sintonize com o que diz respeito ao Bb e à PREVI; 2) Quem se interessa pela PREVI avalia que o nível de aceitação das mudanças é alto; 3) Aposentados conversam sobre a PREVI e a CAPEC em

	<p>agradável trajetória do trabalho no Banco. Esse interesse permanente pelos assuntos da PREVI leva Aquiles a avaliar que o nível de aceitação das mudanças da Capec é alto, a julgar por conversas com outros associados na sala de aposentados e nas agências. Opinião confirmada em família: ele tem três irmãos, também aposentados pela PREVI, que igualmente aplaudem a revitalização da Carteira.</p>	<p>agências ou em salas de aposentados;</p> <p>4) Irmãos aposentados aprovam a revitalização da Carteira.</p>
5	<p>Ao reformular a Capec, a PREVI procurou atender a todos os grupos de associados. A demanda por elevar a importância segurada era frequente dentre o público de faixa etária mais alta, que chega a 18 mil pessoas com mais de 65 anos. As mensalidades também foram reajustadas, mas ficaram abaixo do que é cobrado pelas seguradoras, conforme pesquisas feitas no mercado.</p>	<p>1) A PREVI ouve e atende demandas de grupos de associados;</p> <p>2) Quem pediu a elevação da cobertura foram os associados;</p> <p>3) Para aumentar a cobertura era necessário aumentar as contribuições;</p> <p>4) Seguradoras de mercado cobram mensalidades mais altas do que a PREVI.</p>
6	<p>Aquiles, como todos os associados, passou a usufruir de um plano de pecúlios mais ajustado, capaz de se sustentar no futuro. Um plano que permanece com atributos valiosos na hora em que a família mais precisa: rapidez e praticidade no pagamento, sem a intervenção de terceiros e sem exigências burocráticas.</p>	<p>1) A CAPEC não era capaz de se sustentar no futuro;</p> <p>2) Os pecúlios eram menos ajustados às necessidades dos participantes antes das mudanças;</p> <p>3) Rapidez e praticidade no pagamento são atributos valiosos.</p>

ANEXO G - Análise de Implícitos do Texto 5

PARÁGRAFO	POSTO	PRESSUPOSTO (S)
1	<p>A Carteira de Pecúlios, Capec, tem novo regulamento vigente e ficou ainda melhor para os associados. As novas regras foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e entraram em vigor em 6/1/2010. O novo regulamento está disponível no site, na aba Planos e Produtos > Capec > Regulamento.</p> <p>Veja a seguir um resumo com as principais alterações:</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) A CAPEC era boa, mas podia melhorar; 2) A SPC precisa aprovar as regras da CAPEC; 3) Há um site sobre a CAPEC.
2	<p>Permanece inalterada a necessidade de inscrição em uma das modalidades do Plano Morte para ingresso na Capec. Entretanto, os valores de pecúlio e contribuição dos planos Invalidez e Especial (antigo Cônjuge) serão segmentados, permitindo a oferta de cinco novas modalidades, à semelhança do que ocorre no Plano Morte.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) É preciso inscrever-se no plano morte para acessar outros pecúlios; 2) Invalidez e especial não eram segmentados.
3	<p>Será permitida a inscrição na Capec de ex-funcionários do BB ou da PREVI, desde que participantes do Plano de Benefícios 1 ou do PREVI Futuro que tenham optado pelo autopatrocínio, pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) ou que estejam em gozo de complemento de aposentadoria ou rendas, e não tenham completado 56 anos de idade.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há regras para aceitação na CAPEC em relação a ex-funcionários e aposentados; 2) Aposentados com mais de 56 anos não podem aderir à CAPEC; 3) Ex-funcionários optantes por outros institutos (resgate e portabilidade) não podem aderir à CAPEC.

4	<p>Não é mais necessária a assinatura do cônjuge integrante para fazer a inscrição no Plano Especial. Os beneficiários do Plano Especial podem ser o próprio participante da Capec e os descendentes de qualquer dos cônjuges ou companheiros. Também podem figurar como beneficiários os menores sob guarda definitiva de qualquer dos cônjuges ou companheiros, desde que apresentada a documentação comprobatória.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Era necessário que o cônjuge aprovasse o pecúlio pago no caso de sua morte; 2) Os descendentes recebem pecúlio no caso da morte do participante ou de seu cônjuge; 3) É necessária documentação para comprovar guarda de menores.
5	<p>Na hipótese de dissolução do casamento ou união estável, o cancelamento do Plano Especial poderá ser solicitado pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) O ex-cônjuge tem ingerência sobre o pecúlio do participante; 2) Casamentos são laços transitórios.
6	<p>O Plano Invalidez passa a ser pago automaticamente por meio de crédito na conta corrente cadastrada na PREVI nos casos em que a aposentadoria por invalidez pela Previdência Oficial Básica for concedida em conjunto com o complemento de aposentadoria pela PREVI.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) O pagamento em caso de invalidez comprovada em duas instâncias é facilitado; 2) É necessário comprovar invalidez na Previdência Oficial básica e na PREVI.

ANEXO H - Análise de Implícitos do Texto 6

PARÁGRAFO	POSTO	PRESSUPOSTO(S)
1	<p>A partir de medidas simples, como o uso de materiais reciclados e de meios de transporte alternativos, cuidamos do futuro de quem amamos. Com esse pensamento, a Capec lança a campanha “Vá de Bike”, na qual os novos participantes receberão camiseta produzida a partir de fibras de poliéster obtidas com o reaproveitamento de garrafas de plástico. Além da matéria-prima ecologicamente correta, a estampa incentiva o uso da bicicleta como meio de transporte não poluente e saudável. Bom para quem a utiliza e bom para o meio ambiente.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Para cuidar do futuro de quem amamos não é necessário adotar medidas complicadas; 2) O uso de materiais reciclados e meios alternativos de transporte é algo positivo e simples; 3) A CAPEC pensa em atitudes positivas; 4) A CAPEC incentiva a preservação do ambiente, conseqüentemente cuida do futuro de quem o leitor ama.
2	<p>O número de participantes da Capec cresce a cada ano e mostra que cada vez mais cedo os jovens começam a se preocupar com o futuro e com a segurança da família. De dezembro de 2007 a dezembro de 2009, o número de participantes do PREVI Futuro que possuem Capec praticamente dobrou, pulando de 4.156 para 8.036. E esse crescimento tende a ser ainda mais acentuado já que, em 2010, cerca de 10% dos recém-empossados se inscreveram na Capec.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há margem para aumento de participantes na CAPEC; 2) Ter CAPEC sugere preocupação com o futuro e com a segurança da família; 3) 90% dos empossados não se inscreveram na CAPEC.

3	<p>A PREVI tem estimulado a inscrição na Carteira de Pecúlios, a fim de manter o plano cada vez mais atrativo para o conjunto de seus participantes. O ingresso dos mais jovens rejuvenesce a carteira, reduz seu risco global e permite a manutenção dos valores de contribuição cada vez mais competitivos, o que reforça o estímulo a novas inscrições.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) A PREVI não priorizava estimular a inscrição na Carteira de Pecúlios no passado; 2) A atratividade do plano de pecúlio pode ser melhorada. 3) A carteira precisa ser rejuvenescida; 4) A carteira possui risco global; 5) Os valores de contribuição podem ser melhorados para serem competitivos; 6) É preciso estimular novas inscrições.
4	<p>O novo regulamento da Capec criou as modalidades Júnior, Pleno, Sênior e Master para os Pecúlios Invalidez e Especial/Manutença. As novas modalidades estão valendo desde o início de junho e têm os mesmos valores de benefício dos Pecúlios por Morte. A segmentação era necessária para adequar os planos às expectativas dos participantes, de forma que cada um tenha a opção de escolher o valor da mensalidade e do pecúlio que melhor se ajustem ao seu orçamento. Antes, só havia uma modalidade, agora o participante encontra uma variedade de combinações possíveis entre planos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Os pecúlios invalidez e especial não eram segmentados; 2) Não há distinção entre valores de benefício nos planos morte, invalidez ou especial. 3) Os planos invalidez e especial não eram adequados às expectativas dos participantes, porque não era possível escolher o valor da mensalidade e do pecúlio.

	e modalidades de pecúlios.	
5	As opções oferecidas pela PREVI podem ser contratadas por todos os empregados do BB, da PREVI e pelos participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro que não tenham completado 56 anos. Para se inscrever no Pecúlio Invalidez ou Especial é preciso possuir o Pecúlio por Morte.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Quem não é empregado do BB não pode contratar um pecúlio; 2) Quem é empregado, mas tem mais de 56 anos não pode contratar um pecúlio.
6	O Pecúlio Invalidez é o benefício pago a quem se aposentar por invalidez pelo INSS. O Pecúlio Especial é aquele que o participante contrata para receber benefício quando seu cônjuge/companheiro(a), inscrito na proposta, falecer. Caso o participante faleça antes do cônjuge/companheiro(a), este poderá manter o vínculo com a Capec, inscrevendo-se imediatamente no Pecúlio Manutenção.	<ol style="list-style-type: none"> 1) O pecúlio invalidez não é pago se o INSS não acatar a invalidez; 2) O pecúlio especial prevê a morte do participante antes da morte do cônjuge.
7	A revisão do valor dos pecúlios da Capec é realizada anualmente. Na ocasião, é feita a reavaliação atuarial e a comparação com seguros de vida disponíveis no mercado, de forma a balizar os valores de contribuição e dos benefícios dos pecúlios ofertados.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há revisão do valor dos pecúlios; 2) Os pecúlios são comparáveis a seguros de vida.
8	O Regulamento da Capec prevê que o percentual de correção dos pecúlios não seja inferior à variação do Índice Nacional de	<ol style="list-style-type: none"> 1) O percentual de correção dos pecúlios pode ser maior que o INPC; 2) Quanto mais idoso o

	<p>Preços ao Consumidor (INPC), medido entre a data da última alteração de valores e a data da nova avaliação atuarial. O reajuste dos pecúlios foi fixado em 4,17%, enquanto o INPC considerado no período da reavaliação efetuada, entre maio e outubro de 2009, foi de 1,73%. Já as contribuições para os Pecúlios por Morte e Invalidez foram reajustadas no mesmo percentual da correção dos Pecúlios para idades até 55 anos; a faixa de 56 a 60 anos teve reajuste de 10%; para idades de 61 a 65 anos, o reajuste foi de 15%; e de 20% para quem tem mais de 65 anos.</p>	<p>participante, maior o reajuste;</p>
9	<p>Até 2005, todos os associados pagavam o mesmo valor de contribuição à Capec. O resultado era que o Plano ficava proporcionalmente mais caro para os mais jovens, desestimulando a entrada de novos participantes. No ano seguinte, foi implementada a segmentação por faixa etária, e os associados passaram a contribuir com valores compatíveis com seu risco, dando melhores condições de atratividade e sustentabilidade à Capec. Novos participantes passaram a aderir à carteira.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Foi preciso estimular a entrada de novos participantes; 2) Se cada um contribuir pelo seu risco, a CAPEC fica mais atrativa e sustentável; 3) A segmentação etária provoca novas adesões.
10	<p>As avaliações anuais da Capec consideram o subsídio do Fundo Capec para os participantes nas faixas etárias mais elevadas, a</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) O fundo CAPEC supre deficiências financeiras; 2) A entrada de recursos é menor do que a saída;

	<p>solidariedade entre os participantes e o fluxo de pagamentos e recebimentos efetuados naquele ano. A partir de 2010, passaram a considerar também a projeção futura das contribuições e pagamentos. Mas o Fundo Capec vai sendo consumido e, assim, é preciso ajustar gradualmente as contribuições, de forma que a entrada de recursos seja suficiente para manter a atratividade do Plano sem o subsídio.</p>	
11, 12 e 13	<p>Em outubro de 2003, foi criado o fundo de Renda Fixa Capec, no qual passaram a ser aplicados os ativos da carteira que estavam reservados desde 1997 com objetivo de serem utilizados para subsidiar as contribuições dos participantes de faixas etárias mais altas, quando o Projeto de Revitalização da Capec fosse implementado, o que ocorreu em 2006.</p> <p>Desde então, a rentabilidade dos recursos tem superado a meta atuarial da PREVI, sendo revertida junto com parte do capital para subsidiar as contribuições dos participantes de idade mais avançada e pagamentos de pecúlios.</p> <p>Os valores arrecadados a título de Reserva para Cobertura de Oscilações – RCO – também são</p>	<p>1) As contribuições dos participantes mais velhos não supriam/suprem a demanda do plano;</p> <p>2) As contribuições que entram no plano são insuficientes para pagar os pecúlios sem ajuda do fundo.</p>

	aplicados no mesmo fundo.	
14	Os pecúlios da PREVI são benefícios previdenciários de pagamento único. Funcionam por meio de repartição simples, ou seja, as contribuições formam uma reserva comum ao grupo, o que garantirá o pagamento das indenizações daquele ano, sem acumulação. Por esse sistema de rateio, é possível garantir um preço baixo e atrativo, permitindo que o valor dessas contribuições varie de acordo com a faixa etária do associado.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Pecúlios não são pagos parceladamente; 2) Pecúlios têm um regime financeiro; 3) Há pecúlios caros e não atrativos.
15	A Capec não tem vínculo com os outros planos de benefícios da PREVI e mantém-se por meio de contribuições exclusivas dos associados, sem contribuições mensais ou aportes do Banco do Brasil.	<ol style="list-style-type: none"> 1) A CAPEC é independente 2) Sem contribuições dos associados a CAPEC não se mantém.
16	Mesmo com os ajustes, os Pecúlios da PREVI permanecem muito atraentes, principalmente para os participantes de idade mais elevada. Para os mais jovens, os planos também são bastante competitivos.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Os pecúlios poderiam não ficar atrativos.
17	Comparado a outros planos do mercado, os preços da Capec chegam a ser cinco vezes mais baratos para faixa etária de 61 a 65 anos. Acima dessa faixa etária, alguns planos da concorrência não oferecem cobertura ou então não	<ol style="list-style-type: none"> 1) Os preços da CAPEC podem ser comparados a de planos de mercado; 2) Participantes mais velhos podem ser discriminados em outros planos; 3) Participantes jovens

	renovam o seguro. Para faixas etárias mais baixas, as diferenças são menores, porém significativas, podendo chegar a mais de 200% de vantagem para a Capec.	devem preferir a CAPEC, porque em outros planos têm desvantagens.
--	---	---